



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS
CÂMPUS DE CAJAZEIRAS-PB

FRANCIVANIA CASIMIRO SARMENTO

**OS SUJEITOS “NORDESTINO” E “HOMOSSEXUAL” NO GÊNERO PIADA: UMA
ABORDAGEM DAS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS VISANDO À (DES)
CONSTRUÇÃO DE PRECONCEITOS NO ÂMBITO ESCOLAR**

CAJAZEIRAS

2015

FRANCIVANIA CASIMIRO SARMENTO

**OS SUJEITOS “NORDESTINO” E “HOMOSSEXUAL” NO GÊNERO PIADA: UMA
ABORDAGEM DAS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS VISANDO À (DES)
CONSTRUÇÃO DE PRECONCEITOS NO ÂMBITO ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS, da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, *Campus* de Cajazeiras, da Unidade Acadêmica de Letras, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Luz Olegário.

CAJAZEIRAS
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

S246s Sarmento, Francivania Casimiro

Os sujeitos “Nordestino” e “Homossexual” no gênero piada: uma abordagem das formações imaginárias visando a (des)construção de preconceitos no âmbito escolar. / Francivania Casimiro Sarmento. - Cajazeiras: UFCG, 2015.

170f. : il.

Bibliografia.

Orientador (a): Prof. Dra. Maria da Luz Olegário.

Dissertação (Mestrado) – UFCG.

1. Formações imaginárias. 2. Discurso humorístico. 3. Desconstrução de preconceito. I. Olegário, Maria da Luz. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU –81’42-029:82-7(813.3)

FRANCIVANIA CASIMIRO SARMENTO

**OS SUJEITOS “NORDESTINO” E “HOMOSSEXUAL” NO GÊNERO PIADA: UMA
ABORDAGEM DAS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS VISANDO À (DES)
CONSTRUÇÃO DE PRECONCEITOS NO ÂMBITO ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS, da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, *Campus* de Cajazeiras, da Unidade Acadêmica de Letras, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovada em ____/____/2015

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria da Luz Olegário - Orientadora

Prof. Dr. Jorgevaldo de Souza Silva - Examinador 1

Profa. Dra. Márcia Ferreira de Carvalho - Examinadora 2

Prof. Dr. Onireves Monteiro de Castro - Examinador Suplente

DEDICATÓRIA

Ao Deus Onipresente, Onipotente e Onisciente
toda a honra, glória e louvor,

À minha família pelo apoio e incentivo nesta
caminhada, por compreender minhas
ausências.

AGRADECIMENTOS

A Deus por tudo o que Ele tem providenciado ao longo de minha existência, por todos os livramentos concedidos; pela serenidade que me tem dado, a fim de que eu não me desespere e, sobretudo por me carregar nos braços nos momentos de maior angústia.

À minha família pelo incentivo ao longo de minha caminhada acadêmica, pela compreensão nos momentos de ausência e pelo apoio constante.

Ao nosso coordenador professor Dr. Onireves Monteiro de Castro por todo o empenho para a implantação e consolidação do PROFLETRAS no Centro de Formação de Professores, na Universidade Federal de Campina Grande *campus* de Cajazeiras.

Aos professores que ministraram disciplinas ao longo do curso concedendo-nos a oportunidade de ampliar nossos conhecimentos e contribuir com a melhoria da educação de nossas escolas.

À minha orientadora professora Dra. Maria da Luz Olegário por ter aceitado o convite para minha orientação.

Aos integrantes da banca examinadora da qualificação: à professora Dra. Fátima Maria Elias Ramos, ao professor Dr. Jorgevaldo de Souza Silva e à professora Dra. Hérica Paiva Pereira pela valiosa contribuição. Aos integrantes da banca examinadora da defesa: ao professor Dr. Jorgevaldo de Souza Silva, à professora Dra. Márcia Ferreira de Carvalho e ao professor Dr. Onireves Monteiro de Castro também pelo empenho e colaboração.

Às secretárias do PROFLETRAS Ana Paula e Lidiane Lira pela presteza e solicitude.

Aos colegas do PROFLETRAS pela amizade, companhia e pela partilha de experiências pedagógicas, as quais enriquecem as nossas práticas.

À direção, coordenação, colegas professores e funcionários da Escola Municipal de Ensino Fundamental Papa Paulo VI e da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental João Alexandre de Oliveira pelo incentivo e pela torcida.

Aos pais e alunos do 6º ano da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental João Alexandre de Oliveira pela colaboração em ter permitido a participação de seus filhos nesta pesquisa.

A todos quantos contribuíram direta ou indiretamente, em maior ou menor grau para a concretização deste sonho.

E àqueles que optaram por serem “pedras no meio do caminho”; entretanto seus desejos e atitudes foram insuficientes para me impedir de vencer e concluir este curso.

A todos, obrigada!

Nada te perturbe, nada te amedronte.
Tudo passa, a paciência tudo alcança.
A quem tem Deus nada falta.
Só Deus basta!
(Santa Teresa D' Ávila)

RESUMO

Esta dissertação trata das formações imaginárias dos alunos do 6º ano do Ensino Fundamental II, de uma escola pública do município de Marizópolis, em relação aos sujeitos “nordestino” e “homossexual” abordados no gênero textual piada. Além disso, apresenta como proposta de intervenção, a desconstrução de preconceitos em relação aos sujeitos abordados nesse gênero. A Análise do Discurso foi a teoria-base deste trabalho. Também realizamos leituras referentes a Gêneros Textuais e Discursivos, Discurso Humorístico, Teoria da Desconstrução, Nordeste e Homossexualidade. Alguns conceitos-pivô desta teoria serviram de ancoragem, a fim de compreendermos de que forma as formações imaginárias se materializam nos discursos dos alunos participantes desta pesquisa. O *corpus* analisado resultou da aplicação de uma sequência didática contendo atividades em torno do gênero piada. A principal estratégia metodológica foi a roda de piadas, na qual os alunos puderam contar piadas referentes aos sujeitos abordados na pesquisa. Em linhas gerais, as atividades relacionadas ao gênero piada envolveram contação, discussão e compreensão. As piadas utilizadas ao longo da sequência didática foram pesquisadas em sites da *internet*. Os objetivos deste foram: discutir acerca do interesse dos alunos em contar e ouvir piadas; identificar as formações imaginárias recorrentes nas piadas discutidas em sala de aula; discutir as razões pelas quais os sujeitos “nordestinos” e os sujeitos “homossexuais” são ridicularizados em detrimento de outros grupos; compreender que o humor não reside apenas em fazer o interlocutor rir do texto ouvido ou lido, mas em propor a ruptura com o previsível; desenvolver atitudes de não preconceito em relação aos sujeitos-alvo retratados nas piadas. A pretensão deste trabalho foi identificar as formações imaginárias elaboradas pelos sujeitos participantes concernentes aos sujeitos “nordestino” e “homossexual”, mais precisamente no gênero piada. Este trabalho visou também contribuir para a desconstrução de preconceitos instituídos socialmente e presentes no espaço escolar. Normalmente, quando se fala sobre sujeito “nordestino”, na mídia, há muito preconceito; no ambiente escolar tal realidade é recorrente em se tratando do sujeito “homossexual”. No decorrer da sequência didática, percebemos que os alunos também possuem essas imagens acerca desses sujeitos. Ao sujeito “nordestino” associam-se as ideias de pobre, miserável, atrasado, desinformado. Ao sujeito “homossexual” estão associadas as ideias de anormal, esquisito, fora da lei. Nos dois casos temos imagens cristalizadas internalizadas pelos sujeitos, as quais, cientificamente, sem comprovação científica; logo, pretexto para a consolidação do preconceito.

PALAVRAS-CHAVE: Formações Imaginárias. Discurso Humorístico. Desconstrução de Preconceito.

ABSTRACT

This dissertation deals with the imaginary formations of students of the 6th grade of elementary school II, a public school in the city of Marizópolis, compared to subjects "Northeast" and "homosexual" covered in the genre joke. In addition, presents as a proposal for intervention, the deconstruction of prejudices regarding the subjects addressed in this genre. The discourse analysis was the theory base of this work. We also do readings regarding Text Genre and Discourse, Humorous Speech, Theory of Deconstruction, Northeast and Homosexuality. Some concepts pivot of this theory served as the anchor in order to understand how the imaginary formations materialize in the speeches of students participating in this research. The analyzed corpus resulted from the application of a didactic sequence containing activities around the joke genre. The main methodological strategy was the wheel of jokes, in which the students could tell jokes related to the subjects covered in the survey. In general, the activities related to gender joke involved telling, discussion and understanding. The jokes used throughout the teaching sequence were searched in the internet sites. The objectives of this were: discuss about the students' interest in telling and hearing jokes; identify the applicants imaginary formations in jokes discussed in class; discuss the reasons why the subject "Northeast" and the subject "homosexuals" are ridiculed at the expense of other groups; understand that humor lies not only in making the listener laugh at the heard or read text, but to propose a break from the predictable; develop non-biased attitudes towards target subjects portrayed in the jokes. The intention was to identify the imaginary formations developed by the participating subjects concerning the subject "Northeast" and "homosexual", specifically in the genre joke. This work also aimed to contribute to the deconstruction of prejudices instituted socially and gifts at school. Usually, when talking about the subject "Northeast" in the media, there is a lot of prejudice; in the school environment such a reality is recurrent in the case of the subject "homosexual." During the didactic sequence, we find that students also have these pictures on these subjects. The subject "Northeast" are associated with the poor of ideas, miserable, backward, uninformed. The subject "homosexual" are associated with the abnormal ideas, weird, outlaw. In both cases we have crystallized images internalized by the subjects, which, scientifically, without scientific evidence; hence pretext for consolidation of prejudice.

KEYWORDS: Imaginary formations. Humorous speech. Deconstruction of Prejudice.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2 ANÁLISE DO DISCURSO: ENTRE O HISTÓRICO E O LINGUÍSTICO	19
2.1 A incompletude da frase	19
2.2 As limitações do binômio língua/fala e as possibilidades do discurso	24
2.3 Saber, poder e disciplina: a trilogia foucaultiana na construção do discurso	26
2.4 Os rituais e as estratégias na constituição do discurso.....	29
2.5 O papel da ideologia na (in) eficácia do discurso	32
2.6 A identidade do eu depende do outro	33
2.7 Formações imaginárias: de que forma se materializam no discurso.....	38
2.8 A constituição do sujeito na AD	40
3 O LEGADO DE DERRIDA: SUBSÍDIOS PARA A “DESCONSTRUÇÃO” DE PRECONCEITOS NO AMBIENTE ESCOLAR	45
4 DISCURSO HUMORÍSTICO: EFEITOS DE SENTIDOS	53
4.1 Gênero textual: o exercício da linguagem nas práticas sociais	53
4.2 Comicidade: a relação entre riso, emoção e castigo	56
4.3 A construção discursiva dos sujeitos no gênero piada a partir da estereotipia	60
4.4 Os recursos linguísticos e discursivos evocados na elaboração da piada	64
4.5 "A (re) invenção do Nordeste" e do sujeito homossexual sob a ótica do humor	69
4.5.1 A seca e a industrialização desse fenômeno.....	69
4.5.2 O Nordeste e o sujeito “nordestino”: construções discursivas à luz do naturalismo e da história.....	71
4.5.3 O sujeito homossexual: uma “anormalidade” social	81
5 A APREENSÃO DAS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS ACERCA DOS SUJEITOS “NORDESTINO” E “HOMOSSEXUAL” NO GÊNERO PIADA: UMA PROPOSTA DE DECONSTRUÇÃO DE PRECONCEITOS NO CONTEXTO ESCOLAR	99
MÓDULO 0 – Apresentação da situação	104
MÓDULO 1: Conhecendo a si mesmo a fim de conhecer o outro	105
MÓDULO 2 Em contato com o gênero: o ouvir e o contar piadas.....	107
MÓDULO 3 – Produção inicial: um exercício de retextualização	109
MÓDULO 4 – Troca de experiências: compreender, discutir, sumarizar e produzir a partir de uma temática.....	110
MÓDULO 5 – Produção final: o resultado de um aprendizado	111

REFERÊNCIAS	113
ANEXOS	114
6 ANÁLISE DE <i>CORPUS</i>: ESTABELECENDO UMA PONTE ENTRE CONCEITOS TEÓRICOS E AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS DOS ALUNOS POR INTERMÉDIO DO GÊNERO PIADA	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
REFERÊNCIAS	140
APÊNDICE	142

INTRODUÇÃO

Este trabalho que tem como título: Os sujeitos “nordestino” e “homossexual” no gênero piada: uma abordagem das formações imaginárias visando à (des) construção de preconceitos no âmbito escolar ao mesmo tempo em que discute e analisa a temática, apresenta uma proposta de intervenção, no sentido de contribuir para com a formação cidadã dos sujeitos participantes da pesquisa, visto que o exercício da cidadania está vinculado a atitudes de respeito e tolerância em relação ao outro. O propósito do trabalho é identificar quais são as formações imaginárias elaboradas pelos alunos do 6º ano do Ensino Fundamental II concernentes aos sujeitos “nordestino” e “homossexual”, mais precisamente no gênero piada. Este trabalho visa também contribuir para a desconstrução de preconceitos instituídos socialmente e presentes no espaço escolar.

O texto humorístico, especificamente, a piada é um gênero textual que atrai a atenção dos adolescentes por ser acessível a eles. Embora não seja tão comum encontrarmos o gênero piada na modalidade escrita, os adolescentes têm acesso às piadas através da interação com os interlocutores de sua comunidade linguística e dos programas humorísticos na televisão. Outro motivo que contribui para essa atração é que o gênero piada é de fácil memorização. Até mesmo as crianças conseguem apreendê-lo, no que diz respeito à verbalização.

Por outro lado, o que mais atrai a atenção dos adolescentes nesse gênero textual são a ambiguidade, a polissemia e a imagem formulada pelo inconsciente coletivo em relação aos sujeitos-alvo: o “nordestino”, a “loira”, o “bêbado”, o “homossexual”, entre outros. Em geral, essas categorias são vistas com olhar diferenciado pela sociedade. Dentre os vários rótulos, estão: atrasado, beradeiro, tolo, sem cultura, burra, desprovida de inteligência, “Maria vai com as outras”, desprezível, indigno de respeito, impuro. Todos esses rótulos expressam uma conotação negativa, que tendem a desvalorizar tais categorias. Optar por este ou aquele ser a fim de constitui-lo sujeito-alvo da piada é uma forma de mascarar o preconceito que a sociedade alimenta em relação a esses sujeitos e, por não admitir o rótulo de preconceituosa, manifesta-o em forma de humor ou comédia. Das categorias mencionadas, o sujeito “nordestino” e o sujeito “homossexual” foram retratados neste trabalho.

Em relação à turma na qual a pesquisa foi desenvolvida, é constituída de adolescentes residentes no Assentamento Juazeiro e no Sítio Riachão dos Ribeiros, ambos em Marizópolis. A pesquisa foi desenvolvida numa instituição escolar do município de Marizópolis, localizada na zona rural. Essa comunidade situa-se em torno da casa da fazenda,

na época, pertencente a Luiz Rocha. Além dessa casa, havia algumas outras residências habitadas por moradores. A passagem de fazenda/acampamento para Assentamento foi legalizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) data de pouco mais de quinze anos. Atualmente, reside no Assentamento Juazeiro entre setenta a oitenta famílias. Esse contingente é formado por assentados, ex-moradores e famílias constituídas ao longo da história da comunidade.

Ainda em relação à escola, onde executamos a pesquisa, a princípio funcionava na antiga casa da Fazenda Lagoa Redonda. Em abril de 2010, as atividades escolares passaram a funcionar num prédio próprio construído pelo município e pelo INCRA. Ela funciona pela manhã e à tarde, atendendo da Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental II. Nela, estudam cerca de noventa e cinco alunos distribuídos nos turnos manhã e tarde. Com exceção do gestor escolar, todos os professores residem noutras localidades e/ ou municípios e possuem nível superior. A clientela é constituída de filhos de assentados que vivem de atividade agrícola, da pecuária e de serviços na construção civil; além de alguns trabalharem numa cerâmica. Afora a escola e a igreja, não há na comunidade, outros espaços de troca de informação, nem atividades culturais. A maioria dos alunos tem acesso ao celular. Alguns acessam a Internet e o *facebook* (baixam vídeos e músicas) através deste meio de comunicação. Vídeos, músicas e piadas são alguns dos gêneros textuais a que os alunos têm acesso.

Transpondo para a prática, o objetivo geral deste trabalho é analisar as formações imaginárias formuladas pelos alunos do 6º ano de uma escola pública municipal em relação aos sujeitos “nordestino” e “homossexual” no gênero piada na perspectiva da (des) construção de preconceitos. Assim, nossa questão de pesquisa é: Qual são as formações imaginárias elaboradas pelos alunos no que diz respeito ao sujeito “nordestino” e ao sujeito “homossexual” retratados no gênero piada? Esta questão desmembra-se em várias outras. Como os sujeitos participantes dessa pesquisa se constroem discursivamente? Como esse discurso interfere nas atitudes ou práticas desses sujeitos? Por quais razões os sujeitos “nordestino” e “homossexual” são ridicularizados em detrimento de outros grupos? O que faz com que os participantes desta pesquisa pensem de determinada forma e não de outra? Como eles se veem enquanto sujeitos “nordestinos”? Por que o gênero piada lhes chama a atenção? Em que consiste o humor numa piada: apenas provocar o riso?

A estes questionamentos tentamos responder ao longo do trabalho, a partir da leitura dos teóricos e da análise do *corpus*. Esta pesquisa foi desenvolvida com base na Análise do Discurso de linha francesa. Seu *corpus* foi constituído do discurso humorístico, o

gênero textual - piada. Foram pesquisadas, selecionadas, contadas, discutidas e analisadas piadas cujos sujeitos-alvo sejam: “nordestinos” e “homossexuais”. A estratégia pedagógica principal utilizada para a aquisição do *corpus* foi uma roda de piadas. A fim de executarmos tal trabalho, contamos como sujeitos participantes a turma de 6º ano do Ensino Fundamental II.

O gênero piada foi apresentado à turma; que já o conhece, por fazer parte das interações entre eles, e foi explorado a partir das formações imaginárias, que constituem a percepção individual e/ou coletiva de cada sujeito da turma.

A operacionalização deste trabalho deu-se com base na execução dos seguintes objetivos específicos:

- Discutir acerca do interesse dos alunos em contar e ouvir piadas;
- Identificar as formações imaginárias recorrentes nas piadas discutidas em sala de aula;
- Discutir as razões pelas quais os sujeitos “nordestinos” e os sujeitos “homossexuais” são ridicularizados em detrimento de outros grupos;
- Compreender que o humor não reside apenas em fazer o interlocutor rir do texto ouvido ou lido, mas em propor a ruptura com o previsível;
- Desenvolver atitudes de não preconceito em relação aos sujeitos-alvo retratados nas piadas.

Como se percebe, os objetivos propostos estão relacionados às construções discursivas alimentadas pelos alunos, no que concerne a determinadas categorias presentes nesse gênero, à forma como eles compreendem a piada enquanto texto humorístico e à identificação dos mesmos com esse gênero textual. O discurso humorístico constitui o cotidiano dos alunos, é fácil de ser encontrado, circula em todas as classes sociais e em vários suportes. Ele veicula dizeres que a sociedade tende a não assumir declaradamente, a fim de evitar ser taxada de preconceituosa. Quando alguém admite sua condição de humorista e elabora determinadas piadas, dependendo do teor e a quem atinge, pode vir a ser censurado pela mídia ou pela sociedade. Entretanto, de maneira geral, os humoristas têm trânsito livre, não são perseguidos em detrimento do que dizem, até porque os dizeres por eles proferidos advêm da sociedade em si e não deles próprios. É a sociedade que assume a condição de responsável pela criação e veiculação do discurso humorístico.

Quanto aos objetivos da pesquisa, trata-se de pesquisa exploratória e descritiva. Conforme Gonsalves (2003, p. 65), a pesquisa exploratória: “É aquela que se caracteriza pelo

desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado”.

Classificamos essa pesquisa como exploratória porque para efetivá-la tivemos de fazer um levantamento das fontes bibliográficas e do *corpus* a serem utilizados.

Ao se reportar sobre a pesquisa descritiva, Andrade (2002, p. 19-20) a conceitua: “Nesse tipo de pesquisa, os fatos são observados, registrados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles. Portanto, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador”. No caso deste trabalho, houve observação, registro e interpretação dos fatos com a interferência da pesquisadora. Não há como isentar-se dessa condição. A partir do momento em que o pesquisador opta por determinada temática, teoria, *corpus*, metodologia e sujeitos participantes; automaticamente, ele está interferindo nos resultados, no sentido de que ele está direcionando a pesquisa, a fim de alcançar os objetivos pretendidos.

Por sua vez, a técnica de coleta de dados utilizada foi a observação direta intensiva. Foram contempladas as modalidades de observação direta intensiva: sistemática porque a fim de apreendermos o nível de compreensão dos alunos, necessitamos planejar e executar atividades. Participante, pois o pesquisador conduziu tal processo para que fossem atingidos os objetivos pretendidos. E em equipe, visto que a pesquisa foi desenvolvida numa turma, onde a participação de todos os sujeitos foi importante a fim de que procedêssemos às devidas análises. O trabalho envolvendo os sujeitos participantes incluiu uma sequência didática a respeito do discurso humorístico, mais precisamente o gênero piada. Nesse sentido, a escolha do *corpus*, no caso, as piadas foram provenientes do repertório dos participantes e de *sites* da *internet*, contadas pela professora e pela turma. Os sites foram escolhidos conforme os grupos abordados nas piadas presentes nos mesmos. Assim, o critério de escolha das piadas priorizou o fato de elas retratarem os sujeitos “nordestino” e “homossexual”, como também o fato de trazerem à tona a questão do preconceito em relação a esses sujeitos. Quanto às atividades desenvolvidas a fim de se apreender as formações imaginárias e a proposta de intervenção, também constaram na sequência didática. Em relação à proposta de intervenção, englobou o desenvolvimento de atividades que auxiliam o aluno a desconstruir a visão distorcida que ele alimenta em relação a alguns seres, evitando atitudes contrárias. Na verdade, não há um material com atividades exclusivas para trabalhar a (des) construção de preconceitos. Propomo-nos a cumprir com esse objetivo ao longo da sequência didática, à medida que contamos, compreendemos, discutimos e analisamos as piadas. Logo, a proposta

de intervenção está diluída em meio à sequência, a qual se ramifica em duas perspectivas: as formações imaginárias e a (des) construção de preconceitos.

De abordagem qualitativa, nesta pesquisa, tomamos como pressuposto teórico-metodológico a Análise de Discurso de linha francesa, apoiamo-nos em alguns de seus conceitos, a exemplo de discurso, sentido, sujeito, memória discursiva, esquecimento, formação discursiva, interdiscurso, condições de produção e formações imaginárias. Metodologicamente, tomamos o arquivo foucaultiano como *corpus*. Também utilizamos a Teoria da Desconstrução formulada por Derrida (2005), a fim de nos inteirarmos como se dá o processo de desconstrução, visto que o aluno já traz consigo uma visão de mundo. Por estarmos lidando com o discurso humorístico e o gênero piada, recorreremos à obra de Possenti (2013), Freud [1905] 1996 e Bergson (1983). As imagens formuladas a respeito do Nordeste e do sujeito nordestino foram embasadas a partir da obra de Albuquerque Júnior (2011), Penna (1992), Zaidan Filho (2003). A fim de nos reportarmos ao sujeito homossexual, tomamos por base a obra de Okita (2007), Fry & McRae (1983) e Foucault (2010). Além dos autores citados, os contornos teóricos que embasaram esta pesquisa estão circunscritos em: Orlandi (2002; 2006), Brandão (1998), Foucault (2002; 2004a; 2004b), Mussalim & Bentes (2001) e Osakabe (2002).

No que concerne à organização do trabalho, temos a seguinte divisão em capítulos. O primeiro capítulo tratou da introdução, que engloba a temática discutida e analisada ao longo da pesquisa, o porquê de sua escolha, seus objetivos e a metodologia adotada. O segundo capítulo apresentou a abordagem teórica, que inclui discussões referentes à Análise do Discurso. Por sua vez, o terceiro contemplou a Teoria da Desconstrução, visto que a proposta de intervenção visa contribuir para com a (des) construção de preconceitos dos sujeitos participantes. Enquanto isso, no quarto capítulo, discutimos a respeito do discurso humorístico e seus efeitos de sentido. Além disso, contém discussões acerca das imagens do sujeito “nordestino” e do sujeito “homossexual”. A seguir, temos a sequência didática desenvolvida em sala de aula contendo a proposta de intervenção. As dinâmicas, a crônica humorística, o jogo: Baralho de piada e as piadas constituíram os anexos da sequência didática. O caderno de piadas produzido pelos participantes diz respeito ao apêndice deste trabalho. A análise de *corpus* constitui o sexto capítulo. Por fim, foram apresentadas as considerações finais.

Quanto ao público-alvo, esta pesquisa destina-se a estudantes do Curso de Graduação e Pós-graduação em Letras e professores de Língua Portuguesa da Educação Básica, visto que a temática abordada diz respeito a gênero textual - objeto de estudo de

disciplinas na Graduação e da Pós-graduação. Além disso, é objeto de ensino, conforme prevê os Parâmetros Curriculares Nacionais – a necessidade de se trabalhar a análise linguística a partir dos gêneros textuais. Como se não bastasse, o discurso humorístico, embora conhecido dos falantes da Língua Portuguesa, normalmente, é desconhecido, em se tratando de pesquisas e trabalhos acadêmicos. Sem contar que as formações imaginárias são elaboradas por qualquer falante ou leitor de uma língua, independente que ele conheça o aporte do qual faz parte o objeto de estudo. De modo que o tema pode envolver todo e qualquer cidadão.

Em suma, a finalidade de se fazer esta pesquisa reside em identificar e analisar as formações imaginárias as quais povoam a consciência de nossos alunos, no intuito de fazê-los refletir. Um texto, aparentemente, desprezioso e apenas cômico traz consigo uma carga semântica e discursiva, que requer do leitor reflexão e criticidade. Por fim, se ao tomar conhecimento das ideias desta produção, o cidadão puser em prática o senso de criticidade, avaliando aquilo que subjaz ao discurso ouvido, a missão a que se presta este trabalho estará cumprida.

Com relação ao discurso humorístico, objeto de nossa pesquisa, é um discurso que não veicula na esfera social aleatoriamente. Esse discurso tem como suporte a televisão, o jornal, a *internet*, o rádio, o livro didático, a revista. É um gênero predominantemente oral, que se apresenta também, de forma escrita. Na prática, a comicidade da piada reside na sua contação, principalmente, quando se trata de alguém bem humorado. Logo, o sujeito autorizado a proferir esse gênero é o humorista. A coreografia, a gesticulação, o cenário, o figurino, a entonação, enfim todo esse aparato que constitui a enunciação também corrobora para a efetivação do humor. Isso não significa que o humorista seja o único sujeito apto a proferir piadas. Certamente, muitos anônimos fazem esse exercício com tanta desenvoltura quanto humoristas profissionais.

Quando dizemos que o humorista é o sujeito, a priori, apto a proferir piadas, não estamos afirmando que ele pode dizer tudo o que quiser, da forma como desejar, sem sofrer condicionamento algum. Basta lembrar o que ocorreu recentemente na França. Humoristas do jornal satírico *Charlie Hebdo* foram mortos por produzirem e veicularem charges tendo como alvo, o profeta Maomé. Os adeptos do Islamismo reagiram sob a forma de terrorismo. A divergência de formações discursivas foi a geradora de tal problema. Aquilo que a religião ou outra instância social impõe limitações; o humor escancara. Entretanto, ao passo em que é dotado dessa liberdade, o humorista é condicionado: quer pela doutrina e por seus adeptos, quer pela mídia; como se não bastasse ser assujeitado à língua e à ideologia. Os condicionamentos a que o profissional do humor está sujeito constituem os procedimentos

externos de controle e de delimitação do discurso, dentre eles, a interdição. O fato de o humorista dizer e ser criticado ou sofrer sanções em detrimento de seu dizer é um exemplo claro de interdição. O controle do dizer é algo necessário à vida social, assim como o são as leis e os códigos; a fim de evitar o caos. Por outro lado, não se é favor da interdição, enquanto violência, nem atentado à vida. O que está sendo questionado é: Até ponto é lícito expor exageradamente determinados grupos ou pessoas sob a alegação de que vivemos numa sociedade democrática e a liberdade de imprensa deve ser considerada? Por que a liberdade de imprensa tem de estar do lado de quem comete exageros e não do lado de quem age de forma comedida?

É mister lembrar que o humor não consiste exatamente em tornar a piada um texto que desperte o riso do interlocutor, mas, em proporcionar a ruptura da expectativa deste com relação ao desfecho da situação. É o inusitado que ocorre sem que se espere por tal ocorrência.

O gênero piada enquadra-se no domínio do discurso humorístico. Por estar presente nos meios de comunicação, não é novidade entre os alunos. Eles ouvem e contam piadas em suas interações na escola e na comunidade. Essa vivência garante a eles a compreensão do texto humorístico. Ainda que nesse gênero haja ambiguidade, polissemia, ironia, eles compreendem e apreendem o humor em tais textos. Esses recursos podem ser desconhecidos teoricamente, entretanto, no cotidiano, os alunos recorrem a eles com naturalidade e os usam numa situação de fala comum e que não envolvem necessariamente, o discurso humorístico.

Enfim, optar por esse discurso é uma forma de priorizar um gênero a que os alunos têm acesso e conhecem como também é uma oportunidade de apresentar, conhecer, compreender e discutir a estrutura do gênero piada. Também é uma oportunidade de chamar a atenção dos sujeitos envolvidos na pesquisa para a existência de ideologias, valores, crenças e mensagens subliminares na constituição de um texto aparentemente simples ou bobo. Quem escreve não o faz por acaso, sem colocar naquilo que diz uma carga semântica e/ou ideológica. Até que ponto o texto humorístico é produzido apenas para despertar o riso do leitor? Por que o alvo de zombaria são categorias / grupos como os sujeitos bêbados, sujeitos nordestinos, loiras e sujeitos homossexuais, ou seja, sujeitos socialmente desprestigiados? O que está por trás disso? De que forma a sociedade corrobora para a manutenção dessas ideologias? Quando essa mesma sociedade se manifesta contrária a tais ideologias?

A partir desses questionamentos é possível apreender o nível de compreensão dos alunos, fazer o uso de estratégias de leitura, questionar a respeito da necessidade de ler

compreendendo o texto. Não há material que dispense a leitura. Aliás, não há leitura unívoca de um texto. Nossos alunos precisam ser instigados a fazer uma leitura crítica dos mesmos, inclusive daqueles que são aparentemente simples e, com base nisso, poderem identificar e apreender as imagens formuladas em relação aos sujeitos socialmente excluídos a exemplo do sujeito “nordestino” e do sujeito “homossexual” retratados no gênero piada. Ridicularizar este ou aquele grupo não é uma escolha aleatória. Há toda uma construção histórica que constitui as imagens formuladas, a fim de permitir que os discursos possam circular enquanto outros sejam proibidos.

É necessário que o aluno esteja atento aos direcionamentos que a ideologia aponta, com o intuito de fazê-lo pensar e agir de uma forma e não de outra, do contrário, a leitura será uma mera decodificação. Muitas vezes, a sociedade se debruça sobre um grupo específico e o critica de forma pejorativa e humorística porque essa estratégia é menos comprometedora e conflituosa. Em geral, não se fala diretamente aos sujeitos aquilo que se pensa deles, mas criam-se estratégias de dizer que agridem menos e dissimule a agressão, de modo que a sociedade legitima esses dizeres considerando-os aceitos e perpetuando-os. A imagem que os nossos alunos alimentam em relação ao sujeito “nordestino” e em relação ao sujeito “homossexual” não é uma construção pessoal e inerente apenas ao momento histórico vivenciado por estes. Essa imagem já existe e tende a ser consolidada por eles, como também é passível de mudanças, ou seja, a imagem que formulam pode se diferenciar da imagem formulada por outros sujeitos.

Ao despertar esse senso de leitura crítica no aluno, compreendemos que estamos auxiliando esse sujeito na leitura de outros gêneros textuais e/ ou discursos, visto que questões discutidas em torno da piada também são comuns a outros textos de outros gêneros textuais.

2 ANÁLISE DO DISCURSO: ENTRE O HISTÓRICO E O LINGUÍSTICO

2.1 A incompletude da frase

O surgimento da Análise do Discurso está relacionado, até certo ponto, à necessidade de se estudar enunciados mais extensos e complexos, portanto, de estudar o discurso. Até o início da década de 1950 do século passado, os linguistas detinham-se a estudar estruturas simples, individualizadas, porém perceberam que essas eram limitadas e incapazes de explicar a complexidade da linguagem. Com isso, ficou evidente que o ser humano comunica-se e interage através de estruturas mais amplas que a frase, no caso, através de textos. Na verdade, não é a extensão que torna o texto o elemento-base da comunicação; senão a sua capacidade de expressar relações entre seus enunciados, a possibilidade de comunicar ideias, pensamentos, de revelar a identidade do sujeito-falante. Logo, o texto não comunica apenas o que está inscrito em sua superfície, mas também o que está além desta.

Pode-se afirmar com Brandão (1998) que, antes de os linguistas demonstrarem interesse pelo estudo do texto, houve quem se preocupasse com o estudo do enunciado, mais especificamente, a relação entre enunciados. Era o método de análise transfrástica criado por Harris, através do qual era possível estudar o próprio enunciado e suas respectivas ligações, fazendo uso de conectivos. Elementos esses sem importância até então. A respeito do método de análise transfrástica, Mussalim & Bentes (2001, p. 114-115) comenta: “É um método fundado basicamente na linearidade do discurso; o autor propõe que se observe a ligação entre os enunciados a partir de conectivos, com o objetivo de equacionar essas linearidades em classes de equivalência”.

Na prática, o discurso é bem mais completo que a frase. Ele é um todo que ultrapassa os limites do papel. O discurso ritualiza dizeres, induz a uma resposta; a frase encerra-se nela mesma. Já não era possível, numa sociedade pós-guerra, comunicar-se de forma superficial e limitada.

Levando em consideração a análise transfrástica, Harris (1969 *apud* Mussalim & Bentes, 2001, p. 116) define o discurso como uma sequência de enunciados. Segundo a autora, essa concepção é limitada para as pretensões da Análise do Discurso, que se propunha agregar a sua base uma teoria do sujeito e da situação. E isso foi possível graças à contribuição de Noam Chomsky, (1957 *apud* MUSSALIM & BENTES, 2001, p.116), cujo postulado preconizava a formulação de um conjunto infinito de sentenças, a partir de um número limitado de regras internalizadas pelo falante. Qualquer falante de uma língua de

posse das regras terá condições de produzir sentenças. Utilizando-se da analogia, as regras equivalem às condições de produção; enquanto as sentenças correspondem aos discursos gerados a partir daquelas. São as condições de produção que dão identidade aos discursos.

Além da análise transfrástica e do gerativismo, também os estudos sobre a enunciação foram importantes para o surgimento da Análise do Discurso. Brandão (1998, p.15) faz menção aos estudos de Benveniste. Conforme este autor, o locutor, ao se apropriar da língua, enuncia a partir do lugar social que ocupa. Assim, o seu dizer é marcado pelas condições sócio históricas, que estão a interpelá-lo. Ou seja, os enunciadores não são livres para proclamarem o que quiserem, onde quer que se encontrem da forma como desejam; porque as suas posições de locutores forçam-lhes a controlarem seus dizeres. Tal postura revela o papel do sujeito no processo de enunciação, como também dá ênfase à importância do fator histórico em relação ao linguístico.

Segundo Mussalim & Bentes (2001, p.114-115), a definição de discurso estabelecida por Harris coloca o enunciado numa posição estável, linear, uma vez que, segundo ele, basta-se ter enunciados justapostos e, conseqüentemente, ter-se-á o discurso. Essa definição coincide com a primeira impressão que Foucault (2002, p. 90) teve do enunciado quando afirma: “À primeira vista, o enunciado aparece como um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele”.

Entretanto, ao prosseguir com suas reflexões sobre o enunciado, Foucault (2002, p. 98-99) coloca em xeque a ideia de que o enunciado é o “átomo do discurso” e questiona quais são os traços que o distingue de uma frase, de uma proposição, de um ato ilocutório e da língua; em que consiste e que limites devemos reconhecer nele. E chega à delimitação do problema: “[...] o enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem; não se apoia nos mesmos critérios; mas não é tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser, tendo seus limites e sua independência.”

Ou seja, está descartada toda e qualquer possibilidade de o enunciado equivaler a tais estruturas, uma vez que ele não depende apenas do linguístico ou material. Daí Foucault (2002) concluiu que:

O enunciado não é uma estrutura [...]; é uma função de existência que pertence [...] aos signos e a partir da qual se pode decidir, [...] se eles fazem sentido ou não, segundo que regras se sucedem ou se justapõem, [...] e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (FOUCAULT, 2002, p. 98-99).

Ainda de acordo com Foucault (2002, p. 101), o fato de o enunciado ultrapassar o limite de estrutura faz com que ele não tenha a mesma relação que o nome mantém com o que designa ou significa, ou seja, com o seu referente. Essa relação entre nome e referente deve-se à convenção, ao fato de o homem ter atribuído nomes às coisas, pessoas, animais e esses nomes serem recorrentes todas as vezes que queremos fazer menção a tais coisas. Portanto, um vocábulo se constitui enquanto tal quando é efetivamente usado pelos falantes. Sem uso, o vocábulo inexistente. Enquanto isso, o enunciado existe, mesmo quando se descarta a possibilidade de recorrência. Isso não significa afirmar que ele jamais se repita: dois enunciados podem ter as mesmas palavras e praticamente os mesmos constituintes, o que os torna idênticos ou repetíveis.

Entretanto, cada enunciado é o resultado de um acontecimento único, que é a sua enunciação. Assim, o enunciado repete-se até certo ponto (nível linguístico) e torna-se irrepetível quando se considera seu acontecimento. No gênero piada, os enunciados podem coincidir com outros já anteriormente ditos; todavia as condições de produção desse dizer, o próprio gênero, os interlocutores envolvidos na enunciação corroboram para que o sentido seja outro, diferente do sentido apenas linguístico. Essa mudança também pode ocorrer quando o mesmo enunciado, inserido no mesmo gênero textual, é proferido por outros interlocutores. Logo, aquilo que é repetido não tem o mesmo efeito todas as vezes que reaparece.

Ao se reportar a respeito da função enunciativa, Foucault (2002) esclarece que os enunciados não são independentes. Muitas vezes, eles estabelecem ligação com outros enunciados. Em relação a isso, este autor assinala: “Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis”.

O impacto do dizer é variável. Depende das circunstâncias, de quem diz e como diz. Pode-se afirmar com Maingueneau (1996) ao se reportar aos estudos de Benveniste, que o enunciado é o produto e a enunciação é o processo. E os dois são interdependentes, pois o enunciado caracteriza-se enquanto tal, porque existem aspectos fisiológicos fazendo com que ele seja evocado. Existe um contexto material e social, onde ele é produzido, além de motivações psicológicas. Caso contrário, ele seria uma simples frase ou proposição. Por outro lado, a enunciação por si só não existe, sem que haja algo a ser dito ou escrito, ou seja, sem enunciado.

Conforme a postulação de Maingueneau (1996), a enunciação se constitui de dois aspectos: o linguístico e o extralinguístico. O primeiro diz respeito à língua, suas regras, seu

léxico, a qual torna possível a formulação de discursos por parte do enunciador, independente de quem seja. Já o aspecto extralinguístico corresponde àquilo que há de particular na enunciação, exterior à língua: lugar, espaço, motivações psicológicas, entonação, gestos, ideologia, posição social, historicidade do sujeito. Esses fatores tornam a enunciação um acontecimento irrepetível, conforme professou Foucault (2002, p. 116): “A enunciação é um acontecimento que não se repete: tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir”.

Daí, tanto os aspectos linguísticos quanto os aspectos extralinguísticos são necessários para que a enunciação ocorra. Outro aspecto a ser destacado é o contexto. É algo intrínseco à enunciação, contudo existe uma relação entre ele e o enunciado, uma vez que um enunciado, cujo contexto é desconhecido, torna-se difícil a sua compreensão. Ele pode se relacionar com diversas situações ou com apenas uma situação que, de repente, o falante/leitor desconheça. Portanto, é o contexto que esclarece, aponta, indica e é nele que o enunciado “ganha” sentido. Sobre isso que Foucault (2002, p. 103) afirmou: “É no interior de uma relação enunciativa determinada e bem estabilizada que a relação de uma frase com seu sentido pode ser assinalada”.

Ao enunciar, o sujeito demonstra vestígios da apropriação da língua. É o caso da tematização e da explicitação do sujeito. O sujeito pode tematizar seu próprio enunciado utilizando-se da língua. Ele é designado através de um elemento gramatical, o pronome pessoal eu, no entanto, nem sempre esse pronome refere-se ao locutor, assim sendo evoca o conhecimento extralinguístico. Nesse caso, coloca-se em discussão a ideia de que nem sempre o sujeito do enunciado coincide com o autor da formulação. Isso é evidente no texto literário, porém, também ocorre em outros tipos de enunciados.

Comprovando essa ideia, o autor defende:

[...] essa ruptura não está limitada apenas à literatura. É absolutamente geral na medida em que o sujeito do enunciado é uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, [...] diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos (FOUCAULT, 2002, p. 107).

Foucault (2002, p. 107) também chama a atenção para a ideia da posição do sujeito, como sendo “uma função vazia”, exterior ao ser de “carne e osso”. É uma função vazia porque qualquer indivíduo pode assumi-la. Ao assumir uma posição discursiva, o indivíduo passa à condição de sujeito. Um único indivíduo tende a assumir diversas posições,

dependendo do lugar em que se encontra socialmente. Sobre a posição-sujeito explicitaremos mais adiante.

Retomando nossa discussão, Foucault (2002, p. 116) defende que o enunciado pressupõe uma materialidade, ou seja, ele não existe sem que haja “um suporte, um lugar e uma data”. Do contrário, o enunciado não teria concretude, seria uma espécie de onda sonora, invisível. Uma mesma informação pode figurar em épocas diferentes, contudo não se constitui um único enunciado, já que “suas condições de utilização e de reinvestimento, o campo de experiência, de verificações possíveis, de problemas a serem resolvidos sofreram modificações” (Foucault, 2002, p. 119). A importância que se dá aos enunciados é variável, depende da época. Há momentos em que ele constitui um valor de verdade; noutros, esse valor é relativo. Todavia, ao prosseguir com essa discussão, o autor concluiu que asserções com o mesmo conteúdo informativo e com as mesmas possibilidades de utilização constituem o mesmo enunciado. É o que acontece quando proferimos um enunciado ora de modo resumido; ora de modo prolixo. A ideia e/ou informação é a mesma; há diferença na sua ocorrência. Logo, não importa em que época se deu o aparecimento do enunciado, mas o que ele é e a que finalidade se presta. Por outro lado, as discussões relacionadas ao enunciado prosseguiram, a ponto de se perceber que restringir-se a ele, seria limitar-se, ainda que eles constituam o texto. Daí, os pesquisadores debruçaram-se em torno de algo mais amplo – o discurso e o constituíram como o objeto da Análise do Discurso.

A Análise do Discurso nasceu a partir da convergência de áreas do conhecimento bastante diferenciadas - a Linguística, a Psicanálise e o Marxismo. Essa multiplicidade torna esse campo do conhecimento uma abordagem transdisciplinar. A Linguística por si só é limitada e não explica o discurso, quanto à sua constituição e à produção de sentido. Quando mencionamos a Linguística, queremos fazer referência ao estruturalismo de vertente saussuriana, para quem a língua era um sistema estruturado, previsível e controlado pelo falante, enquanto a fala não era considerada objeto de estudo por fugir desse controle que se exercia em relação àquela. Essa condição justifica a opção feita por Saussure em detrimento da fala, a qual é espontânea, assistemática; logo não se consegue prever o que o outro dirá. Ela pode revelar crenças, valores, desejos, que ao serem enunciados começam a provocar reações e comportamentos diferentes.

Enquanto a Linguística limita-se à língua, a AD une o linguístico e o histórico, através do discurso, por isso, esta última é mais abrangente. Até então, a abordagem da Linguística em relação à linguagem ocorria a partir das dicotomias. Uma delas é língua x fala. A Análise do Discurso, por sua vez, desconsiderou os pares dicotômicos e se propôs a estudar

o discurso. Orlandi, (2006) assegura que não há transparência na AD, visto ser constituída de campos do saber que não comportam transparência. A Análise do Discurso não é Linguística, não é Sociologia, nem Psicanálise, mas deriva delas e as questiona. A língua, materialidade do discurso e usada pelos interlocutores, é opaca, pois quem a usa atribui a ela sentidos, manipula-a, utilizando-a conforme seus interesses e objetivos. A história da qual o sujeito não consegue desvencilhar, também não lhe é transparente. Nem o próprio sujeito consegue ser transparente em relação a si mesmo, dada a condição de ser dividido e clivado.

De acordo com Mussalim & Bentes (2001), o sujeito é clivado por estar dividido entre o consciente e o inconsciente. Ele tem a ilusão de controlar o seu discurso, de ser a origem de seu dizer; mas, na verdade, isso não lhe é possível, visto que a constituição dele não ocorre no consciente. O sujeito encontra-se na região a qual ele não tem acesso – o inconsciente. São os vários discursos que o constituem, imprimindo-lhe um caráter de identidade. Daí, concordarmos com Orlandi (2002, p. 15) quando explicita: “Na Análise de Discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”. Não é a língua em si que produz sentido, mas a relação desta com a ideologia. Os sentidos dependem do ponto de vista com que se olha o objeto; além das condições de produção que afetam o dizer.

2.2 As limitações do binômio língua/fala e as possibilidades do discurso

Considerando que a AD concentra-se no discurso e não na dicotomia língua/fala ou apenas na língua; é possível compreender que ela não se apoia na concepção de linguagem como instrumento de comunicação. Se assim o fosse, teríamos um círculo de comunicação baseado em elementos já existentes, fixos e imutáveis constituídos de emissor, receptor, código, referente e mensagem. Segundo Orlandi (2002, p. 21), esse esquema funciona quando “o emissor transmite uma mensagem ao receptor, mensagem essa formulada em um código referindo a algum elemento da realidade.” Nesse sentido, a comunicação restringe-se à transmissão de informações, que ocorre conforme fora previsto, sem nenhuma interferência da parte dos sujeitos envolvidos. À medida que um fala, o outro compreende o que foi dito e responde conforme se espera que ele responda, visto que o código utilizado é transparente o suficiente para que emissor e receptor se entendam perfeitamente.

Enfim, a comunicação funciona a partir do binômio estímulo/resposta, em que tudo ocorre dentro do previsível. Essa previsibilidade, porém não ocorre com o discurso, pois conforme Orlandi (2002, p. 49), “os sujeitos e os sentidos são afetados pela língua e pela

história.” Ser afetado pela língua e pela história é ser diferente dos demais, imprevisível; da mesma forma, os sentidos que esse sujeito atribui aos enunciados não são estáveis. Compreender a língua sob a perspectiva do discurso é admitir que não há cumplicidade irrestrita entre os interlocutores durante a interação. A qualquer momento, um deles pode interromper ou discordar do outro.

Em decorrência dessa imprevisibilidade pode-se afirmar com Orlandi (2002, p. 21) que “a linguagem serve para comunicar e para não comunicar.” Depende de quem a utiliza, com que intenções, para atender a que propósito, que nem sempre são unânimes entre os enunciadores. Portanto, cada sujeito pode atribuir sentidos diferentes a uma mesma informação. Daí que “o discurso mais do que transmissão de informação é efeito de sentidos entre locutores” Pêcheux, (1969 *apud* ORLANDI, 2002, p. 21). Levando em consideração essa afirmação, observa-se que o discurso, por ser dinâmico, extrapola a concepção de linguagem enquanto transmissão de informações na qual predomina “o acordo comunicativo” entre os interlocutores. Nesse sentido, a concepção mais coerente é a que admite a linguagem enquanto interação.

Ao se reportar sobre a relação língua e discurso, Orlandi (2002, p. 22) afirma que este não é de todo livre, independente, ao contrário, está condicionado à língua e às determinações históricas. A língua, por sua vez, não é totalmente fechada, o quanto se acredita, sem falhas ou equívocos. Assim, o enunciador pode combinar palavras e formular enunciados próprios. Daí Orlandi (2002, p. 22) assegura que “a língua é condição de possibilidade do discurso.” Sozinha, ela pouco comunica. Apesar da aparente proximidade entre língua e discurso, a autora apoiando-se em Pêcheux (1975) diz não haver uma separação estável entre eles.

Enquanto isso, Foucault (1969, *apud* BRANDÃO 1998 p. 28) concebe o discurso como uma “dispersão”. Ao assumir essa condição está se afirmando que ele se desloca, é móvel, principalmente com relação ao sentido e a sua constituição. Descrevê-los é possível, desde que se apreendam as “regras de formação”, que possibilitam a determinação dos elementos que os constituem. As regras de formação determinam a que “formação discursiva” pertence o discurso. A partir do momento em que se apreende a formação discursiva, o discurso passa da dispersão para o campo da regularidade. Partindo desse pressuposto é que Brandão (1998, p. 28) traz à tona a definição de discurso formulada por Foucault (1969) “como um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva”.

De modo que, quando os enunciados possuem elementos em comum, considera-se que eles pertencem à mesma formação discursiva, a qual funciona como um controle dos dizeres. Alguém pode sentir-se instado a dizer algo, numa dada circunstância; entretanto, se a sua formação discursiva não permite, ele (a) evita dizê-lo. Por mais livre que alguém se considere para proferir o que pensa, na prática, o agir do sujeito se processa de maneira distinta. Às vezes, o sujeito profere/defende discursos com os quais discorda; porém o faz mobilizado pela formação discursiva. A posição ocupada na sociedade determina o dizer dele.

Prosseguindo com a discussão acerca do discurso, Orlandi (2002) lembra a etimologia da palavra. Assim, discurso está relacionado a curso, movimento, dinamicidade. “O discurso é assim a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” Orlandi (2002, p.15). Com isso, a Análise do Discurso se distancia da Linguística, no sentido de contemplar a fala, além de a oralidade não ser considerada apenas fala em si; mas relacionada ao contexto imediato e amplo, às intenções, aos objetivos com o sujeito enuncia fala e ao próprio sujeito em si. Os elementos que constituem a exterioridade são fundamentais para a AD, quer se trate da fala ou escrita. Essa exterioridade também é constituída das relações de saber, poder e disciplina defendidas por Michel Foucault em *Microfísica do Poder*.

2.3 Saber, poder e disciplina: a trilogia foucaultiana na construção do discurso

Ancorada nas ideias de Foucault, Brandão (1998, p. 31) define o discurso como “o espaço em que saber e poder se articulam”, uma vez que quem fala, o faz a partir de um lugar social, de um direito reconhecido institucionalmente. Assim, o que é dito é tido como verdadeiro, logo veicula um saber que gera o poder. Na ótica de Foucault (2004b, p. 14), o poder está disseminado em todos os lugares de forma a atingir a tudo e a todos. Nesse caso, se ele é comum aos seres em geral. Existem os dominadores e os dominados, ou seja, qualquer pessoa pode, em algum momento da vida, vir a exercê-lo. O poder não tem começo, nem fim. Também não está ancorado num grupo, por isso é móvel. Tal mobilidade faz com que ele seja exercido e não controlado. Ao invés de existir o poder, existem relações de poder. A respeito do que é o poder e suas implicações, o linguista afirma:

[...] O poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existem de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente, [...] o poder não existe, existem sim práticas ou relações de poder. [...] é algo que se exerce, que se efetua, que funciona (FOUCAULT, 2004b, p. 14).

Mediante essa afirmação, nota-se que não há um poder central controlador de tudo e de todos. Esse suposto poder é frágil e, a qualquer momento, tende a ser assumido por outros sujeitos. São os micro poderes. No caso específico do discurso humorístico, as relações de poder transitam entre os humoristas, como também entre as pessoas anônimas, que contam piadas; visto que eles desempenham a mesma função, apesar de somente os humoristas serem legitimamente reconhecidos para exercer tal função. Percebemos as relações de poder nesse tipo de discurso quando pensamos o dizer disseminado por quem conta piada. A questão não é só contar piada, mas, principalmente, a des-responsabilização do dizer. No texto humorístico, você tem um dizer, o qual não sabemos quem é o criador responsável. O dizer existe, é notório; porém não há um autor que assuma essa condição. Isso lembra Orlandi (2002) quando afirma que o discurso não tem origem, meio nem fim, é sempre uma continuidade e não há um discurso adâmico.

Certamente, uma mesma piada é repetida diversas vezes pelos humoristas; entretanto, cada um tem um estilo específico para contá-la e dramatizá-la. É importante ressaltar a diferença existente entre autor e função-autor de um texto. O autor é o indivíduo que escreve; enquanto isso a função-autor não é, necessariamente, quem assina o texto. Em relação ao princípio da autoria Orlandi (2002) assegura que um texto pode apresentar autoria indefinida, entretanto, considerando a função-autor imputa-se uma autoria a ele. É o caso das piadas. Cada vez que o humorista assume essa posição discursiva, ele se reveste da função-autor, visto representar um texto, o qual não produziu e desconhece o seu autor (indivíduo).

A fim de melhor esclarecer a função-autor, Orlandi (2002, p. 76) expõe: [...] o autor é o sujeito que, tendo o domínio de certos mecanismos discursivos, representa, pela linguagem, esse papel na ordem em que está inscrito, na posição em que se constitui, assumindo a responsabilidade pelo que diz, como diz, etc. Pode-se afirmar que a função-autor funciona como lugar da dispersão, visto poder ser assumida por qualquer indivíduo que, ao se constituir sujeito inscreve-se numa ordem discursiva específica.

Retomando a discussão sobre o poder, embora exista certo comodismo, ele implica em resistência, pois ninguém almeja ser dominado. Ainda que o ser humano não consiga reverter a situação de dominação. Em algum lugar, há alguém que se manifesta resistindo às relações de poder. Assim, numa disputa, o favorito é conhecido de todos, mas isso não significa que ele seja o vencedor. Da mesma forma é o poder: suscita dominação, como também resistência. Por isso, o linguista confessa:

Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria sede de poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar [...]. Onde há poder, não existe propriamente o lugar da resistência, mas pontos móveis e transitórios [...]. Ele é luta, afrontamento, relação de força [...]. E não é uma relação unívoca, unilateral. Nessa disputa ou se ganha ou se perde (FOUCAULT, 2004b, p. 14).

Isso é perceptível quando a sociedade se organiza em forma de paralisações, greves, *impeachment*, revoluções, ditaduras. Ou seja, é o dominado resistindo a um “poder” supostamente unilateral. A própria história tem revelado que a mudança é resultado de mobilizações. Nessa perspectiva, poder é relação de forças, isto é, uma dimensão constitutiva de qualquer relação social ou discursiva. Os parceiros, nesse jogo, estão em constante movimento de equilíbrio dessas forças. Tanto que o lugar da resistência exerce pressão sempre móvel sobre o lugar do domínio.

Ao chamar a atenção para o poder, Foucault também se reportou a respeito do saber como decorrente daquele e vice e versa. Ou seja, não há relação de poder que não seja acompanhada da criação de um saber. Assim, com base nesse entendimento, podemos agir produtivamente contra aquilo que não queremos ser e então ensaiar novas maneiras de ser e de organizar o mundo em que vivemos. Quando a maioria desenvolve um considerável nível de criticidade, conseqüentemente, ela detém o saber, automaticamente passa a exercer o poder. Obviamente que para atingir esse estágio não seriam necessário revoluções, mas organização, participação efetiva na vida comunitária. Paralelamente, quem está em posição do saber legitimado tem mais chance de ser ouvido, tem mais credibilidade e oportunidade para disseminar o saber de que é possuidor. Em se tratando de alguns programas humorísticos na televisão, percebe-se que eles seguem um modelo diferenciado dos programas veiculados há mais tempo. É uma forma diferente de se fazer humor. Talvez resultante de um saber construído a partir das relações sociais vigentes na atualidade. Tomando por base as relações de poder, a própria sociedade elaborou novos saberes que se aplicam aos diversos setores, de modo a imprimir uma nova roupagem aos programas e ao fazer humor.

Concernente às relações de poder/saber, Foucault (2004b, p. 21) comenta: “[...] saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber. Constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação do saber”. E esse saber não se relaciona apenas com o poder, mas com a política, com as condições socioeconômicas e culturais, visto que o saber produzido parte de um sujeito que vive em sociedade, faz escolhas, atua e age. Todavia, esse agir sobre o poder está condicionado a fatores da natureza econômica, a exemplo das

pesquisas científicas que necessitam de financiamento. Também está condicionado à questão ética, aos valores defendidos pelo possuidor de tal saber. Independente de qual seja o saber produzido, positivo ou negativo, ele será manipulado sob a forma de poder, a fim de beneficiar esta(s) ou aquela(s) pessoa(s). Quando uma empresa, instituição, entidade ou agente político decide apoiar determinado projeto ou pesquisa, está revelando que tipo de saber é a favor ou contra. O apoio por si só é uma decisão política, que afeta positiva ou negativamente a vida de outros sujeitos. Assim ao opinar sobre a relação saber/política, pesquisador defende:

Todo conhecimento [...] só pode existir a partir de condições políticas que se formem tanto o sujeito quanto o domínio do saber [...]. Todo o saber é político. E isso não porque cai nas malhas do Estado [...] mas porque todo o saber tem sua gênese em relações de poder (FOUCAULT, 2004b, p. 21).

Quem possui o saber, tem-lhe assegurado o poder e quem exerce este, está mais próximo daquele. Com isso, percebe-se o porquê de se valorizar o saber, quando cada vez mais são criadas as especialidades relativas às diversas áreas do conhecimento. E aumentam as exigências em relação ao mundo do trabalho. Quem tem a prática, porém não tem o “canudo”, não está legitimado para assumir sua função, pois a condição para chegar ao poder é possuir o saber institucionalizado pela sociedade. Em síntese, as relações de saber/poder que se manifestam em nossa sociedade são veiculadas através do discurso.

2.4 Os rituais e as estratégias na constituição do discurso

Em conformidade com Foucault (2004a), a produção e a veiculação do discurso não advêm de qualquer sujeito, senão de uma instituição reconhecida socialmente. Logo, não é qualquer sujeito que está autorizado a falar o que quiser. Nesse caso, o mais provável é que seu discurso não seja ouvido ou considerado loucura. De fato, os discursos autorizados a circularem são aqueles que as instituições elegeram como tais. São discursos ritualizados cuja aparição se dá através de rituais, os quais o sujeito deve realizar. Quanto ao poder desse discurso, não advém exatamente dele, mas da instituição que o sujeito representa. Como se percebe, o sujeito não é o criador daquilo que profere, apenas representa o discurso. Por sua vez, a sociedade controla a produção de discurso, de modo que se diminuam as divergências, concentrando o público numa única direção. Ou seja, fazendo com que as pessoas apoiem o

discurso, sem revoltá-las. Esse controle é exercido através de vários procedimentos. A respeito dos quais, o autor afirma:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2004a, p. 8-9).

Com base nesses procedimentos, a sociedade controla o discurso dos sujeitos. Através da *interdição*, ela precisa o que o sujeito deve dizer, a quem dizer, como e em que circunstância fazê-lo. Nesse caso, há assuntos os quais podem ser ditos; outros terminantemente proibidos, sem que haja uma explicação plausível para tal proibição. Se um discurso é proibido, certamente existe nele algo temível. Foucault (2004a, p. 10) confessa que o discurso está relacionado ao poder e ao desejo. Daí, o interesse em saber não reside exatamente naquilo que o discurso manifesta ou oculta, mas naquilo que designa o objeto de desejo. E confirma: “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” Foucault (2004a, p. 10).

Ainda discorrendo sobre o discurso, Foucault (2004a, p. 15) chama a atenção para a separação entre o discurso verdadeiro e o discurso falso. O discurso verdadeiro era proferido “por quem de direito e conforme o ritual exigido”. A ênfase, nesse caso, estava na pessoa que proferia o discurso: o rei, o papa e no que esse discurso era/fazia. Posteriormente, passou-se a dar atenção àquilo que o discurso dizia. Foucault (2004a) se pronunciou sobre esse deslocamento dizendo:

[...] a verdade a mais elevada já não residia mais no que era o discurso, ou no que ele fazia, mas residia no que ele dizia: chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência (FOUCAULT, 2004a, p. 15).

Esse deslocamento revela-se em solenidades oficiais quando há quebra de protocolo, a fim de dar ênfase a algo que não seria proferido, caso o ritual fosse rigorosamente cumprido. No gênero piada, existem verdades ocultas, as quais não são reveladas explicitamente, fora desse contexto, em virtude das coerções que o sujeito pode sofrer, até porque além dos humoristas, qualquer pessoa profere textos humorísticos. Nesse caso, torna-se bastante complicado identificar o responsável pela criação desse dizer se é que isso é possível. Logo, o que será combatido é o dizer e não quem o proferiu. A separação entre o

discurso verdadeiro e o discurso falso também está relacionada com a noção de função-autor criada por Foucault. Ao estabelecer um fosso entre o verdadeiro e o falso, ele deslocou a atenção do interlocutor para o dizer. O sujeito-autor profere o discurso, o qual nem sempre é de sua autoria. Sendo assim, se alguém discorda do teor do discurso, não há motivos para responsabilizar aquele que assume a função-autor.

Outra questão pertinente em se tratando dessa separação é o fato de que quem assume as relações de poder, elege os discursos a serem considerados verdadeiros e os discursos a serem tidos como falsos. Portanto, o rótulo verdadeiro/falso é passível de questionamento. Há ideologias, intencionalidade em tais escolhas, as quais já se sabe previamente que será beneficiado. A separação entre o verdadeiro e o falso relaciona-se com o procedimento externo e delimitação do discurso - a vontade de verdade. Conforme esse procedimento há uma verdade culturalmente posta e outras verdades que se contrapõem àquela. Essa verdade é a norma; as demais existem; porém, funcionam como verdades suspeitas.

Afora os procedimentos aqui mencionados, Foucault (2004a) ainda lembra a existência da disciplina, das doutrinas, da rarefação, do ritual, das sociedades de discurso e da apropriação social do discurso. Muitas vezes, aquilo que o sujeito diz é uma verdade, entretanto por infringir as expectativas da instituição a que pertence, seu dizer é menosprezado, porque a verdade não é o bastante. O que importa é estar “no verdadeiro”. E essa concepção advém da instituição e não do sujeito. A fim de dizer algo, o sujeito necessita cumprir o ritual exigido pela ocasião. Não basta dizer. É preciso saber como fazê-lo. Segundo Foucault (2004a, p. 39), o ritual “define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia [...] das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem os limites de seu valor de coerção”. Não é conveniente o sujeito contar piadas em meio a um júri, a uma cerimônia religiosa e assim por diante. Esse gênero textual extrapola a natureza de tais eventos e insistir na sua ocorrência é ir de encontro àquilo que o ritual prevê e aceita.

Finalmente, o que se percebe, com base nos procedimentos aqui expostos, é que o discurso une, separa, inclui, exclui, educa ou torna rebelde o indivíduo. A eficácia dos procedimentos está justamente em eliminar todas as ameaças em relação ao objeto de desejo e poder presentes no discurso.

2.5 O papel da ideologia na (in) eficácia do discurso

A partir do momento em que a Linguística se deteve a estudar o discurso, ela também passou a estudar a ideologia, como parte constitutiva daquele. Assim, através do discurso, pode-se depreender que ideologia o sujeito defende ou se manifesta contrário. Estabelecendo uma diferença entre a Linguística e as ideias de Althusser, percebe-se que há uma estreita relação entre elas, pois é a linguagem que corporifica a ideologia, uma vez que esta perde sua eficácia, caso não seja propagada. E isso só é possível graças à linguagem. Todavia a ideologia inexistente por si mesma, visto que se depreendem as ideias de um sujeito a partir de seus atos, ou seja, estes correspondem àquelas.

Concernente à relação ideologia e linguagem, Orlandi (2006) ressalta o papel daquela no sentido de interpelar o sujeito através da língua. Ao mesmo tempo em que o sujeito atribui sentido à língua fazendo-a significar, ele também se significa. É uma relação de cumplicidade. O sujeito depende da língua para interagir com outros sujeitos. Em contrapartida, a língua torna-se concreta a partir de seu uso. Esse assujeitamento não é quantitativo, nem mensurável. O sujeito deixa de ser indivíduo e assume essa condição pelo assujeitamento à língua na história. Existe uma diferença significativa entre indivíduo e sujeito. Enquanto o indivíduo diz respeito ao ser biológico, psicológico; o sujeito, por sua vez, diz respeito ao ser histórico, simbólico, discursivo e ideológico, que não tem existência própria senão pela interpelação. Não é possível considerar o sujeito enquanto ser psicológico, visto que ele, conforme concebe a AD, não tem consciência de tudo o que diz. Ele tem acesso apenas à parte do que diz, àquilo situado na consciência

Ainda conforme Brandão (1998, p. 23), “a função da ideologia é constituir os indivíduos concretos em sujeitos.” Não é o indivíduo que pensa ou age apenas em benefício próprio, mas é o ser que realiza tais ações em nome de uma instituição. Logo, ele não é ele mesmo, perde a individualidade, tornando-se semelhante aos demais através da interpelação. O indivíduo torna-se sujeito no e pelo discurso, por natureza, ideológico. Graças à linguagem, o sujeito busca preencher sua incompletude.

O processo de interpelação reflete na atitude do sujeito mediante os textos, no que concerne à interpretação. Orlandi (2002) assegura que o sujeito é instado a interpretar, ou seja, os sentidos reivindicam uma interpretação. É preciso atribuir sentido aos textos. Ao mesmo tempo, “o sentido aparece como evidência, como se ele já estivesse lá”. Assim, há um paradoxo: deve-se interpretar; entretanto, não se admite qualquer sentido.

2.6 A identidade do eu depende do outro

Até aqui temos falado sobre as abordagens que contribuíram para o surgimento da AD. Dentre elas, destacamos o estruturalismo e o materialismo histórico. Além dessas, outra abordagem faz parte da constituição da AD. Trata-se da psicanálise lacaniana.

A psicanálise lacaniana é baseada nos escritos de Freud e se detém sobre os conceitos de consciente, inconsciente, sujeito centro e critério do lugar vazio. Conforme Lacan, citado por Mussalim & Bentes (2001, p.107), o inconsciente é o conceito base da psicanálise, pois ao falar, o sujeito acredita que está sendo ele mesmo e que seu discurso é original, porém aquilo que ele enuncia nada mais é que um reflexo do seu discurso somado a outros discursos localizados no inconsciente. Esses outros discursos provêm de direções variadas. É o discurso do pai, da família, da escola, da religião, do sindicato, etc., que se fundem numa única ideia, emergem e fazem vir à tona o sujeito. Esses discursos constituem o Outro (com O maiúsculo). Quando o sujeito acredita ser o protagonista daquilo que fala, está nada mais que vivendo a ilusão do sujeito centro, pois se os discursos provêm do inconsciente, região cerebral inacessível, conseqüentemente, ele não tem domínio sobre si mesmo, em se tratando de linguagem. Portanto, o sujeito é visto como uma representação, já que com base no discurso do Outro, ele se define e ganha identidade. A presença do outro é uma presença dominante, visto que representa discursos anteriores e exteriores ao sujeito, existem antes dele e fora dele. Sobre a identidade do sujeito, (Mussalim & Bentes, 2001, p. 108) coloca que ela “é garantida pelo lugar do outro, ou seja, por um sistema parental simbólico que determina a posição do sujeito desde sua aparição”.

Assim sendo, o sujeito não está no consciente onde é procurado, mas no inconsciente, onde não se tem acesso e onde ele não se encontra. Daí se dizer que o sujeito é descentrado, como também clivado por estar dividido entre o consciente e o inconsciente. Assim, de acordo com Mussalim & Bentes (2001, p. 109), o sujeito não é nada mais “que um significante do Outro”. Em outras palavras, o sujeito é um ser dependente do Outro para se constituir enquanto tal.

Como se vê, Lacan estabelece o conceito de sujeito a partir da relação que este mantém com o inconsciente e com o Outro, através da linguagem. E a linguagem é a força motriz dessa relação.

Ainda sobre o sujeito, a autora confessa:

O sujeito por definir-se através da palavra do outro, nada mais é que um significante do outro. Mas por ser um sujeito clivado, dividido entre o consciente e o

inconsciente inscreve-se na estrutura caracteristicamente definida por relações binárias entre seus elementos, como uma descontinuidade, pois emerge no intervalo existente entre dois significantes, emerge sob as palavras, sob o discurso (MUSSALIM & BENTES, 2001, p. 109).

Retomando a ideia de sujeito descentrado, ele é um sujeito essencialmente histórico, visto que enuncia a partir de um lugar social e de um tempo. A noção de sujeito determinado pela história alia-se à noção de sujeito ideológico. Este não enuncia qualquer coisa, mas apenas aquilo que melhor lhe convém na ocasião, ou seja, o sujeito ajusta o seu dizer ao dizer do outro. Conseqüentemente, o sujeito é um indivíduo assujeitado e jamais senhor do seu dizer. Daí a ideia de sujeito centro ser uma ilusão. Ao mesmo tempo em que ele é assujeitado ao seu destinatário, também o é em relação a discursos já existentes ou historicamente constituídos. A remissão a discursos anteriores constitui a heterogeneidade discursiva e a polifonia discursiva. Eles aparecem mais ou menos explícitos e/ou complexos. Reforçando a ideia da heterogeneidade da linguagem, (Brandão, 1998, p. 50) afirma: “A linguagem não é mais evidência, transparência de sentido produzida por um sujeito uno, homogêneo, todo-poderoso. É um sujeito que divide o espaço discursivo com o outro”.

Além do assujeitamento à história de que tratamos há pouco, o sujeito está condicionado por outro tipo. Trata-se do assujeitamento à língua. O sujeito ao dizer faz escolhas lexicais, semânticas, discursivas, de forma a utilizar os termos mais apropriados ao gênero textual/discursivo, à situação comunicativa. A partir do momento em que se utiliza um termo, automaticamente, ignora-se outro. Essa possibilidade de escolha é não só linguística; mas ideológica e política.

Baseando-se na ilusão discursiva do sujeito, pode-se afirmar que ao produzir ou ler um texto, o sujeito está diante de enunciados os quais não estão isolados. Normalmente, há discursos com os quais eles podem dialogar, visto que os discursos não estão acabados, mas sujeitos ao contra discurso. De modo que para Bakhtin (1975, p. 103 *apud* BRANDÃO 1998, p. 53), “a constituição do discurso se dá na atmosfera do “já-dito” e é regulado pela possível réplica do nosso alocutório”. Em decorrência disso falamos basicamente aquilo que desejamos saber como resposta do que dissemos, daí prevemos o que o outro deveria dizer, e ao mesmo tempo, solicitamos o que não foi dito. Concernente a esse contra discurso, Brandão (1998, p. 53) reforça: “Ao enunciar o locutor instaura um diálogo com o discurso do receptor na medida em que o concebe não como mero decodificador, mas como um elemento ativo atribuindo-lhe a imagem de um contra discurso”.

Levando em consideração a maneira como se processa a interação entre interlocutores, pode-se afirmar que o discurso caracteriza-se pela sua natureza dialógica. Ele não é uma via de mão única, visto que seus sentidos não são rigorosamente previsíveis, nem são únicos. Se o fosse, a interação necessariamente seria regida pelo princípio da cooperação e todos os problemas resolver-se-iam a partir da linguagem. Dada essa possibilidade que os discursos têm de significarem, diz-se que eles são heterogêneos. Entretanto, os discursos são de certa forma, controlados, sendo os sentidos deles demarcados pela formação ideológica que os governa. De modo que, o sujeito não enuncia tudo o que lhe vem à mente, pois ele está inserido numa classe social, pertence a uma instituição (família, escola, sindicato, igreja, etc.) e, automaticamente, é assujeitado à formação discursiva e ideológica. Logo, o seu “dizer” será considerado legalizado se estiver em sintonia com os sentidos admitidos por esse tipo de formação no interior do espaço interdiscursivo. Na realidade, existe um encadeamento: os sentidos que o sujeito atribui podem ser múltiplos e, ao mesmo tempo, já demarcados. Múltiplos porque a formação discursiva o permite e demarcados porque esta é controlada pela formação ideológica. Então, para a Análise do Discurso, o que é preponderante não é o sujeito em si, mas o lugar ideológico que ele ocupa. Concernente à relação entre a formação discursiva e ideológica, a autora explicita:

Uma formação discursiva, apesar de heterogênea, sofre as coerções da formação ideológica em que está inserida. Sendo assim, as sequências linguísticas possíveis de serem enunciadas por um sujeito já estão previstos, porque o espaço interdiscursivo se caracteriza pela defasagem entre uma e outra formação discursiva (MUSSALIM & BENTES, 2001, p. 131).

O que se pode depreender é que os sentidos são previamente demarcados. Eles não podem ser qualquer um. Nem todo e qualquer sentido é aceito, em se tratando de interpretação de um texto, pois há especialistas a quem se delega o poder de atribuir sentido. Quem não constitui o grupo “autorizado” a interpretar não pode atribuir sentido aos textos, conforme queiram. Contudo, os sentidos só existem a partir da constituição do discurso. Logo, não há sentido exterior ao discurso. Ele é construído à medida que se lê e se procede às relações necessárias a sua construção, a exemplo da utilização dos conhecimentos prévios e de mundo, conhecimento do gênero textual, do contexto e da língua, além de estratégias de leitura e do acionamento das possibilidades permitidas pela formação ideológica. Pêcheux (1975, p. 144 *apud* BRANDÃO 1998, p. 62) esclarece: “o sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo, [...] mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio histórico em que as palavras, expressões, proposições

são produzidas”. Ou seja, aquilo em que acreditamos, professamos ou comungamos determinam a interpretação de nossos textos. O sujeito pode até ter um entendimento a respeito de um assunto/ideia específicos, entretanto, o seu enquadramento numa formação ideológica, determina que ideias ele deve defender, como deve agir. A fim de sintetizar o que é o sentido na AD, Mussalim & Bentes (2001, p. 132) afirma: “o sentido não é único, já que se dá num espaço de heterogeneidade, mas é necessariamente demarcado”.

O sujeito é um indivíduo interpelado em sujeito. Na ótica de Brandão (1998, p. 64), essa sujeição “se faz em nome de um Sujeito (com S maiúsculo) único e absoluto” que, ocupa o lugar do centro. Em consonância com (Brandão, 1998, p. 64): “A perpetuação do assujeitamento depende do reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito e dos sujeitos entre si e, finalmente, o reconhecimento do sujeito por si mesmo”. Portanto, aceitar livremente a condição de assujeitamento é uma forma de manter a estabilidade social. Rebelar-se é ir contra a ideologia e instigar a ação dos aparelhos repressivos do Estado. Por outro lado, caminhar com suas próprias pernas indica/revela a outra faceta do sujeito – ele também é livre, de maneira que ocupa um lugar especificamente seu, dentro da formação discursiva a que pertence. Consequentemente, o sujeito é livre e, ao mesmo tempo, assujeitado. Daí Pêcheux (1975, p. 156 apud BRANDÃO 1998, p. 65) enfatiza: “cada sujeito é assujeitado no universal como singular ‘insubstituível”’.

Esse sujeito que está a viver constantemente essa tensão é atingido por dois tipos de esquecimentos. O primeiro deles diz respeito à ilusão inconsciente e ideológica de que ele é o senhor de seu discurso, a origem do que diz. Nesse caso, ocorre uma recusa/apagamento do discurso exterior a sua formação discursiva, uma vez que o sujeito deseja alterar o sentido do discurso. Aquilo que o sujeito diz se constitui num dos modos de dizer; há outros, dos quais ele se esquece, acreditando ter o controle do seu dizer. Essa crença nada mais é que a ilusão discursiva do sujeito. Enquanto isso, o segundo esquecimento situa-se no nível da pré-consciência ou consciência. O sujeito retoma o que foi dito e faz uso de estratégias discursivas, a fim de refazer seu discurso tornando-o mais ameno, logo menos tendencioso e problemático. Aquilo que o sujeito diz poderia ser dito de várias outras estratégias linguístico/discursivas. Desse modo, ele esquece as demais possibilidades não utilizadas para a construção dos sentidos. A respeito desse esquecimento, Brandão (1998, p. 66) reforça: É a operação de relação linguística que todo falante faz entre o que é dito e o que deixa de ser dito, em que no interior da formação discursiva que o domina, elege algumas forças de sequências que se encontram em relação de paráfrase e “esquece”, oculta outras. Quer o sujeito utilize esta ou aquela forma de dizer, o seu dizer não tem como origem o sujeito,

conforme já discutimos, visto que a linguagem é anterior a ele e é a condição *sine qua non* não há sujeito. Em meio a essa realidade inevitável, ele encontra-se constantemente a dizer e reproduzir dizeres anteriores, sem perceber. Por sua vez, os sentidos de tais dizeres não se circunscrevem nas palavras em si, mas dependem das condições de produção, nas quais o dizer ocorre. O fato de as palavras nos precederem isenta o sujeito da condição de monopolizador do discurso.

Levando em conta outros conceitos da AD, a exemplo de interdiscurso, percebe-se que os discursos são múltiplos. Sempre há diferenças entre um e outro. Contudo, ao mesmo tempo, em que eles são únicos, também são semelhantes. Assim, o reconhecimento da especificidade de um discurso só é possível quando se coloca o discurso em questão em relação com outros discursos. Esse espaço de intersecção é denominado interdiscurso. Em relação ao que é interdiscurso, a autora comenta:

O interdiscurso passa a ser o espaço de regularidade pertinente, do qual os diversos discursos não seriam senão componentes. Esses discursos teriam a sua identidade estruturada a partir da relação interdiscursiva e não independentemente uns dos outros para depois serem colocados em relação (BRANDÃO, 1998, p. 72).

Os dizeres não são únicos, nem irrepetíveis. Por mais que acreditemos que estamos formulando um enunciado novo, isto não passa de uma ilusão discursiva do sujeito, que corresponde ao esquecimento número 01 de que já falamos neste trabalho. Aquilo que supomos ser uma inovação, certamente existe ou já existiu em algum lugar, momento ou circunstância. Logo, a suposta inovação não ultrapassa o nível do já-dito, do pré-construído. Estamos constantemente a usar as palavras dos outros em nosso contexto, até porque a língua é um fenômeno/realidade social, não é fechada. Seu repertório está disponível a qualquer falante, além de ser anterior a cada um de nós. A diferença no que concerne ao uso da língua reside, exatamente, nas condições de produção. O interdiscurso consiste na associação entre as palavras e os sentidos que ativam na memória do falante. Orlandi (2002, p. 33) o define de forma bastante esclarecedora: “O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”. Provavelmente, deva existir algo novo no que dizemos, principalmente, na forma como esse discurso reaparece. Em meio à atribuição de sentidos realizada pelo sujeito; há também a recuperação dos sentidos anteriores. Esse dizer já-dito, pré-construído e que vem à tona sempre que enunciamos é o interdiscurso. Ele se relaciona com a memória discursiva.

Seguindo Orlandi (2002, p. 31), o interdiscurso: “É o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”.

Todavia, Orlandi (2006, p.21) expõe uma particularidade da memória discursiva afirmando que “ao enunciarmos ocorre uma estratificação de formulações já feitas que preside nossa formulação e formam o eixo de constituição do nosso dizer. Mas são formulações já feitas e esquecidas”. Nesse sentido, quando evocamos uma palavra, certamente, outras pessoas a mencionaram antes, em circunstâncias as mais variadas possíveis, o que resultou em significações diferentes. Talvez, nós mesmos fizemos menção a essa palavra e não temos lembrança do que ela significou naquela ocasião. Daí, na concepção de Orlandi (2006, p. 22), essa palavra “significa não apenas o que temos intenção de dizer, mas também pela memória de que ela está impregnada e que desconhecemos”. Logo, a memória discursiva diz respeito aos conceitos que cada um tem arquivado acerca de determinados dizeres. É aquilo que nos vem à mente ao ouvirmos certos dizeres.

Courtine (1984 *apud* ORLANDI 2002, p.32-33) expõe a relação existente entre o já-dito e o que se está dizendo. Aquele se relaciona com a constituição de sentido, diz respeito aos enunciados dizíveis. Enquanto este trata-se da formulação: o que dizemos no momento presente e em que condições o nosso dizer ocorre. De modo que os sentidos atribuídos ao dizer dependem desses dois eixos.

Assim, a autora conclui:

A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer [...] se nos colocamos na perspectiva do dizível [...] todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória [...] e o da atualidade [...]. É esse jogo que tiram seus sentidos (ORLANDI, 2002, p. 33).

Há sempre um dito anterior ao nosso dizer e, ao mesmo tempo, a possibilidade de uma palavra adquirir novos significados ao serem utilizadas. Logo, os sentidos não são fixos.

2.7 Formações imaginárias: de que forma se materializam no discurso

Na concepção de Orlandi (2002, p. 39), não há discurso isolado, que não se relacione com outros discursos. “Os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros.” Nesse sentido, não há discurso com duração pré-estabelecida, visto que ele pode se relacionar com dizeres realizados, imaginados ou possíveis. Se o sentido a ser atribuído ao discurso pressupõe relações com os discursos

anteriores ou previstos, isto evidencia que os falantes estão aptos a manipularem as palavras, no intuito de fazê-las ter um sentido e não outro. A esse mecanismo dá-se o nome de antecipação. Relativo a ele, Orlandi (2002, p. 39) explicita: “[...] todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor “ouve” suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem”.

O mecanismo de antecipação vai de encontro à concepção de linguagem enquanto transmissão de informações e ao esquema de comunicação proposto por Jakobson, visto que durante a interação, o sujeito antecipa-se ao seu interlocutor quanto aos possíveis sentidos que as palavras possam ter; de modo a assegurar seus objetivos e evitar aquilo que contraria quem disse. Nessa concepção de linguagem há uma uniformidade quanto aos objetivos, à intencionalidade dos interlocutores e à produção de sentidos. Da mesma forma, no esquema de comunicação, a regularidade é uma constante e a compreensão é uma certeza. Refletindo um pouco mais a respeito do conceito de antecipação, concordamos com Orlandi (2002) ao afirmar que esse mecanismo dirige o processo de argumentação no intuito de estabelecer os resultados dos efeitos de sentido em relação ao interlocutor. Isso significa que o sujeito ao enunciar e ter a liberdade de formular imagens do seu interlocutor está assujeitado por não poder dizer tudo o que pensa, principalmente, quando seu interlocutor assume uma posição na hierarquia social superior à dele. Em detrimento disso, o sujeito muda o curso do seu dizer.

Ainda acerca do mecanismo de antecipação pode-se afirmar que funciona como uma autodefesa, pois o sujeito deseja assegurar que as palavras adquiram o efeito de sentido que melhor lhe favoreça. No entanto, a antecipação não se manifesta de uma maneira uniforme, visto que dependendo de quem seja o interlocutor, o falante utilizar-se-á desse artifício de modo diverso. Logo, o interlocutor é a peça fundamental desse jogo. Essa preocupação a que o falante está sujeito revela outra questão - a relação de forças existentes entre os falantes. Assim, os sujeitos dizem apenas aquilo que é coerente com a posição ocupada socialmente. Cada posição ocupada requer um dizer específico que, nas entrelinhas, revela relações movidas pelo poder. Portanto, há dizeres que valem mais que outros, contudo, de um modo geral, todos passam pelo crivo das formações imaginárias. Nesse jogo imaginário, está envolvida a imagem do sujeito locutor, a imagem do interlocutor e do objeto do discurso. Esse jogo inclui ainda: “[...] a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso” (Orlandi, 2002, p. 40).

Na verdade, o que constitui as diferentes posições são as imagens. Um sujeito pode enunciar de várias posições e, a cada uma, o interlocutor evocar imagens diferentes a

respeito dele. Não importa quem fala, mas a posição discursiva defendida, que faz com que seu dizer signifique de um modo determinado.

A respeito disso, a linguista reforça:

[...] É preciso referir o sentido às suas condições de produção, estabelecer as relações que ele mantém com sua memória e também remetê-lo a uma formação discursiva [...] para compreendermos o processo discursivo [...]. Os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas (ORLANDI, 2002, p. 42).

Muitas vezes, não se compreende a mudança de posicionamento de determinada pessoa ao assumir algumas funções/cargos. Contudo, essa mudança é previsível na Análise do Discurso, uma vez que o sujeito fala a partir do lugar que ele está ocupando no presente. Os discursos do sindicalista e do prefeito são diferentes, mesmo proferidos pelo mesmo sujeito. A cada posição ocupada socialmente, o sujeito vai enunciar aquilo que a formação discursiva e a formação ideológica permitem-no.

2.8 A constituição do sujeito na AD

Segundo Brandão (1998, p.64) através da “interpelação ideológica”, o sujeito, pressupondo ser livre, é levado a ocupar um lugar nos grupos ou classe de uma dada formação social. As instituições tratam de reproduzir e manter as relações entre as classes. Relações essas que num momento ou noutro podem se confrontar, fazer alianças ou dominar. Para Brandão (1998, p.38) esse conceito o qual envolve “um conjunto complexo de atitudes e de representações,” é denominada de formação ideológica. Por sua vez, é a formação ideológica que governa as formações discursivas, pois ao fazer parte de uma formação social, o sujeito profere aquilo que sua formação admite, não sendo “livre” para veicular outras informações. A função das formações discursivas é justamente esta - controlar os dizeres. Daí Orlandi (2002, p. 43) defini-la como: “[...] aquilo que numa formação ideológica dada [...] determina o que pode e deve ser dito.” Numa formação discursiva encontram-se os vários discursos pertinentes a uma mesma área. Levando em conta tais cerceamentos, a formação discursiva está relacionada à ideia de palavra proibida defendida por Foucault (2004a) – o sujeito não diz/faz tudo o que deseja. Limitar a ocorrência do discurso é admitir que ele é rarefeito, logo é acessível a poucos.

De acordo com Brandão (1998, p.39), a noção de formação discursiva envolve mecanismos de abertura e fechamento do discurso: na paráfrase, por exemplo, uma formação

discursiva circunscreve-se num espaço fechado, uma vez que os enunciados são retomados e reformulados. Em contrapartida, a polissemia dá espaço à multiplicidade de sentidos, ao deslocamento.

Também faz parte do funcionamento de uma formação discursiva, o pré-construído, em oposição ao construído. Enquanto aquele remete uma construção exterior e anterior ao discurso, este só envolve o que está posto ou inscrito no enunciado.

O fato de as formações discursivas serem governadas por uma formação ideológica poder-se-ia pensar que elas são blocos homogêneos; entretanto, como não há limites, nem fronteiras entre elas, estas se tornam heterogêneas. Concernente à heterogeneidade, Orlandi (2002, p. 44) conclui: “Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações”.

Isso porque conforme Pêcheux (1975 *apud* ORLANDI 2002, p. 44), os sentidos das palavras não estão nelas mesmas, nem depende apenas da língua. O sentido literal não é exclusividade, visto que ele é substituído por outro sentido. Essa transferência e/ou substituição resulta na metáfora. Consequentemente, a formação discursiva é um lugar mais ou menos provisório. Daí se justifica o fato de uma mesma palavra assumir significações diferentes dependendo de quem a emprega.

Pode-se afirmar com Orlandi (2006, p.15) que as condições de produção incluem os sujeitos, o interdiscurso e a memória discursiva. Com relação ao sujeito, conforme já expusemos, neste trabalho, é um ser dividido entre o consciente e o inconsciente e vive a movimentar-se entre esses dois polos. O sujeito toma ciência de que não é possível optar por apenas um desses polos. Essa condição instável também o leva a concluir que ele não é senhor do seu dizer. O eu perde a centralidade, por isso se diz que o sujeito é descentrado. Nesse caso, sobressai o outro, presente na linguagem, especificamente no discurso do sujeito. Contudo, o sujeito não é necessariamente assujeitado. Há momentos em que as atitudes dele evidenciam a condição de liberdade, a exemplo de quando ele, tendo consciência da formação social na qual seu grupo se insere, rebela-se ao defender discursos não permitidos pelo grupo. Ou ainda, quando através da antecipação e do jogo de imagens, o sujeito vislumbra o lugar onde o interlocutor está e o que ele gostaria de ouvir.

Isso é possível porque o sujeito fala a partir da posição que ele ocupa e das projeções que faz ao enunciar. Daí ele deixa de ser apenas humano e passa a ser representação dos lugares que ocupa na estrutura de uma formação social. De acordo com a autora:

[...] No discurso, as relações entre esses lugares acham representadas por uma série de “formações imaginárias” que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. (...), em todo processo discursivo, o emissor pode antecipar as representações do receptor e, de acordo com essa antevisão do “imaginário” do outro, fundar estratégias de discurso (BRANDÃO, 1998, p. 36).

Antes de prosseguir com as formações imaginárias, faremos menção a outro constituinte das condições de produção - a situação. É o contexto imediato em que ocorre a enunciação: o lugar, o tempo, os sujeitos, os enunciados. Também faz parte da situação, o contexto sócio histórico, ideológico. A partir deste, pode-se antever como a língua e a história se articulam através do discurso, tornando-o portador de sentidos, como funcionam as relações de saber/poder nas instituições de que o sujeito participa. Ou seja, a situação envolve o momento da enunciação e as possíveis relações desta com épocas anteriores.

Além dos sujeitos, da situação, da memória e do interdiscurso mencionados por Orlandi (2006), também constitui as condições de produção a dupla ilusão do sujeito. Mussalim & Bentes (2001, p.136) incluiu os esquecimentos como integrantes das condições de produção por concordar com Pêcheux (1969) que afirmava que a dupla ilusão do sujeito manifesta-se na superfície discursiva a exemplo da heterogeneidade discursiva, em que o sujeito pode manipular a língua a seu modo. Nesse caso, a heterogeneidade discursiva nada mais é do que uma “evidência dessa relação imaginária que o sujeito tem com o próprio discurso, como uma tentativa de controlar o próprio discurso”. (Mussalim & Bentes, 2001, p. 136).

Ao se reportar sobre as condições de produção, mais precisamente sobre as formações imaginárias, Osakabe (2002, p.53) afirma concordar com Pêcheux quando ele substituiu a palavra mensagem pela palavra discurso, visto que aquela não abarca o “efeito de discurso” (Pêcheux 1969, p.17), nem a relação de intersubjetividade, todavia, o autor confessa discordar de Pêcheux com relação aos termos destinador e destinatário por se resumirem “a representantes de um lugar em uma formação social”. E acrescenta ao quadro proposto por Pêcheux (1969/1990) questões relativas aos pontos de vista de A e de B sobre o referente. Nesse caso, não se quer saber que a imagem que A e B fazem de si e do outro, mas “o que A pretende falando de uma forma e de não de outra”. Em síntese, Osakabe quis chamar a atenção para a necessidade de se incluir nas condições de produção os atos de linguagem: perlocucionários e ilocucionários. Os atos perlocucionários correspondem aos efeitos que o dizer comunica ao destinatário, a exemplo de convencer, persuadir. Por sua vez, os atos ilocucionários correspondem às ações contidas no dizer. Dos dois tipos, Osakabe opta pelos

atos perlocucionários como os que merecem mais atenção e que mais se relacionam com a discussão sobre as formações imaginárias.

Tanto os atos perlocucionários quanto ilocucionários são comuns numa interação. Esta pressupõe enunciadore: destinador e destinatário, não exatamente seres que assumem papéis fixos, mas que se revezam nessa função. Com exceção do monólogo, as demais formas de interação sempre requerem a presença de mais de uma pessoa. À medida que ocorre a interação, percebe-se a maior ou menor participação do locutor e do ouvinte. Se o locutor está com a palavra, logo se supõe que ele seja o agenciador do discurso. Relativo ao agenciamento de discurso, Osakabe (2002, p. 59) afirma o seguinte: “Se num primeiro nível de análise é o locutor que se coloca em evidência, num nível mais profundo, é possível observar que o ouvinte é um agente indireto do discurso na medida em que é nele que se justifica o próprio discurso”.

O tipo de ação a ser definido depende dos resultados que se quer imprimir no ouvinte. Assim, um enunciado contendo o verbo pedir repercute diferente de um enunciado que contém o verbo mandar. Os resultados não são os mesmos nos dois enunciados, pois a significação de cada um mobiliza a ação a ser empreendida. Por outro lado, Osakabe (2002, p. 59) afirma que nenhum discurso por si só revela o tipo de ação a ser realizada (convencer, esclarecer, etc.), “sem que se levem em conta as características fundamentais da situação e das relações entre os interlocutores”. Nesse sentido, pode-se afirmar que não é possível precisar o ato-fim de um discurso, antes de sua enunciação. Sem contar que, num discurso não há um único ato de linguagem, senão inúmeros deles. O que ocorre é que o discurso relaciona o ato que o caracteriza, ou seja, o ato que domina em relação aos demais. Em linhas gerais, Osakabe (2002, p. 62) sintetiza os atos perlocucionários em três grupos verbais: persuadir e convencer; informar e impressionar, adotando como critério o fato de o discurso ser pragmático ou não pragmático.

Embora tendo consciência de que, a princípio, o domínio do discurso está nele, de nada adianta ao locutor proferir um discurso que seja obscuro, cujas ideias e ações não sejam aceitas, nem assimiladas pelo ouvinte. Com isso, Osakabe (2002, p. 69) chama a atenção para a necessidade de um discurso simples e compreensível. A partir da reação do ouvinte, é possível o locutor reformular, reelaborá-lo. Lembrando Pêcheux, a pesquisadora reafirma:

[...] o locutor para produzir um discurso, tem como base um conjunto de imagens, que são interpretadas [...] como significações, que ele pressupõe existirem no locutor, bem como tem como base outro conjunto de imagens ou significações que pressupõe que o locutor pressuponha existirem nele (OSAKABE, 2002, p. 69).

Dentre as imagens formuladas pelo locutor em relação ao ouvinte, está a imagem da dominação. Enquanto enuncia, o locutor tem a posse da palavra e esse poder lhe permite manipular as coordenadas de um discurso, de maneira a dar o formato que ele desejar, uma vez que, do ponto de vista funcional, o ouvinte é um simples espectador, porém não o é “do ponto de vista do fornecimento de um ponto de partida necessário ao desenvolvimento do discurso” (Osakabe, 2002, p. 71). A priori, o ouvinte é um ser inerte, contudo não permanece nessa situação durante toda a enunciação, pois ele também formula uma imagem do locutor. Nesse sentido, a fim de que o locutor satisfaça à(s) imagem (ns) do ouvinte, faz-se necessário ao locutor tentar apreendê-las e não apenas isso; mas ajustar-se a elas. A respeito disso, a autora sugere:

[...] parece que a melhor forma de se saber qual a imagem que o locutor pensa que o ouvinte faz dele é a de tentar saber a quais imagens enquanto candidato, o locutor insiste em atender. (...) é na insistência em atender a essa imagem que se pode explicitar essa própria imagem (OSAKABE, 2002, p. 82).

Portanto, as relações discursivas entre os sujeitos estão permeadas pelas formações imaginárias. Essa formulação é automática, à medida que enunciamos.

3 O LEGADO DE DERRIDA: SUBSÍDIOS PARA A “DESCONSTRUÇÃO” DE PRECONCEITOS NO AMBIENTE ESCOLAR

Até aqui temos discorrido a respeito da história da Análise de Discurso, levando em conta os campos de saberes envolvidos, alguns conceitos constitutivos dessa teoria, os quais estão relacionados com a temática deste trabalho. Afora isso, também expomos sobre os atos de linguagem, à luz de Osakabe (2002). Numa interação, há interlocutores, cujo dizer veicula uma mensagem e comunicam ações. Contudo, o efeito delas depende daquilo que o locutor quer que o outro realize, logo há um objetivo a ser alcançado com o dizer. Aquele a quem é atribuído “uma ação” a executar não é um ser inerte na enunciação, visto que a imagem que ele venha a fazer do locutor pode interferir no dizer deste. As imagens formuladas durante a interação conduzem, de certo modo, o desenrolar da mesma. Ocorre um controle do dizer, o qual é citado por Foucault em “*A ordem do discurso*”. Dentre as imagens formuladas pelos interlocutores é possível existirem imagens preconceituosas, desrespeitosas, autoritárias; enfim, as mais diversas possíveis. Como a proposta de intervenção deste trabalho situa-se em torno da desconstrução do preconceito, presente nos discursos e ações de nossos alunos, daí a razão pela qual optamos por eleger também como aporte teórico a Desconstrução.

De acordo com Teixeira (1998), Jacques Derrida, filósofo francês, contribuiu de sobremaneira para a criação do Desconstrutivismo desenvolvido com base em suas formulações.

A partir de uma conferência proferida por Derrida, em 1966, na Johns Hopkins University quando leu o ensaio “A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas”, as ideias do Desconstrutivismo começaram a ser assimiladas e a ganhar adeptos, sobretudo nos Estados Unidos.

A concepção metafísica vigente propunha a existência de centros unificadores do mundo: Deus, homem, consciência, transcendência, eu, verdade, em torno dos quais tudo deveria convergir e cuja essência e existência eram inquestionáveis. A essa visão essencialista e transcendental, Derrida denominou logocentrismo.

A ideia de centro é motivo de questionamento pelos desconstrutivistas. O contexto sócio-político e histórico sugeria grandes mudanças, as quais vinham de encontro à forma de pensar vigente. O centro concebido como o referencial, em torno do qual todos os elementos estavam organizados e, ao mesmo tempo em que estes se organizavam a partir dele, passa a ser concebido como algo móvel. Ele não se faz presente apenas no interior da estrutura, mas

também no seu exterior. Houve um deslocamento do mesmo. A ideia de estabilidade total ou controle dos elementos constitutivos da estrutura é posta em crise. Conceber o centro de modo a romper com o passado foi uma das primeiras desconstruções. Referente à maneira de Derrida pensar a noção de centro, o autor expõe:

[...] centro é tudo o que preside a ordenação dos elementos de um sistema, mas que não participa da mobilidade das unidades que coordena. Nesse sentido, o centro encontra-se ao mesmo tempo dentro e fora da estrutura. [...] em rigor, o centro é uma unidade metafísica, pois possui valor absoluto e independente das contingências do todo (TEIXEIRA, 1998, p.34).

O centro por si só não apresenta valor. Ele passa a ser valorizado a partir do momento em que se considera o não valor do seu par oposto, visto que para Derrida o centro pode estar dentro e fora da estrutura. Além disso, as dualidades: Deus/diabo, homem/mulher, natureza/cultura, fala/escrita, espírito/corpo, inteligível/sensível, entre outros não são verdades essenciais. Ele considera essas dualidades construções culturais, logo variáveis quanto ao valor a elas atribuídos. Essa nova forma de enxergar o mundo implica dizer que cada sujeito tem a liberdade de atribuir valor diferenciado a tais “dicotomias” e, até mesmo não atribuir valor algum. Levando em consideração a liberdade que o sujeito tem de atribuir ou não valor às dicotomias, lembramos a ideia de liberdade do sujeito presente na Análise do Discurso. Em meio ao assujeitamento, ele também é livre. Essa desconstrução tem por base o estruturalismo, no que diz respeito ao valor atribuído ao fonema na palavra. Ao ser substituído por outro, a palavra muda de significação, logo o valor do fonema depende da sua inserção na palavra. Nesse sentido, o contexto é preponderante quanto à significação da palavra.

Outra desconstrução resultante das formulações de Derrida foi o questionamento da ascensão da fala em relação à escrita. Para o filósofo francês, escrita e fala comungam de um código preestabelecido. A partir desse pressuposto, ele reafirma aquilo que a linguística estrutural já defendia – não há origem absoluta para o significado, uma vez que a significação está atrelada ao contexto, portanto depende das relações que a palavra mantém com as demais no enunciado.

Conforme Derrida (2005), no diálogo *Fedro*, escrito por Platão, a escrita é considerada como causa de vergonha, algo inferior. Os cidadãos poderosos e influentes da época não escrevem, temem deixar seus escritos para as gerações posteriores, não queriam ser taxados de sofistas. Parece mais que a escrita tinha um poder bélico. Por não assumirem a escrita, os poderosos delegavam aos logógrafos a atividade de escrever, cujos escritos beneficiavam aos contratantes. A escrita era atribuída ao logógrafo, porém aquilo que escrevia

não era pronunciado por ele mesmo, muito menos assumido. Às consequências de sua escrita, ele não assistia. Ou seja, o logógrafo assumia simplesmente uma função na sociedade, era um profissional. Referente à postura do logógrafo, o filósofo explicita:

Escrevendo o que não diz, não diria e, sem dúvida, na verdade jamais pensaria, o autor do discurso escrito já está instalado na posição do sofista: o homem da não-presença e da não-verdade. A escritura já é, portanto, encenação. A incompatibilidade entre o escrito e o verdadeiro anuncia-se claramente no momento em que Sócrates se põe a contar como os homens são levados para fora de si, ausentam-se de si mesmos, esquecem-se e morrem na volúpia do canto (DERRIDA, 2005, p. 12-13).

Diferentemente do passado, a escrita, atualmente, é acessível não só às autoridades. São muitos os espaços nos quais as pessoas podem externar a escrita, principalmente, nas redes sociais, onde podem publicar, comentar acerca de quaisquer assuntos. A diferença está na valoração que essa escrita tem para a sociedade, pois o dizer de maior validade ainda é o do especialista; embora cada vez mais façam o uso da escrita e sintam a necessidade de se exporem através da linguagem verbal e não verbal. Quanto maior o número de canais abertos ao uso público, maior é a exposição. Expressar-se por meio da linguagem tem sido uma necessidade do sujeito, talvez pelo fato dele buscar preencher as lacunas, presentes no universo, as quais em detrimento da opacidade de linguagem nunca serão totalmente preenchidas.

Quanto ao discurso humorístico, percebe-se a encenação da escritura no momento em que as piadas circulam na sociedade, os dizeres são proferidos e não se sabe quem exatamente os disse pela primeira vez. Logo, o escritor/logógrafo não está presente quando da circulação de tais textos, nem responde pela repercussão desses dizeres. Aquilo que é dito não expressa, necessariamente, a verdade. Talvez seja apenas verossimilhança ou estereótipos. No caso das piadas, o mais comum é a presença de estereótipos, os quais podem não repercutir tanto por estarem diluídos num texto, cujo intuito é despertar o humor.

Levando-se em conta os objetivos com que se escreve, chega-se à conclusão que a escrita pode ser benéfica ou maléfica. Isso vai depender de quem a usa. No diálogo do qual Sócrates é personagem, à escrita é atribuído o estatuto de *phármakon* (uma droga). Em torno dela há uma função ambígua. Ela pode ser veneno ou remédio. Considerando o princípio da relatividade, pode-se dizer que assegurar se a escrita é remédio ou veneno é algo muito arriscado ou impossível, visto que essa atribuição de juízo é passível de mudança de um interlocutor a outro e é perpassada pelo crivo da formação discursiva nas quais o sujeito

acredita, as relações de força que o circundam; além das condições de produção. No que diz respeito à ambiguidade: veneno/remédio, o autor afirma:

O *phármakon*, essa “medicina”, esse filtro, ao mesmo tempo remédio e veneno, já se introduz no corpo do discurso com toda sua ambivalência. Esse encanto, essa virtude de fascinação, essa potência de feitiço podem ser __ alternada ou simultaneamente __ benéficas e maléficas (DERRIDA, 2005, p. 14).

Utilizar a escrita de forma benéfica ou maléfica é uma questão opcional, depende dos objetivos de quem escreve e de quem a usa. Um escrito a priori pode não conter malefício; entretanto, o sujeito ao utilizá-lo o faz de modo a prejudicar seu interlocutor. Da mesma forma as invenções científicas. Em tese, criadas para facilitar a vida do homem, porém, muitas vezes, utilizadas com outras finalidades, destrutivas. Nisso consiste a ideia de moralidade de que trata o autor afirmar:

[...] a questão da escritura abre-se como uma questão moral. O que está em jogo é a moralidade, tanto no sentido da oposição do bem e do mal, do bom e do mau, quanto no sentido dos costumes, da moralidade pública e das conveniências sociais. Trata-se de saber o que se faz e o que não se faz (DERRIDA, 2005, p. 17).

Talvez esse caráter movediço da escritura faz com que ela seja alvo de incredulidade no diálogo de Platão por parte das autoridades. Cabe ao rei ou ao deus atribuir valor à escritura, fixar-lhe o preço. Em si mesma não terá valor, até que a autoridade a estime e a reconheça. Apesar disso, a escritura existe, é utilizada, porém não é o rei nem o deus quem escreve. Eles têm alguém que exerce essa função – o escriba. Concernente à valoração da escritura e da relação dela com a autoridade, filósofo se posiciona:

A escritura não terá valor em si mesma, a escritura só terá valor se e na medida em que deus-e-rei a estime. Este não deixa de experimentar o *phármakon* como um produto, um *érgon*, que não é o seu, que lhe chega de fora, mas também de baixo, que aguarda seu julgamento condescendente para ser consagrado em seu ser e valor. Deus, o rei, não sabe escrever, mas esta ignorância ou esta incapacidade dão testemunho de sua soberania independência. Ele não tem necessidade de escrever. Ele fala, ele diz, ele dita, e sua fala é suficiente. Que um escriba de seu secretariado acrescente a isto ou não o suplemento de uma transcrição, essa consignação é por essência secundária (DERRIDA, 2005, p. 22).

O rei e o deus são alvos das atenções. Suas falas por si só revelam poder, controle, ordem, valor de verdade, são inquestionáveis. Daí, ainda que eles não saibam escrever, isso não lhes é vergonhoso. Não saber escrever é uma forma de não depender da escrita, no entanto, quando necessitam dela, recorrem ao escriba, funcionário pago a fim de executar tal

função. Percebe-se que a fala é superior à escrita. A palavra dita pela autoridade é, indiscutivelmente, importante e de credibilidade para a sociedade.

Por sua vez, na sociedade atual, percebe-se que dependendo da circunstância, a escrita se sobrepõe à oralidade. No filme *Central do Brasil*, a personagem Dora assume a função de escriba, ao redigir cartas aos familiares de nordestinos, que vivem na cidade grande e encontram na carta pessoal uma das formas de se comunicar com seus parentes. Por lhes faltar instrução suficiente para a produção desse gênero, recorrem à escriba. Para eles, a escrita tem um valor, pois comunica sentimentos, intenções, valores morais e afetivos. Em contrapartida, aquilo que o escriba pôs no papel nem sempre traduz a intencionalidade do requerente.

Num concurso, na prova de títulos, a experiência do candidato é demonstrada através de documentos (certificados e diplomas) autenticados, ainda que você seja conhecido de todos e sua experiência reconhecida. Não adianta apenas proferir aquilo de que você é sabedor, mas provar. A escrita é superior à fala.

Em se tratando de um depoimento dado por testemunhas numa delegacia, a fim de auxiliar num processo de investigação de um ocorrido, a oralidade torna-se necessária. É preciso ouvir as testemunhas e colher seus depoimentos e, a partir disso, esclarecer os fatos, contudo, o resultado da investigação e as provas colhidas ao longo dela consistem em documentos escritos.

Derrida (2005) ao discorrer a respeito do deus da escritura deixa claro os diversos olhares filosóficos a respeito desse deus. No *Fedro*, o deus da escritura “é, pois, um personagem subordinado, um segundo, um tecnocrata sem poder de decisão, um engenheiro, um servidor astucioso e engenhoso admitido a comparecer diante do rei dos deuses” (2005, p.33). Na mitologia egípcia, a condição de subserviência a um ser superior permanece. O deus da escritura é representado por Thot, um deus engendrado, comandado pelo pai Ra, o qual é oculto e se deixa representar pela fala.

Na doutrina menfita, Thot desempenha uma função também de subordinação, embora certo nível de liberdade para agir o projeto do deus-sol. Em conformidade com o autor, “Thot é o executante, pela língua, do projeto criador de Horus. Ele carrega os signos do grande deus-sol. Ele o interpreta como seu porta-voz” (DERRIDA, 2005, p. 34). Na tradição grega, Hermes assume o papel de mensageiro, aquele que intermedia a relação entre a mensagem e a significação. Ele furta e se furta sempre. Em relação à atuação desse deus, percebe-se que o seu dizer não parte dele mesmo. Quando diz, Horus já o pensou antes. Ele apenas traz à tona aquilo que o deus imaginou. Esse dizer do subordinado é a língua, a qual

assume a função de representar: transmite a mensagem de Horus, um pensamento divino. Na verdade, a mensagem funciona como uma fala segunda e secundária, pois não se concebia que a escrita fosse superior à fala. Na linguística estrutural, não há relação direta entre a coisa e o nome a ela atribuído. A linguagem tem caráter apenas representativo; a palavra não é a coisa propriamente dita.

De que forma o deus Thot comporta-se em relação ao outro? Levando em conta as dualidades: pai/filho, sol/lua, vida/morte, fala/escrita, Oriente/Ocidente, entre outras e a desconstrução proveniente das formulações de Derrida, observa-se que:

[...] a figura de Thot opõe-se ao seu outro (pai, sol, vida, fala, origem ou Oriente etc.), mas suprimindo-o. Ela se liga e se opõe repetindo-o ou tomando seu lugar. De um só golpe, ela toma forma, ela adquire a forma daquilo mesmo ao que ela resiste, ao mesmo tempo, e se substitui. Ela se opõe, desde então, a si mesma, passa em seu contrário, e esse deus-mensageiro é mesmo um deus da passagem absoluta entre os opostos. Se tivesse uma identidade - mas precisamente ele é o deus da não identidade -, ele seria essa *coincidentia oppositorum* à qual recorreremos novamente. Distinguindo-se de seu outro, Thot também o imita, torna-se seu signo e representante, obedece-lhe, conforma-se a ele, o substitui, quando preciso, por violência. Ele é, pois, o outro do pai, o pai e o movimento subversivo da substituição. O deus da escritura é portanto, de uma só vez, seu pai, seu filho e ele próprio (DERRIDA, 2005, p. 37).

Cada elemento da dualidade tem sua existência comprovada a partir da existência do elemento oposto. Um dos termos deve ser considerado exterior ao outro. Isso significa que um dos termos se constitui como matriz da oposição. É a negação de um elemento que confirma a concretude do outro. Só é possível saber o que é a verdade, se você souber o que é a mentira. A existência da mentira nos dá a segurança para distinguir uma da outra. A mentira se opõe à verdade, pode ocupar o lugar desta; porém não a aniquila e vice-versa.

Voltando à significação da palavra *phármakon*, Derrida (2005) questiona a imprecisão de tomá-la apenas como remédio. Concebida desse modo, a palavra *phármakon* tende a expressar um sentido positivo e, conseqüentemente:

[...] torna explícita a racionalidade transparente da ciência, da técnica e da causalidade terapêutica, excluindo assim, do texto, o apelo à virtude mágica de uma força a qual se domina mal os efeitos, de uma dinâmica sempre surpreendente para quem queira manejá-la como mestre e súdito (2005, p. 44).

Na prática, o remédio, embora tenha a finalidade de combater o micro-organismo, aliviar os sintomas e reestabelecer o órgão lesado; também causa efeitos colaterais, podendo afetar outros órgãos até então sadios, sem contar os efeitos colaterais e as restrições apresentadas por todos os medicamentos. Estabelecendo uma analogia com a língua, percebe-

se que esta tanto pode ser usada para a edificação dos sujeitos, quanto para a queda dos mesmos. De remédio, a língua atua como veneno, agravando o mal, ao invés de remediá-lo. “Não há remédio inofensivo. O *phármakon* não pode jamais ser simplesmente benéfico” (DERRIDA, 2005, p. 46).

De acordo com Teixeira (1998), a fim de contrapor ao vocábulo francês *différence*, Derrida (2005) criou o vocábulo *différance*, cujo significado pode ser adiar ou diferenciar. A diferenciação pressupõe não semelhança entre os elementos; o adiamento diz respeito ao momento em que se opta por esse e não o outro signo. O emprego de um signo, automaticamente, retarda o uso do seu oposto. A opção pelo signo inicial deve-se à sua condição positiva, a qual decorre da condição negativa do outro. Relacionando a atuação do *phármakon* em meio à *différance*, o autor expõe:

Esta dupla participação, ainda uma vez, não mistura elementos previamente separados, ela remete ao mesmo que não é idêntico, ao elemento comum, ao intermediário de toda dissociação possível. Assim, a escritura é dada como suplente sensível, visível, espacial da *mnéme*; ela se verifica em seguida nociva e entorpecente para o dentro invisível da alma, da memória e da verdade. [...] Ela se verifica em seguida benéfica para a alma, que libera do corpo e desperta para a verdade do *eidos*. Se o *phármakon* é “ambivalente”, é, pois, por constituir o meio no qual se opõem os opostos, o movimento e o jogo que os relaciona mutuamente, os reverte e os faz passar um no outro [...]. O *phármakon* é o movimento, o lugar e o jogo (a produção de) a diferença. Ele é a diferença da diferença (DERRIDA, 2005, p. 74).

O uso da escrita pode, aparentemente, acomodar o sujeito, no sentido, de não ter de reformular seus argumentos todas as vezes que tiver de utilizá-lo numa interação. Entretanto, sabe-se que a memória não dá conta de lembrar-se de todos os conhecimentos que nos chegam ou dos quais necessitamos. Além disso, se não registrarmos os conhecimentos à nossa volta, o que ficará como legado para as gerações futuras? Dessa forma, a probabilidade é que muito da cultura e da história se percam por falta de registro. A literatura, o cinema, o teatro, a música não existiriam. A história e a cultura seriam, basicamente, o presente, meio desligadas do passado e desvinculadas do futuro. Atualmente, os meios tecnológicos que podem ser usados para o registro do conhecimento são vários, o que é compatível com a realidade do conhecimento. Cada vez mais nos deparamos com especialidades do conhecimento, trabalhos acadêmicos, pesquisas. O conhecimento é muito amplo e o ser humano não consegue abarcá-lo. Daí, a importância da escrita e do registro. Por fim, para cada conceito desconstruído sempre há um conceito anteriormente formulado, a partir do qual o novo posicionamento surgiu. Em relação a esta pesquisa, pretende-se apreender quais são as imagens que os participantes têm concernente aos sujeitos-alvo nas piadas: o sujeito

“nordestino” e o sujeito “homossexual” e, a partir dessas formações imaginárias, propor atividades que os ajude a desconstruir atitudes de preconceitos. O próximo capítulo tratará do discurso humorístico e seus efeitos de sentido, das imagens formuladas ao longo da história a respeito do Nordeste e do sujeito “nordestino”. Região esta até então inexistente, visto que o Brasil era dividido em Norte/Sul. Também será feita menção ao sujeito “homossexual”.

4 DISCURSO HUMORÍSTICO: EFEITOS DE SENTIDOS

4.1 Gênero textual: o exercício da linguagem nas práticas sociais

A comunicação humana realiza-se através da linguagem, quer seja verbal ou não verbal. É uma capacidade inerente a ele, visto que as espécies animais do ponto de vista linguístico, não fazem uso da linguagem e as ações que conseguem realizar, representam atos biologicamente programados nas espécies. Em se tratando da linguagem verbal, o ser humano a utiliza sob a forma de gêneros textuais, os quais acompanham a dinamicidade da vida social. Na sociedade pós-moderna, praticidade, agilidade e eficiência na comunicação são características necessárias nas relações interpessoais e no mundo do trabalho. Assim, os gêneros textuais, naturalmente, moldam-se a essa condição. Não é estranho o fato de os gêneros renovarem-se a fim de assegurar sua função essencial - a comunicação. A dinamicidade, plasticidade e maleabilidade dos gêneros textuais são características defendidas por Marcuschi (2010) para quem o surgimento deles está relacionado às inovações tecnológicas. Nesse sentido, gêneros textuais utilizados há décadas sofreram mudanças, ou seja, adquiriram uma nova roupagem e continuam a ter sua importância na comunicação.

Com o desenvolvimento tecnológico, outros gêneros orais e escritos têm surgido. Em relação a isso, Marcuschi (2010, p.21) assegura que: “[...], esses gêneros não são inovações absolutas, quais criações *ab ovo*, sem uma ancoragem em outros gêneros já existentes”. Por mais inovações que existam nos gêneros textuais que estão surgindo, há neles características dos gêneros em desuso. Como se não bastasse, além dessa inovação, é comum o *hibridismo*, um gênero que contém características de outro gênero. Isso revela o quanto a linguagem é plástica. O autor ressalta que nesses casos, a função sócio comunicativa caracteriza e define os gêneros, no entanto, ele não despreza a forma, o suporte nem o ambiente como fatores determinantes para tal classificação. Não há, entre os linguistas, um consenso sobre qual desses fatores, de fato, determina a classificação de um gênero. Independente disso, os gêneros textuais é uma realidade, estão presentes nas interações entre os falantes, oralmente ou por escrito, dentre eles estão as piadas.

De acordo com Bakhtin (2003), um gênero textual caracteriza-se por seu conteúdo, pelo estilo da linguagem, além da sua construção composicional. “Todos esses três elementos [...] estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação” (Bakhtin, 2003, 262). Esses elementos são comuns à produção e à veiculação dos gêneros textuais. Uma

piada caracteriza-se, em geral, pela ambiguidade, discurso direto, polissemia, imprevisibilidade, surpresa, sentido figurado. Quanto aos temas são os mais diversos possíveis: regionalismos, defeitos físicos e morais, catástrofes e tragédias. Tudo isso abordado conforme o estilo do humorista e as técnicas que ele emprega. Em contrapartida, o autor lembra que há gêneros mais propícios ou mais adequados para a manifestação do estilo individual. De modo que há um certo controle em relação ao produtor do gênero. Afora os elementos citados por Bakhtin, há nos gêneros textuais, os tipos textuais: narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo e injuntivo. Num gênero, aparece mais de um tipo; embora um deles predomine. Na piada é comum a narração predominar em relação aos demais tipos, os quais também podem se fazer presentes. Ou seja, é o fenômeno da heterogeneidade tipológica discutido por Marcuschi (2010). Da mesma forma não deve causar estranheza que um gênero textual surja com a função de outro gênero.

Tão importante quanto saber reconhecer um gênero textual é saber produzi-lo e adequá-lo à situação comunicativa. Com a piada não é diferente. É considerado inadequado alguém contar uma piada durante a celebração da missa, de um culto ou num júri, visto que a natureza desse gênero é incompatível com os eventos comunicativos comuns a esses ambientes. A maioria dos falantes tem consciência disso; no entanto, quando ocorre o contrário, conclui-se que o infrator deseja romper com a ordem do discurso. A ruptura demonstra o grau de liberdade do sujeito evidenciado pela Análise do Discurso. Bakhtin (2010) inaugura uma nova fase da Linguística, o dialogismo e, com isso, queria demonstrar que o esquema falante-ouvinte era insuficiente para explicar como ocorriam as interações entre os falantes. Daí ele assegurar que:

[...], o ouvinte ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.; [...] toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva [...]; toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante. A compreensão passiva do significado do discurso ouvido é apenas um momento abstrato da compreensão ativamente responsiva real e plena, que se atualiza na subsequente resposta em voz real alta. [...] (BAKHTIN, 2010, p. 271).

O texto humorístico, mais precisamente, a piada é uma espécie de texto livre, aparentemente, sem dono. Por essa razão, as pessoas se acham no direito de proferir piadas em qualquer lugar ou situação, independente do seu teor. Daí, escutarmos piadas as mais variadas possíveis, de teor mais ou menos agressivo, como também o suposto direito de dizer piada com quem quiser ou o que quiser. Há lugares convenientes e/ou inconvenientes para se

proferir piadas. A própria sociedade estabelece este controle, assim como para realizar outras ações. Da mesma forma, é o conteúdo da piada, o qual pode repercutir, a ponto de o piadista necessitar dar explicações a respeito do que foi dito. A piada é um gênero textual que demanda responsabilidade da parte de quem a profere. Dizer aleatoriamente o que vier à mente sob o pretexto de que “era só uma brincadeira!”, nem sempre passa despercebido aos ouvidos de quem ouve. Nesse sentido, uma vez ou outra, ouve-se falar na repercussão causada nos meios de comunicação de determinada piada dita por esse ou aquele humorista. Numa situação dessas, o riso deixa de ser instrumento de crítica social. Ao contrário, passa a significar aquilo que o piadista não diria se estivesse numa situação de comunicação tida como séria.

Embora muito comum na sociedade, as piadas, conforme Possenti (2003) no artigo *Limites do humor* publicado na revista *Língua e Literatura: Limites e Fronteiras*, têm sido marginais, em se tratando de *corpus* para a pesquisa. Este autor aponta dois fatores. O fato de as piadas serem de origem popular e anônima, produzida por quem não possui *status* de autor, ainda que o resultado dessa produção seja de qualidade. Essa descrença também é comum noutros gêneros populares, a exemplo do cordel e da cantoria. A outra causa citada pelo autor diz respeito aos temas tratados nas piadas. Em geral, defeitos, imperfeições humanas passíveis de ocorrer com qualquer sujeito. Entretanto, por não assumir tal condição, finge-se elegante, como se a questão/problema atingisse somente o outro, jamais um de nós. A primeira causa apontada por Possenti nos remete às relações de força, às formações imaginárias. Não se sabe quem as produziu. Provavelmente, alguém de pouca instrução, de condição social não elevada; enfim, o dizer desse sujeito não ecoa com tanta relevância como o dizer de quem assume uma posição social de maior significância. Quanto à outra causa, ela nos lembra a interdição: há temas, ideias, questões, as quais devem ser evitadas ou, se veiculadas, não devem circular em todos os momentos, a qualquer tempo, nem ditas por todo e qualquer sujeito.

Em relação à circulação das piadas, Possenti (2003) afirma a inexistência de repressão, mas a existência de incentivos à produção de piadas, como também controle com relação aos sujeitos-alvo desse gênero e às formas de distribuição. Daí, ele complementa:

Ou seja, não se compreende o campo pela descoberta de mecanismos de proibição, e sim pelo desvelamento dos procedimentos de produção e, especialmente, das formas e canais de circulação. É importante dizer – embora devesse ser necessário – que a negação da hipótese da repressão não implica na defesa da livre produção e circulação, e sim na construção – ou descoberta – de um outro aparato discursivo (POSSENTI, 2003, p.105).

Nesse sentido, não seria produtivo estabelecer uma censura em relação à contação de piadas, mas uma revisão no processo de elaboração das mesmas, a fim de evitar constrangimentos. Em geral, as piadas de humor negro são as que mais causam polêmicas por terem como base episódios negativos, trágicos, defeitos físicos ou acidentes. Possenti (2003) recorre a teorias psicológicas para explicar o fato de esses temas serem alvos de piadas. Uma das teorias psicológicas afirma que a violência é natural do ser humano e ele sente a necessidade de dar vazão a ela. A educação recebida pelo sujeito o orienta no sentido de evitar a violência. Assim, esse desejo é reprimido. E a piada se constitui numa oportunidade de o sujeito extravasar tal sentimento. Quanto à outra teoria, afirma-se que o ser humano ri da própria desgraça, no intuito de mostrar que é superior a ela. Nesse caso, utiliza-se a estratégia da resistência em relação aos fatores externos.

4.2 Comicidade: a relação entre riso, emoção e castigo

Uma questão para a qual Bergson (1983) chama a atenção é a insensibilidade. O riso atrapalha a emoção. Podemos até rir de seres ou situações que nos inspirem afeição ou piedade; no entanto, esses sentimentos não mantêm uma relação direta com o riso. Concordando com as ideias de Bergson, Possenti (2011) afirma que a base para a criação do humor é o ser humano. Além disso, o humor não requer sensibilidade, os quais tendem a atrapalhar a comicidade. Com relação aos bons sentimentos que, porventura, existam na piada, o autor declara:

Se o humorista não quiser “trabalhar” a partir dos preconceitos (gênero, etnia, países, profissões, etc.) e dos estereótipos, que abandone a profissão, vá militar numa ONG. É uma opção muito digna, mas, um humorista diria, totalmente sem graça. É que, em muitos casos, a graça vive do rebaixamento, da humilhação, seja grosseira, seja elegante e perspicaz (POSSENTI, 2011, p. 02).

A citação de Possenti reafirma aquilo que Bergson (1983, p. 07) já expunha “O maior inimigo do riso é a emoção. [...] Portanto, o cômico exige algo como certa anestesia momentânea do coração para produzir todo o seu efeito.” Nesse caso, Possenti faz uma crítica à possível existência de sentimentos bons no texto humorístico. Esse tipo de discurso não prima pela função moralista nem pedagógica. Daí, a existência do ditado popular: “perde o amigo, mas não perde a piada”. Ou seja, a piada dispensa, até mesmo, certas relações pessoais, em detrimento do humor. O humor consiste na desconstrução de *scripts* previamente

elaborados pelo sujeito, a partir das informações iniciais do texto humorístico. É a ruptura do previsível que vai provocar o humor do texto. A compreensão desse tipo de texto demanda o acionamento dos conhecimentos prévios, linguísticos, pragmáticos e contextuais da parte do ouvinte/leitor.

Segundo Freud (1996), há várias técnicas de elaboração dos chistes: condensação, múltiplo uso do mesmo material, duplo sentido, trocadilho, deslocamento, *nonsense* e raciocínio falho. A técnica do múltiplo uso da mesma palavra caracteriza-se por uma sutil alteração na estrutura do chiste, a qual tende a resultar na percepção de que algo diferente está sendo dito pelas mesmas palavras. Ou seja, pequenas mudanças produzem efeitos significativos. Quanto à possibilidade de significação das palavras, Freud (1996, p. 42) acrescenta: “As palavras são um material plástico, que se presta a todo tipo de coisas. Há palavras que, usadas em certas conexões, perdem todo seu sentido original, mas o recuperam em outras conexões”. No discurso humorístico é comum as palavras serem empregadas em seu sentido figurado. Aliás, é o sentido imprevisto que provoca a surpresa.

O trocadilho é considerado pelo autor como a forma inferior de produzir humor por não demandar muito esforço da parte do produtor. Por outro lado, o deslocamento pode ser considerado uma das formas que mais causa surpresa por provocar um desvio/ruptura brusca de pensamento em relação ao *script* formulado pelo ouvinte. Uma das formas de deslocamento discutidas por Freud é o *nonsense* (do absurdo). Essa técnica diz respeito à apresentação de algo, cujo sentido revela estupidez, causa desconcerto. Nas piadas referentes ao sujeito “homossexual” ela é bastante evocada. Normalmente, as piadas cujo teor têm alguma conotação sexual são apresentadas de modo despudorado. Esse mecanismo deixa em evidência o fato de a linguagem não ser transparente, da mesma forma que os sentidos também não o são; eles dependem de interpretação. Admitir que a linguagem não é transparente é discordar da noção de comentário, cuja essência defende a linguagem como portadora de uma verdade, proveniente de um especialista, autorizado a organizar os sentidos admissíveis.

Em geral, não se formulam piadas a partir de situações de bem-estar, estabilidade, beleza. Ao contrário, elas são formuladas em meio à instabilidade, feiura, situação adversa. Rir da feiura, da corrupção, dos problemas sociais, dos péssimos políticos e/ou jogadores é uma forma de contestação da sociedade em relação ao alvo da piada. Concernente à função do riso, o autor afirma:

O riso é, antes de tudo, um castigo. Feito para humilhar, deve causar à vítima dele uma impressão penosa. A sociedade vingá-se através do riso das liberdades que se

tomaram com ela. Ele não atingiria o seu objetivo se carregasse a marca da solidariedade e da bondade. (BERGSON, 1983, p.92).

Esse tipo de humor é bastante comum nos programas humorísticos na televisão, em apresentações de humoristas. O tom de escárnio e de zombaria presta-se à finalidade de humilhar o alvo da piada, como se estivesse a dizer que a autoridade exercida por tais pessoas não passa de uma falsa autoridade. Além dos programas humorísticos, é comum a algumas novelas, na atualidade, a atribuição de papéis a determinados personagens, cujas atitudes são consideradas negativas; entretanto, seu proceder não causa estranheza aos telespectadores, que os admira. Essa realidade está em consonância com a ideia de que o ser humano é violento e tem necessidade de extravasar esse sentimento. Como não lhe é possível, dado os condicionamentos sociais, ele o faz através da representação: humor, novela, teatro. Encarnar uma personalidade ou assumir determinadas condutas sob a forma de máscaras é um procedimento, de certo modo, fácil. Enquanto representa, o sujeito traz à tona verdades, as quais jamais seriam ditas sem o uso de tais artifícios. Noutro momento, discutindo a relação entre a comicidade e o riso, o autor expõe:

A comicidade é aquele aspecto da pessoa pelo qual ela parece uma coisa, esse aspecto dos acontecimentos humanos que imita, por sua rigidez de um tipo particularíssimo, o mecanismo puro e simples, o automatismo, enfim, o movimento sem a vida. Ex-prime, pois, uma imperfeição individual ou coletiva que exige imediata correção. O riso é essa própria correção. O riso é certo gesto social, que ressalta e reprime certo desvio especial dos homens e dos acontecimentos. (Bergson, 1983, p.43)

Bergson (1983) é enfático ao apontar onde está a comicidade. Conforme o filósofo, não encontramos comicidade fora daquilo que é propriamente humano. Um objeto ou um ser inanimado por mais feio que seja não se constitui num objeto risível. Talvez, possamos rir de um animal ou objeto quando estes apresentam algum traço, atitude ou expressão própria do ser humano. Todavia, o autor esclarece que a causa do riso em relação a alguém, não é a pessoa em si mesma, mas o automatismo que há nela. Daí, rimos daquele gesto que torna a pessoa semelhante a uma coisa. Ou seja, o riso é uma forma de intervenção em relação ao alvo. Ao tempo em que se traz à tona algo negativo acerca de alguém despertando no outro o riso, a vítima é, automaticamente, induzida a corrigir-se.

Freud (1996) classifica os chistes a partir de dois critérios: a manipulação técnica do material e a intencionalidade. Através da manipulação da língua, o chiste pode resultar em verbal ou conceptual. Por sua vez, dependendo da repercussão que se deseja que o chiste venha a ter, ele pode ser classificado em inocente ou tendencioso. Segundo o autor, os chistes

têm um propósito. Os chistes inocentes são os que têm um fim em si mesmo, logo, não se prestam a um objetivo particular. Ao contrário destes, os chistes tendenciosos apresentam um propósito específico. Esse tipo de chiste presta-se a duas finalidades: a hostilidade (servindo ao propósito da agressividade, sátira ou defesa) ou o chiste obsceno, cuja finalidade é o desnudamento – *smut*, ou seja, a pornografia. A respeito da hostilidade, Freud (1996, p. 107) explicita: “Um chiste nos permite explorar no inimigo algo de ridículo que não poderíamos tratar aberta ou conscientemente, devido a obstáculos no caminho; ainda uma vez, o chiste evitará as restrições e abrirá fontes de prazer, que se tinham tornado inacessíveis”.

Nas piadas a respeito do sujeito “nordestino” a hostilidade também é comum. Quanto ao sujeito “homossexual” no texto humorístico, ele é retratado mais pelo viés da pornografia. Por existir preconceito em relação a esses sujeitos, aqueles que se consideram “puros” adotam dizeres e atitudes em tom de zombaria. O foco do preconceito não é discutido abertamente, mas sob a forma de humor. Este é o tipo de chiste mais agressivo. A hostilidade está presente, exatamente, na resposta suscitada a partir de uma pergunta mal intencionada. Segundo Freud (1996) tanto a hostilidade quanto a pornografia se constituem numa forma de manifestar sua discordância em relação a representantes de instituições, representantes destas ou dogmas, os quais ninguém ousa discordar abertamente. Assim, o chiste assume a função de desconcertar/desestruturar aquilo que se pressuponha estar ordenado e isento de contestação.

Afora as técnicas aqui mencionadas presentes nas piadas, a paródia é mais uma de que o humorista faz uso para atentar contra a fragilidade de alguém ou de algo. A paródia está presente em vários contextos: no texto literário, na música, na piada. No caso dos grupos-alvo desta pesquisa o sujeito “nordestino” e o sujeito “homossexual” são motivos de paródia: a fala, a postura, a gesticulação e as ações. Ao ridicularizar esses grupos, a impressão que se tem é que eles são inferiores aos demais sujeitos. Provavelmente, os efeitos de sentido produzidos no texto humorístico resultem do fato de serem textos anônimos, os quais não apresentam escritores definidos. Assim, qualquer um torna-se piadista, pois o dizer não tem um produtor, nem responsável.

Ao se reportar à relação entre humor e acontecimento, Possenti (2013) destaca quais acontecimentos são abordados numa charge ou piada. Acontecimentos instantâneos, passageiros são próprios da charge; acontecimentos breves e trágicos são contemplados nas charges e piadas; fatos de curta duração são abordados por outros textos humorísticos. Por outro lado, há fatos, que aparentemente não são acontecimentos. É o caso das piadas sobre corrupção política, aspectos da sexualidade, sobre profissões, questões ligadas a instituições. São fatos comuns a qualquer época ou lugar. O acontecimento abordado no texto humorístico

determina a que tipo de conhecimento o leitor deve recorrer a fim de compreender o texto ouvido/lido. Às vezes, apenas o conhecimento linguístico proporciona a compreensão; noutros o conhecimento histórico ou de outra natureza. Nesse caso, estamos evidenciando os conhecimentos os quais o leitor/ouvinte de piadas recorre, a fim de compreendê-las.

Num de seus ensaios *O humor e a língua*, Possenti (2001) chama a atenção para um fato contrário a esse. As piadas se constituem em material importante para o estudo do funcionamento da língua. Embora possam parecer desarrumadas, elas apresentam sistematização. Essa característica deixa clara a estreita relação entre a língua e o contexto. Nas piadas estão presentes fenômenos gramaticais e discursivos. Além disso, o autor ainda expõe outra questão de cunho histórico – as piadas mostram um retrato acerca dos valores e dos problemas de uma sociedade. Questões controversas e problemas sociais que demandam formações discursivas variadas, normalmente, não se tem um posicionamento específico. Assumir um posicionamento mediante questões polêmicas implica em preconceito em relação a alguém. Contudo, ninguém admite que seja preconceituoso. Assim, as piadas se constituem em válvulas de escape para a perpetuação e a disseminação dos preconceitos de um povo. Isso porque se tem a impressão de que esse tipo de discurso é inofensivo e “bobinho”. Diante disso não como há como não perceber a relação existente entre os acontecimentos e a história. Com o propósito de discutir a relação linguagem e história, o autor assegura:

[...] quando os textos humorísticos surgem em torno de acontecimentos “visíveis” que os fazem proliferar, sua interpretação depende, em boa medida, de um saber bastante preciso relativo a tais acontecimentos; por outro lado, outros tipos de textos humorísticos, que independem, para sua produção, de tais acontecimentos, exigem, para sua interpretação, a mobilização de fatores de outras ordens de memória, não relacionadas a acontecimentos de curta duração (POSSENTI, 2013, p. 28).

Muitas vezes, o leitor não consegue compreender os textos humorísticos porque não dispõe do conhecimento adequado ou não faz o acionamento do mesmo, de modo que o texto aparenta ser incoerente. Em contrapartida, para o leitor que aciona os conhecimentos adequados, o texto é coerente. Dessa forma, a coerência não se restringe ao texto, mas depende do conhecimento de quem lê.

4.3 A construção discursiva dos sujeitos no gênero piada a partir da estereotipia

Os sujeitos em torno dos quais se constituem as piadas e anedotas resultam de uma identidade. Conforme Possenti (2013), ela é uma representação imaginária, porém tem

amparo no real. Ainda que não se saiba onde nem como começou tal identidade, sempre há uma motivação que justifica a existência dela. Certamente, a identidade não é a reprodução da realidade, mas apresenta vestígio desta. Semelhante à identidade, o estereótipo é social, imaginário e construído. Ele se manifesta em meio à sociedade, ultrapassa gerações e se materializa sob a forma de redução do seu objeto-alvo, os sujeitos: a “inglesa”, o “baiano”, o “argentino”, a “loira”, o “gaúcho”, o “nordestino”, o “homossexual”. Em torno desses sujeitos há uma construção identitária que eles não assumem, no entanto, a eles é atribuída pelo Outro. A isso, o autor denomina simulacro. Dizer que a “inglesa” é fria, o “baiano” é preguiçoso, o “argentino” é arrogante, a “loira” é burra ou disponível e o “gaúcho” é veado não representa uma verdade, mas estereótipos atribuídos a esses sujeitos e arraigados na nossa cultura. Esses dizeres não representam uma verdade, visto não terem comprovação científica. Ao contrário, as piadas trazem à tona discursos submersos, os quais a sociedade não os assume publicamente e, nelas por despertarem o riso são veiculados com naturalidade. Certamente, tais discursos são apareceriam noutros gêneros textuais. Em relação aos estereótipos, o autor justifica:

As piadas funcionam em grande parte na base de estereótipos, seja porque veiculam uma visão simplificada dos problemas, seja porque assim se tornam mais facilmente compreensíveis para interlocutores menos especializados (POSSENTI, 1998, p. 26).

Como as piadas veiculam em todas as camadas sociais, busca-se uma linguagem acessível a todas elas. A busca por essa linguagem de fácil compreensão tem em si uma intenção – facilitar a compreensão dos interlocutores com pouco conhecimento. Em contrapartida, o gênero textual piada não se propõe a argumentar em torno de um tema, nem apresentar um posicionamento acerca de algo. Por ter estrutura curta a tendência é que apresente uma visão simplista, grosseira, sem explicações. Daí a margem para os estereótipos.

Até aqui, temos apresentado os grupos-alvo de piadas, no entanto, no dia a dia não se ri apenas dos sujeitos desses grupos. Um acontecimento corriqueiro, comum a qualquer pessoa também se constitui em motivo de riso, embora pareça estranho rir do outro mediante uma situação constrangedora. Conforme Bergson (1983) o riso é motivado pela falta de agilidade e por certo efeito de rigidez, de modo que o corpo permaneceu com o mesmo movimento quando deveria realizar outro. Assim, não se ri da pessoa em si, mas da queda, da interrupção do movimento até então tido como normal. Da mesma forma também é motivo de riso a repetição de um movimento de alguma parte do corpo, o qual ele considera automático. O que há nesses casos é uma desarmonia do movimento. Contudo, a ocorrência de tal

anormalidade causa ao outro riso porque o descompasso não traz à pessoa consequências dolorosas. Freud (1996) discutindo acerca dos chistes, também faz menção ao automatismo enquanto técnica utilizada no discurso humorístico. Segundo o autor:

Uma pessoa que vinha reagindo sempre da mesma forma, várias vezes em sucessão, repete tal modo de expressão na ocasião seguinte, quando este é inadequado e prejudicial às suas próprias intenções. Negligencia adaptar-se às necessidades da situação, cedendo ao automatismo do hábito (FREUD, 1996, p. 70).

Nesse sentido, o automatismo está relacionado à repetição do gesto, da ação. A força do hábito leva a pessoa repetir o gesto sem se dar conta daquilo que está executando. O automatismo anula o uso da consciência por parte do sujeito. Freud enfatiza que o automatismo, muitas vezes, contraria a intencionalidade de quem o pratica. Você poderia agir de uma forma, no entanto, faz esforço para agir de outra maneira. De modo que nos chistes tal contrariedade proporcionada pelo automatismo tem como resultado o humor.

De certo modo, aquilo que Bergson (1983) defende como comicidade está relacionada com a definição de cômico elaborada por Aristóteles para quem o cômico é “uma desarmonia de pequenas proporções e sem consequências dolorosas”. Reportando-se acerca da Filosofia da Arte, Ariano Suassuna ao apresentar a definição de cômico proposta por alguns autores, afirma que “o escritor é um mentiroso”. Segundo ele, há dois tipos de mentira. No caso da mentira presente no texto cômico, tem-se uma mentira saudável, que não causa transtornos ao outro. A mentira criada pelo escritor é uma forma de demonstrar sua insatisfação perante a realidade. É uma ruptura com a ordem do discurso e das coisas. Para isso ele cria um mundo diferente.

Percebe-se que o estereótipo não distingue os sujeitos pertencentes a um mesmo grupo, ao contrário; ele os unifica, como se todos apresentassem a mesma conduta. Daí, a ideia de redução do outro, vítima do preconceito. É nessa perspectiva que Possenti afirma: “Ora, os chistes que fundam em estereótipos são sempre agressivos, para usar a classificação de Freud, e, portanto, devem referir-se a alguma diferença construída em condições históricas de disputa” (Possenti, 2013, p. 41). Os estereótipos representam o traço negativo atribuído ao sujeito. Por sua vez, o traço de identidade admitido pelo sujeito opõe-se àquele negativo. O sujeito “loira”, ao contrário do seu estereótipo, considera-se inteligente e esse é traço positivo. A dualidade caracteriza as piadas por opor dois discursos – dois estereótipos – um básico e o oposto dele. O estereótipo negativo caracteriza-se por um rebaixamento físico ou moral. Para que ele ocorra, o linguista destaca:

[...] é necessário que tal traço seja apresentado por meio de uma forma engenhosa, que, em geral de modo indireto, permite a apreensão de um sentido que a sociedade controla, relegando-o a situações privadas de interlocuções ou, se públicas, circunscritas a espaços destinados a isso, como teatros e casas de show, horários específicos de rádio e de TV etc. (POSSENTI, 2013, p. 51).

A criatividade e habilidade do piadista são fatores essenciais a fim de que o texto produzido torne-se humorístico evitando-se que funcione como palavras de calão. Possenti (1998) afirma a utilidade das piadas quando se trata de trabalhar com as condições de produção. Ele chama a atenção para a importância dessas condições na constituição do gênero piada. Ou seja, esse texto não depende apenas de alguém para enunciá-lo; requer também condições exteriores onde ele possa se efetivar e regras para esclarecer o porquê de sua ocorrência nuns lugares e não noutros. Enfim, os lugares onde as piadas ocorrem são aqueles nos quais os discursos são conflitantes em detrimento de disputas e de preconceitos.

Afora o rebaixamento anteriormente mencionado e a boa técnica também causa o riso a economia psíquica. Esse triângulo foi evidenciado por Aristóteles em sua teoria. A piada parece ser um gênero isento de coerção; entretanto, há limites que restringem a circulação desse dizer, os locais adequados para tal ocorrência, o momento e o público a se fazer presente em tais ocasiões. A crítica feita a humoristas ou apresentadores de programas humorísticos em detrimento da forma como abordam determinadas temáticas exemplificam esse cerceamento. É o princípio da interdição de que fala Foucault (2004a) em *A ordem do discurso*. Esse controle é perceptível nos programas de televisão, não só em relação aos programas humorísticos, mas aos programas de outra natureza. A indicação feita antes de um programa de televisão iniciar, informando a que faixa etária tal programa se adéqua é um exemplo de interdição. Nesse sentido, a responsabilidade é delegada aos pais ou responsáveis pelos menores no que concerne à programação adequada aos mesmos.

Conforme temos percebido, o texto humorístico se constitui com o auxílio de técnicas, as quais corroboram com a existência da comicidade. Além das técnicas citadas, Bergson menciona a repetição como uma técnica comum à comédia clássica e chama a atenção para aquilo que causa o riso, quando se trata do emprego dessa técnica: “a repetição de uma expressão não é risível por si mesma. Ela só nos causa riso porque simboliza certo jogo especial de elementos morais, por sua vez símbolo de um jogo inteiramente material”. (BERGSON, 1983, p.37). Insistindo ainda nas técnicas presentes no texto humorístico, Possenti (1998, p. 126) discorrendo acerca da técnica utilizada por Veríssimo, resume-a, afirmando “Em outras palavras, fazer humor é basicamente produzir um equívoco, ou melhor, desnudar um equívoco possível”. Se um termo/expressão/sentença não sinalizam nenhuma

ambiguidade, cabe ao humorista desfazer a unicidade do texto. Ainda no âmbito da adoção de uma técnica a fim de provocar a comicidade, Bergson (1983, p.54) propõe uma regra geral expressa da seguinte forma: “obteremos uma expressão cômica ao inserir uma ideia absurda num modelo consagrado de frase”. As frases feitas são comuns no dia a dia dos falantes de uma língua. Eles as usam, ouvem-nas e as compreende; entretanto, o autor esclarece que em meio a uma frase, a qual já se sabe de cor, algo absurdo e surpreendente é inserido. A percepção desse novo depende da perspicácia do ouvinte.

4.4 Os recursos linguísticos e discursivos evocados na elaboração da piada

Em relação aos temas abordados nas piadas são os mais variados possíveis, inclusive, a própria língua: determinados aspectos estruturais e questões da ordem do significante. Falantes de maior ou menor grau de instrução têm condições de emitir opinião a respeito da língua que usa, pois eles têm ideia do grau de dificuldade que ela oferece aos falantes, sabem como deveria ser estruturada, o que pode ser dispensável e o que é importante numa língua. Diante desse conhecimento, certos aspectos da língua acabam por se tornar estereótipos e motivo para a constituição de piadas. Aliás, fazendo menção à abordagem da língua numa piada, Possenti (1998) considera apenas um tipo de piada, a qual, aparentemente, não se repete. Trata-se da piada que retrata fenômenos linguísticos, cujo funcionamento restringe-se a uma língua. Noutros casos, é comum a existência de piadas de origens diferentes, apresentarem pequenas variações. Isso leva o autor a outra conclusão: as piadas são poucas.

Os idiomatismos, por sua vez, são sentenças de uso corrente durante as interações sociais e compreendidas pelos falantes da língua portuguesa, visto que, eles crescem ouvindo e fazendo uso de tais expressões, de modo que são capazes de compreender o sentido figurado da maioria delas. Quanto ao humor nessas sentenças, pode-se apreendê-lo num dos sentidos, pois o outro sentido é o literal, ou seja, denotativo. O sentido a ser descoberto é o inesperado presente no desfecho da piada. Até o desfecho, o sentido poderia ser um. Após o desfecho, vem a surpresa e o texto ganha outra dimensão. Concernente à passagem de um sentido a outro, o pesquisador explicita:

Como, em geral, as piadas são textos breves, nada indicaria que se trata de textos que favoreçam a encenação de um processo “polifônico”, no entanto, é isso que as caracteriza. Na verdade, decorre em grande medida dessa característica (a brevidade) uma outra, mais fundamental, a surpresa, provocada pela emergência do

“segundo” sentido em um texto que tudo levaria a crer que tem um só. Tal efeito pode decorrer de múltiplas razões (POSSENTI, 2013, p. 61).

A surpresa nos textos humorísticos é o que contribui para a existência do sentido figurado. Esse sentido só é perceptível no desfecho. É ele que ocupa o lugar do sentido literal, o qual até então prevalecia. Quanto aos idiomatismos, apesar de serem formados por construções sintáticas são interpretadas como se fosse apenas uma palavra. A compreensão das piadas e dos idiomatismos depende bastante do contexto no qual esses textos aparecem como também das condições de produção constitutivas da elaboração e circulação desses textos. Situar o texto em uma determinada época, lugar, situação a partir de vestígios presentes no próprio texto, trata-se de compreendê-lo levando em conta tais condições.

Ao discutir a respeito da relação entre o humor, as palavras e as coisas, Possenti (2013) faz uma crítica ao excesso de eufemismo e associa a existência deste ao ambiente cultural relativista. Nesse sentido, desconfia-se de qualquer realismo por acreditar que ele emana preconceito. Assim, finge-se que a realidade não existe e que tudo é efeito discursivo. Uma das formas de se perceber essa evasão é a substituição dos termos por outros considerados politicamente corretos. Quem é tido como educado, moderno e sem preconceito está a par desse vocabulário e, conseqüentemente, faz uso dele. Em outras palavras, esse posicionamento não passa de um escapismo à moda romântica, ao tempo em que corrobora com a política conservadora dominante. Na prática, não usar a linguagem politicamente correta é motivo de constrangimento e desconforto social. A fim de reforçar seu dizer, o autor exemplificou:

Não se pode mais falar de coisas e de pessoas usando os termos tradicionais. Em seu lugar, entram os substitutos “limpos”: em vez de negros, afrodescendentes; em vez de prostituta [...] prestadora de serviços sexuais; velhos não são mais velhos, mas pertencentes ao grupo da terceira idade, quando não da melhor idade. Pessoas afetadas por certas doenças engrossaram a lista: não há mais aids, mas soropositivos; também não há mais surdos, mas portadores de deficiência auditiva; não há mais impotência, mas disfunção erétil; nem presos, mas apenados; e os meninos presos na Fundação Casa (antiga Febem) são jovens em conflito com a lei (POSSENTI, 2013, p. 71).

Os sujeitos não mudaram, apenas a forma de interagir com eles, através de outros termos. Há casos em que a realidade não mudou e a substituição de termos não implica apenas numa mudança linguística, senão da forma como os fatos são compreendidos. O uso dos termos politicamente corretos não se restringe aos textos humorísticos; são extensivos à vida social. Por outro lado, o uso desses termos é uma questão de respeito e de direitos adquiridos

por lei, em detrimento de toda uma história de preconceito que existiu em relação a esses sujeitos. Como as boas maneiras nem sempre são comuns nas relações humanas, impor um vocabulário específico se constituiu na solução para o problema.

Se os termos politicamente corretos tem sua presença assegurada no texto humorístico, com o jargão não é diferente. Ele é um traço constitutivo do humor, principalmente, no emprego do exagero. Na prática, o jargão representa a pertença a um grupo socialmente valorizado, ou seja, trata-se do vocabulário específico de uma profissão, a qual é reconhecida na sociedade em decorrência do seu *status*. Você é capaz de reconhecer o outro pela sua linguagem. Considerando o jargão fora do contexto humorístico, observa-se a relação deste com a relação de forças presente na hierarquia social. O dizer de alguns profissionais está recheado de termos, os quais não são acessíveis a todas as camadas sociais. É um discurso rarefeito e nem todos conseguem compreendê-lo.

Ao contrário do jargão, da linguagem politicamente correta o tucanês (vocabulário costumeiramente empregado pelos integrantes do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB) confronta-se com a realidade optando por evitá-la. A fim de evitar uma imagem negativa, dizem-se as coisas utilizando um vocabulário elaborado e sutil. Conforme Possenti “O efeito de humor que o tucanês produz deriva provavelmente de construções/expressões/descrições que soam como *bem boladas*, um pouco *exageradas* e *surpreendentes*. Os três traços são característicos do texto humorístico” (2013, p. 79). A estratégia do tucanês lembra a paráfrase, visto que se diz as coisas com outras palavras. Como não há sinonímia perfeita; nesse caso, não seria diferente. A intenção do tucanês não é apenas substituir termos, mas diminuir arestas, conjurar perigo, evitar o caos. Daí a razão porque os termos a serem utilizados são selecionados. Trata-se dos mecanismos de controle do discurso tratados por Foucault (2004a) em *A ordem do discurso*. Quando defendemos a ideia de que na paráfrase, a substituição não é de todo coerente, concordamos com a ideia de que a linguagem não é transparente; logo, demanda interpretação, atribuição de sentidos. Além disso, ao empregar o tucanês, o humorista se esquece de que há outras formas de dizer uma ideia, o que incorre na noção de esquecimento.

Semelhante à linguagem politicamente correta, muitos povos ou grupos substituem alguns termos por outros ou evitam dizê-los por acreditarem que são imorais ou perigosos. Essa é uma crença antiga, segundo a qual termos inadequados deveriam ser evitados. Foucault amplia, em vez de palavras, ele menciona temas, a exemplo da política e da sexualidade.

Outro aspecto de que se valem os humoristas para a construção do humor é a tradução de provérbios. Normalmente, esse gênero é construído com base na linguagem cotidiana; no texto humorístico emprega-se a linguagem culta ou a caricatura. Quando o leitor conhece o provérbio original, a interpretação da segunda versão é facilitada. De acordo com Possenti, “[...] o efeito de humor deriva da sacada, da construção surpreendente de tais correspondências (e de sua descoberta pelo leitor/ouvinte, claro)” (2013, p. 74).

O fato de a piada ser um texto curto, não implica que ele é um texto simples e de fácil compreensão. Possenti (2013) assegura que “piadas podem ser breves, mas nunca são fáceis”. Quando compreendemos as piadas, significa que somos capazes de compreender coisas relativamente complexas. De modo que o grau de interpretação do texto humorístico é variável de um leitor para outro. Todavia, o autor aponta alguns passos fundamentais a serem evocados na interpretação das piadas: o leitor deve saber situar o texto num campo específico – a diferença entre um poema, uma história em quadrinho, uma fábula. O segundo passo trata-se do conhecimento específico da piada, ou seja, saber o que a caracteriza, de modo a ser uma piada e não outro gênero. E o terceiro passo diz respeito à compreensão do gatilho, o que proporcionará o sentido figurado na piada. São detalhes constitutivos da elaboração, os quais não podem passar despercebidos. Em suma, a compreensão de piadas demanda a partilha de saberes específicos entre o leitor e aquilo que o texto veicula. Afora isso, o linguista acrescenta:

[...] exige-se uma capacidade de sacar trocadilhos, duplos sentidos, alusões etc. Nesse sentido, as piadas são um tipo de texto específico, porque, se é verdade que todos os textos supõem algum “conhecimento prévio” ou “enciclopédico”, a piada exige, além disso, uma precisão cirúrgica na leitura de certa passagem. [...] o que em outros casos é um problema para o texto, no caso da piada é sua característica mais típica: a piada exige que haja uma “armadilha” para o leitor, que deve sempre, assim, decifrar um (pequeno) enigma (POSSENTI, 2013, p. 111).

Às vezes, a piada traz à tona formações discursivas que vão de encontro com valores cultivados em determinadas instituições. E isso é perceptível em alguns aforismos. Por exemplo: “Ser pobre é um pecado venial. Se conformar com isso é um pecado mortal”. Há um rebaixamento dos sujeitos pobres, ao mesmo tempo em que esse dizer entra em confronto com a formação discursiva religiosa, para quem a pobreza é um valor. O efeito de humor é resultante, talvez dessa discrepância entre as formações discursivas em questão. No discurso humorístico é comum haver a ruptura do discurso. É a quebra da expectativa do interlocutor, o deslocamento da interpretação que tornam o texto humorístico. O leitor/ouvinte alimenta uma expectativa e constrói uma interpretação a partir do acionamento de esquemas;

entretanto é surpreendido no final da piada. Mais uma vez, o esquema comunicativo de Jakobson é posto em xeque. Na piada não há um acordo tácito entre o humorista e o interlocutor. Possenti (2013) assegura que a temática, em si, não produz humor. Se isso fosse verdade o leitor iria rir de uma catástrofe. Ele pode rir de piadas baseadas em humor negro que aborda a mesma temática, visto que a formulação da piada demanda o uso da técnica, sem a qual o texto humorístico não teria “graça”.

Rir de fatos negativos pode nos parecer estranho, contudo, possível no campo do humor. Aliás, isso nos lembra do conceito de inversão discutido por Bergson (1983). Ele desmembra esse conceito em dois tipos: a degradação e o exagero cômico. A degradação ocorre quando há uma mudança no tratamento de uma coisa. Em se tratando do humor negro, fora do âmbito humorístico, o tema seria tratado de forma respeitosa. Ao ser inserido no humor, ele é visto de forma pejorativa e desrespeitosa. Enquanto isso, o exagero cômico consiste em tratar das coisas de forma hiperbólica. Tal procedimento também é perceptível no humor negro. Por outro lado, é compreensível a relação entre o humor e os fatos negativos se levarmos em conta a afirmação de Bergson (1983, p.61): “Acentua-se o humor, [...], descendo-se cada vez mais baixo no interior do mal que é, para lhe notar as particularidades com mais fria indiferença”. Do ponto de vista ético, rir à custa de um defeito, da falta de caráter ou moral de alguém repercute como um absurdo; ao contrário, do ponto de vista humorístico essa exploração é aceita e tida como normal.

Mais adiante o autor justifica o porquê da existência da comicidade de caráter. Para ele, quando alguém torna um defeito causa de riso, não pretende explorar a imoralidade, mas evidenciar a falta de sociabilidade do sujeito. Além desta, a rigidez, a distração e o automatismo se interpenetram e nisso consiste a comicidade de caráter. Ao fazer referência acerca da função do riso, Bergson (1983, p.84) defende: “[...], o riso tem por função precisamente reprimir as tendências separatistas. O seu papel é corrigir a rigidez convertendo-a em maleabilidade, reajustar cada um a todos, enfim, abrandar as angulosidades”. Nesse sentido, o riso funciona como algo que contribui para a flexibilização de uma situação, como também coloca todos num mesmo patamar. Da mesma forma que os sujeitos das classes sociais menos abastadas são alvo de piadas; os sujeitos com maior poder aquisitivo também o são.

De um modo geral, Possenti (2013) concorda com a ideia de que o humor é universal, uma vez que os temas se repetem em todas as culturas, assim como as técnicas utilizadas durante a elaboração. E acrescenta afirmando que a luta do humor, atualmente, assim como da literatura é fugir do controle imposto pela sociedade, através de suas

instituições. Seguir tais imposições é uma forma de descaracterizar os gêneros pertencentes aos campos humorístico e literário, como se esses textos tivessem, necessariamente, função pragmática de catequização ou politização.

4.5 "A (re) invenção do Nordeste" e do sujeito homossexual sob a ótica do humor

4.5.1 A seca e a industrialização desse fenômeno

Quando se fala em Nordeste, em geral, a imagem veiculada nos meios de comunicação ou formulada pelas pessoas que vivem no Sul e Sudeste é a de uma região seca, árida, de vegetação acinzentada, animais mortos por falta de alimento e de água, pessoas rudes, ignorantes, de pouca instrução. Enfim, uma região onde a pobreza, a miséria, a fome são uma constante no cotidiano da população. Essas imagens devem-se, em parte, à ocorrência das secas, fenômeno recorrente nessa região. A seca traz consigo uma série de necessidades que precisam ser supridas, sobretudo com alimentos, quer de outras regiões ou do poder público. Nesse sentido, a população nordestina está sempre a dever favores a pessoas ou políticos, principalmente a estes.

Durante décadas, a classe política proclamou o discurso de combate à seca. Sabe-se que a seca é um fenômeno natural e não é possível combatê-lo. O ser humano não tem controle em relação à natureza a ponto de evitar um fenômeno climático. Nesse sentido, a postura de quem vive nessa região é de convivência com a seca. Daí, a necessidade de políticas públicas, cujas ações auxiliem nesse tipo de convivência, de modo a conscientizar a população dessa região para a importância do aproveitamento das potencialidades da mesma, da preservação dos recursos naturais aqui existentes e do seu uso racional. Ações dessa natureza tendem a resgatar a autoestima da população, evitando o sentimento de pena, dó, dependência que permearam o inconsciente dos nordestinos durante séculos e, ao mesmo tempo, em que os fez acreditar incapazes de permanecer nas suas origens ou serem dependentes do poder político.

Até bem pouco tempo, o problema da seca era uma realidade apenas da região Nordeste. Atualmente, a seca tem atingido estados, que antes não sofriam com tal problema. É o caso do Amazonas, Rio Grande do Sul e São Paulo. Ou seja, a seca não é um problema restrito às regiões pobres. Qualquer região pode ser vítima. A seca, enquanto fenômeno climático traz consigo consequências devastadoras e se constituiu numa oportunidade ímpar para os maus políticos. Durante muito tempo, eles proferiram discursos, cujo teor dizia estar

preocupados com o Nordeste quando, na verdade, queriam que o problema viesse à tona, pois isso era uma forma de a população continuar na dependência deles, principalmente as pessoas menos esclarecidas. A “indústria da seca” rendeu muitos votos, elegeu muitos políticos, manteve oligarquias, tudo isto explicado à luz das forças naturais. Órgãos foram criados, somas de recursos financeiros solicitadas com a finalidade de socorrer os nordestinos e resolver o problema, contudo, muitas vezes, tais recursos foram desviados para atender a este ou aquele representante, por isso, que a seca se constituiu numa indústria. Aliás, a indústria da seca ainda perdura. Basta lembrar a transposição do Rio São Francisco. Há décadas as autoridades públicas estaduais e federais prometem e proferem discursos, no sentido de realizarem tal obra, a qual começou a ser construída; entretanto, falta muito a ser feito. Quantas campanhas foram ganhas, quantos políticos eleitos sob a alegação de que estava defendendo a transposição. E quantos se elegerão sob este mesmo pretexto.

Ao se referir à imagem elaborada pelos sulistas a respeito do Nordeste, Albuquerque Júnior (2011) afirma a inexistência desta região até os primeiros anos da primeira década do século XX. Isso porque até então o problema da seca ainda não havia sido divulgado na parte sul do país. Como esta problemática não era conhecida pela população de outros estados fora do Nordeste, não se implorava auxílio de outras populações nem dos poderes constituídos. De modo que o problema já existia; porém não tinha repercussão em detrimento da não divulgação. A população sofria as consequências drásticas desse fenômeno e sobrevivia a ele como podia.

Diante da realidade social e econômica, brasileiros de outras regiões associaram ao Nordeste uma imagem de pobreza, dependência e deficiência. Imagem essa que se cristalizou sob a forma de estereótipo, não apenas no discurso oral, na interação com pessoas comuns, mas nos meios de comunicação. Ao retratarem personagens nordestinos, fazem-no de modo muito artificializado, forçado, a ponto de se distanciar da postura de um sujeito nordestino de verdade. Além da fala constituir-se num exemplo de estereótipo, também o é a imagem que se faz do sujeito nordestino como alguém de baixa estatura, de pouca inteligência, matuto. Em relação à caracterização do estereótipo, o autor afirma:

O discurso da estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.30).

A partir do momento em que o autor afirma que o estereótipo é uma voz segura e autossuficiente, enfatiza-se a ideia de que este revela o olhar do sujeito preconceituoso e, ao mesmo tempo, em que se constitui numa prática, atua no inconsciente coletivo dos sujeitos vítimas do preconceito. Assim, muitas vezes, essas vítimas agem como se conformassem com a situação de discriminação. Ou seja, não há contestação do preconceito, mas consolidação do mesmo.

4.5.2 O Nordeste e o sujeito “nordestino”: construções discursivas à luz do naturalismo e da história

Refletindo ainda acerca do estereótipo dos sulistas em relação aos nordestinos, além de desrespeito da parte daqueles, essa postura demonstra a falta de reconhecimento deles; pois foram e são os nordestinos que contribuíram para o crescimento e progresso do Sul, principalmente, de São Paulo. Mais grave que o não uso da variedade padrão de uma língua é a discriminação do outro, como se ele não tivesse nenhum valor e não merecesse ser respeitado. Olhar o nordestino apenas como um ser inferior é desconhecer ou não admitir a importância dele para o progresso de parte do país. Se grandes contingentes de nordestinos foram a São Paulo em busca de melhores condições de vida e por lá permaneceram, isso não se constitui em motivo que os torna inferiores ou devedores de favor à população sulista, visto que os sujeitos nordestinos têm dado sua contribuição para aquela região.

Quanto ao preconceito linguístico também não se justifica. Há regiões no estado de São Paulo, cujo falar é caipira e nem por isso são considerados inferiores as demais cidades paulistas. Mais grave que o não uso da variedade padrão de uma língua é a discriminação do outro, como se ele não tivesse nenhum valor e não merecesse ser respeitado. Diante de tal situação, o próprio sujeito nordestino precisa tomar consciência de sua importância na construção dessa história, como também precisa ter clareza de que os estigmas os quais os torna vítimas são construções provenientes de quem assume as relações de poder num dado período. As relações de saber/poder constituem uma discussão elaborada por Michel Foucault em *Microfísica do poder*, as quais, de certo modo, são retomadas por Albuquerque Júnior (2011) a fim de justificar a invenção do Nordeste e do nordestino ao explicitar:

O Nordeste e o nordestino miserável, seja na mídia ou fora dela, não são produto de um desvio de olhar ou fala, de um desvio no funcionamento do sistema de poder, mas inerentes a este sistema de forças e dele constitutivo. O próprio Nordeste e os nordestinos são invenções destas determinadas relações de poder e do saber a elas correspondente. Não se combate a discriminação simplesmente tentando inverter de

direção o discurso discriminatório. [...] tentar superar este discurso, estes estereótipos imagéticos e discursivos acerca do nordeste, passa pela procura das relações de poder e de saber que produziram estas imagens e estes clichês, que inventaram este nordeste e estes nordestinos. Pois tanto o discriminado como o discriminador são produtos de efeitos de verdade, emersos de uma luta e mostram os rastros dela (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 31).

A vitimização do sujeito nordestino se dá não só em relação a ele, mas a partir dele. O estigma parte dos outros que se acham melhores do que ele, mas também dele próprio que se deixa permanecer vítima de preconceito, opressão e exploração. Essa situação tende a continuar até que as vítimas reajam. A permanência desse estado de vitimização e inferioridade é sustentada pela rede de poder que garante aos preconceituosos disseminarem o discurso de que a região Nordeste é inferior, dependente e periférica. A forma como os sujeitos nordestinos e os sujeitos sulistas se veem e a maneira como se expressam deixam claro os estereótipos que carregam. Nos discursos desses sujeitos são perceptíveis as formações discursivas que adotam. Cada um fala a partir de uma posição ocupada na sociedade. Seus dizeres refletem uma construção histórica e não significa estar dizendo a verdade ou ter razão naquilo que diz. Diante dessa relação de saber/poder dizer, o historiador assegura que:

Perceber que rede de poder sustentou e é sustentada por essa identidade regional, por este saber sobre a região, saber estereotipado, que reserva a este espaço o lugar do gueto nas relações sociais em nível nacional, região que é preservada como elaboração imagético-discursiva como o lugar da periferia, da margem, nas relações econômicas e políticas no país, que transforma seus habitantes em marginais da cultura nacional (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 38).

O autor deixa claro que a imagem a respeito do Nordeste trata-se de uma construção imagético-discursiva. Sujeitos diferentes poderão ter percepções diferenciadas. Da mesma forma que os sujeitos nordestinos são vítimas de discriminação por parte dos sulistas. No interior das cidades, também há preconceito em relação àqueles que residem na periferia. Ou seja, sempre há grupos discriminados em detrimento deste ou daquele critério. Referente aos efeitos do estereótipo, Albuquerque Júnior (2011) defende que são materializados externa e internamente. Externamente porque as vítimas do preconceito por internalizarem que ele é superior a elas não se rebelam contra o mesmo, de modo que a situação político-social perdura ao longo do tempo. Internamente, porque tais imagens estão cristalizadas no inconsciente dos sujeitos, de modo a perpassarem os discursos, as atitudes, a história e a cultura. Concernente aos efeitos internos, o autor ressalta:

Essas cristalizações de pretensas realidades objetivas nos fazem falta, porque aprendemos a viver por imagens. Nossos territórios existenciais são imagéticos. Eles nos chegam e são subjetivados por meio da educação, dos contatos sociais, dos hábitos, ou seja, da cultura, que nos faz pensar o real como totalizações abstratas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 38).

O autor faz um percurso histórico a fim de esclarecer que as imagens preconceituosas em relação ao Nordeste tiveram início no século XX. Até então, o Brasil estava dividido em Norte e Sul e a porção correspondente ao Nordeste não era conhecida, parecia não existir no mapa. Quando se falava em Nordeste, a única cidade da qual se ouvia falar era Recife. Aliás, o Brasil limitava-se a São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. Essas cidades/capitais constituíam o centro das decisões políticas, econômicas e culturais. Elas eram o centro exportador dos costumes a serem seguidos por todo o restante do país. Por outro lado, não é o fato de essas cidades serem “o centro” que seus discursos são verdadeiros ou corretos e os demais, sinônimos de atraso, arcaísmo e pobreza cultural. A instauração do preconceito consistiu justamente nessa adoção do ponto de vista do sulista como o adequado/ideal. Nesse sentido, a invenção do Nordeste se dá a partir da referência sulista.

Quanto mais distante das cidades consideradas referências/modelos; mais discriminados e desqualificados seriam os habitantes das demais cidades. Aliás, essa crença em relação às demais cidades é análoga à imagem que se veicula acerca da periferia - é o lugar repleto de acontecimentos trágicos, das desigualdades sociais, econômicas e culturais. Nesse sentido, não é possível elegê-la como protótipo. Diante de posicionamentos dessa natureza, a tendência é a permanência do estereótipo. A fim de justificar e de explicar cientificamente a estereotipia, buscaram no Positivismo e no Naturalismo ao afirmarem que a miséria no Nordeste era consequência da junção de um ambiente desfavorável e uma raça. Raça esta resultado do cruzamento de raças extremas e da submestiçagem. Ou seja, a culpa foi atribuída à natureza e à perpetuação da espécie humana. Obviamente, a culpa seria atribuída a um agente externo, que estivesse distante do centro irradiador do estereótipo – o Sul.

Conforme Albuquerque Júnior (2011), a partir dali estava criado o Nordeste, cujo habitante foi constituído em motivo de gozação em peças teatrais. O nordestino teve espaço nos textos, por apresentar costumes pitorescos, exóticos, esquisitos e ridículos, entretanto, essa inclusão veio apenas corroborar com o estereótipo referente à região. Torná-lo objeto de ridicularização foi a forma encontrada pelo sistema para tornar o nordestino conhecido do restante do país. De modo que cada vez mais as contradições a respeito do Nordeste e do nordestino foram se acumulando. Quando faziam menção à nossa região, os autores se utilizavam da imagem de deserto para se referir ao Nordeste. A busca pelas contradições e

confrontos euclidianos que caracterizasse o Nordeste foi uma das atitudes adotada por alguns autores. Isso era uma das formas de reafirmar o que era o Nordeste, o quanto ele se distanciava do padrão sulista e da formação discursiva nacional-popular. Albuquerque Júnior (2011) reporta-se à formação discursiva nacional popular declarando que:

A formação discursiva nacional-popular pensava a nação por meio de uma conceituação que a via como homogênea e que buscava a construção de uma identidade, para o Brasil e para os brasileiros, que suprimisse as diferenças, que homogeneizasse estas realidades. Esta conceituação leva, no entanto, a que se revele a fragmentação do país, a que seus regionalismos explodam e tornem-se mais visíveis (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 61).

A proposta da formação discursiva nacional-popular era propor uma homogeneização da identidade brasileira. Dessa forma, todos deveriam adotar uma forma única de se portar enquanto cidadão brasileiro, desconsiderando as diferenças históricas, sociais e culturais. Todavia, esse direcionamento partia dos lugares considerados o centro pensante desse país. Qualquer deslocamento da proposta inicial seria considerado um desvio, uma anormalidade, como também um perigo. São as interdições de que fala Foucault (2004a) às quais o sujeito é obrigado a obedecer. Em contrapartida, pode-se questionar: Quem garante que essa formação discursiva nacional-popular é, realmente, um ponto de vista adequado ou coerente? Ao discorrer sobre a imagem do Nordeste, o historiador ressalta:

O Nordeste é uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país. E é tal a consistência desta formulação discursiva e imagética que dificulta, até hoje, a produção de uma nova configuração de “verdades” sobre esse espaço (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 62).

Mudar a visão que se tem a respeito do Nordeste é algo bastante complicado, visto que as imagens que perpassam o imaginário se impõem como verdades, as quais de tanto se repetirem foram cristalizadas. Afora o discurso de que o meio e a raça eram os responsáveis pela miséria no Nordeste, outro discurso que veiculou foi o de que “o banditismo, as revoltas messiânicas e o atraso econômico e social eram atribuídos à seca”. Mais uma vez, o fator exterior prevalece. Aquela ocasião foi propícia para disseminar a ideia de que era preciso combater a seca. Também foi esse discurso que ao traçar um quadro de horrores, uniu os interesses regionais no sentido de clamar auxílio do poder central e obter vantagens a partir da miséria da população.

Como se não bastasse, o banditismo e o cangaço também foram temas recorrentes na literatura regionalista, inclusive atribuíam-se a existência deles à ocorrência das secas e ao

desprezo das autoridades constituídas. Essa realidade só contribuiu, em sentido pejorativo, para o acréscimo de outros estigmas ao nordestino: homem selvagem, arruaceiro, violento. E o Norte ficou conhecido como uma terra sem lei. Eram as milícias ou as oligarquias que impunham o ordenamento social. A violência gratuita do cangaço causou impacto no Sul, a ponto de chamar a atenção da imprensa, todavia a veiculação de tais informações repercutia, no sentido, de mostrar o Nordeste como exemplo que jamais deveria ser seguido pelos habitantes do Sul. Com isso criou-se uma nova dicotomia: Norte – incivilizado, inculto, bruto X Sul – civilizado, culto, lapidado. Além da problemática social, natural, tinha-se ainda o problema moral. Por outro lado, essa visão permaneceu até enquanto veicularam os paradigmas naturalistas. Embora atuando de forma negativa, pode-se enxergar no agir desses sujeitos a ideia de liberdade de que trata a Análise do Discurso. O sujeito diante de uma situação de discriminação e opressão resolve contrapor-se à ordem do discurso e rompê-la. Em relação à invenção do Nordeste, o autor assegura que:

O Nordeste nasce da construção de uma totalidade político-cultural como reação à sensação de perda de espaços econômicos e políticos por parte dos produtores tradicionais de açúcar e algodão, dos comerciantes e intelectuais a eles ligados. Lança-se mão de *topos*, de símbolos, de tipos, de fatos para construir um todo que reagisse à ameaça de dissolução, numa totalidade maior, agora não dominada por eles: a nação (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 80).

Essa nova realidade regional _ o Nordeste _ nasce da junção de forças dos representantes políticos, econômicos e culturais. Os representantes políticos tinham a incumbência de fazer reivindicações que resultassem em investimentos na região. A economia era responsável pelo desenvolvimento; enquanto a cultura mantinha viva as tradições da região. A união desses representantes nos lembra da tríade foucaultiana: poder/saber/disciplina. As relações de poder sendo utilizadas para a construção de um saber relativo à região. Da mesma forma que o saber também é utilizado para se chegar ao poder. Tanto o poder quanto o saber utilizados para estabelecer a disciplina do poder central.

Albuquerque Júnior (2011) se reporta à imprecisão no uso dos termos Norte e Nordeste usados como sinônimos. A priori, o Brasil dividia-se em Norte/ Sul. Com a criação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, o termo Nordeste passou a figurar, porém significando a região correspondente à área da estiagem. Hoje, esta área é o semiárido e não inclui apenas o Nordeste, exceto o estado do Maranhão, mais o norte de Minas Gerais. Assim, o Nordeste ficou sendo associado à seca e, conseqüentemente, ao flagelo, pobreza e carência. Inclusive, concernente a essa divisão do país, Penna (1992) menciona Celso Furtado para quem há “dois brasis”. No caso do Nordeste caracterizado pelo subdesenvolvimento e

arcaísmo; enquanto o Sul é marcado pelo desenvolvimento. De modo que é preciso superar os “desequilíbrios” regionais ameaçadores da “unidade nacional”. E a solução para isso, seria a criação de um órgão, cuja atuação promova o progresso – a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Da forma como as coisas estavam ocorrendo, a oposição Nordeste/Sudeste tornara tão grande a ponto de consolidar-se uma oposição Nordeste/Brasil. Contrapondo o Sul e o Nordeste, historiador explicita:

O Sul é o espaço-obstáculo, o espaço-outro contra o qual se pensa a identidade do Nordeste. O Nordeste nasce do reconhecimento de uma derrota, é fruto do fechamento imagético-discurso de um espaço subalterno na rede de poderes, por aqueles que já podem aspirar ao domínio do espaço nacional (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 83).

O reconhecimento da derrota ocorre por parte dos representantes nordestinos, os quais organizaram congressos, a fim de pressionar a Presidência da República a disponibilizar recursos financeiros para o Nordeste. Segundo eles, tais recursos seriam destinados a obras de combate à seca. Assim, a classe política nordestina se uniu em torno de um discurso de discriminação e vitimização e, ao mesmo tempo, em que se constituiu numa espécie de inimigo da bancada do Sul. Na prática, todo o empenho da classe política não correspondia à vontade de amenizar o problema da seca na região, ao contrário, era uma forma de pressionar o Governo a fim de que enviasse recursos ao Nordeste, os quais pouco se investiram. Todas as vezes que ocorriam secas, as providências tomadas eram frentes de emergência em troca de uma quantia irrisória de dinheiro e gêneros alimentícios nem sempre de boa qualidade. Dessa forma, a seca tornou-se um negócio lucrativo. Daí justifica-se o empenho da classe política. Assim, como em Albuquerque Júnior (2011), Penna (1992) traz à tona o verdadeiro interesse da classe política ao defender um discurso marcado pela solidariedade e preocupação com a situação vivenciada pelos nordestinos. Na prática, quando a região era contemplada com alguma obra, a mesma era construída em propriedades particulares, a fim de manter a população presa/devedora de favor àquele proprietário e, por extensão ao político.

Com o intuito de unificar a região diminuindo as diferenças entre os estados do Nordeste, os intelectuais e artistas apostaram no folclore. Segundo eles, o elemento cultural viria a contemplar as tradições dos povos de todos os estados, como também contribuiria para a criação de uma identidade regional. E isso tornaria o Nordeste mais autônomo. Daí, o autor defende:

O folclore seria um elemento de integração do povo nesse todo regional. Ele facilitaria a absorção dessa identidade regional pelas camadas que se buscava integrar à nova sociedade em gestação. O folclore apresenta, pois, neste discurso

tradicionalista, uma função disciplinadora, de educação, de formação de uma sensibilidade, baseada na perpetuação de costumes, hábitos e concepções, construindo novos códigos sociais, capazes de eliminar o trauma, o conflito trazido pela sociabilidade moderna (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 92).

A supervalorização do folclore da região se constituiu numa forma de fechamento da região Nordeste em si mesmo. Ao tempo em que constituía valorização, também era um empecilho para a entrada de qualquer ideia vinda do Centro-Sul. Dali em diante, o Regionalismo foi evidenciado nas obras literárias, na pintura, na música e demais manifestações artísticas.

Zaidan Filho (2003) em sua obra *O fim do Nordeste e outros mitos*, no primeiro capítulo A invenção do Nordeste ao se reportar à saga do herói picaresco criado pelo escritor Ariano Suassuna comunga da opinião de Albuquerque Júnior. Enquanto este retrata o folclore na condição de elemento integrador da região Nordeste; Zaidan Filho expõe o elemento capaz de seduzir o leitor em se tratando de literatura popular escrita por Ariano Suassuna – “o veio picaresco, malandro, irreverente e malicioso de seus heróis”. Embora ética e moralmente tais atitudes sejam consideradas negativas; na literatura, elas soam positivamente, visto demonstrarem capacidade de superar os ditos poderosos, graças à esperteza, sagacidade e astúcia. O agir desses personagens está relacionado ao anti-herói; no entanto, não é essa a visão que se tem dele. Estabelecendo um paralelo entre o anti-herói nas obras literárias e a forma como o nordestino é tratado, percebe-se a existência da lei da compensação. Aquele que é vítima de discriminação e opressão durante todo o tempo; num determinado momento, ele reage e demonstra sua capacidade de resistência.

Retomando a discussão acerca da região Nordeste e dos nordestinos, Albuquerque Júnior (2011) faz um percurso histórico evidenciando o tratamento dispensado ao Nordeste e aos nordestinos pelas autoridades e pelos sulistas, o qual pode ser dividido em fases. A priori, a inexistência dessa região; depois, a existência do Nordeste, enquanto região pobre, miserável, carente de auxílio dos políticos e das regiões ricas e, por fim, o Nordeste na condição de região carente de investimentos de grande porte, os quais constituem uma reivindicação da classe política da região. Em síntese, a análise de Albuquerque retrata um Nordeste na condição de região-problema do Brasil. Apesar disso, tenta elevar sua autoestima através da riqueza de suas manifestações culturais.

Por sua vez, Zaidan Filho (2003) ao retratar o Nordeste pelo viés do regionalismo, traz à tona uma região que não mais se constitui em problema; ao contrário, é a solução, desde que existam investimentos. Nesse caso, o autor estava se referindo ao discurso de campanha

do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que se propunha a executar o “Comunidade Solidária”. Era um conjunto de programas que incluía ações nas áreas de educação, saúde e segurança alimentar. Afora isso, o candidato se propunha a investir em habitação, saneamento básico, projetos de irrigação, reestruturar a sudene e a estabilização da política monetária. A esse plano de governo, Zaidan Filho tece críticas, pois não tem consistência, é incapaz de gerar emprego e renda e a finalidade limita-se a corroborar com o assistencialismo e a manutenção da classe política. O autor critica a proposta do ex-presidente ao afirmar que:

[...] ao acenar para o conjunto de medidas que constituem o programa Comunidade Solidária, o governo abandona em definitivo a possibilidade de se pensar uma política regional estruturadora, assentada em programa de geração de renda e emprego (ZAIDAN FILHO, 2003, p. 28).

Através desse pacote, o governo se propunha a investir em ações de curto prazo, cujo efeito também é imediatista. Com isso, tem-se a impressão de que os problemas sociais estão resolvidos quando, na prática, a região que recebe investimento progride; porém, os arredores permanecem no mesmo nível de pobreza e desigualdade. Daí, o autor considerar que esse tipo de política corrobora com o fim da região, pois ela contribui para a existência da competição entre os estados/setores mais desenvolvidos e os menos ricos. Quem é menos prestigiado, obviamente, vai reclamar do tratamento desigual. Ou seja, esse tipo de política resulta na fragmentação e no isolamento dos estados, visto que as identidades regionais e os laços existentes entre os estados são abalados.

Zaidan Filho (2003) aponta como causa de tal fragmentação as políticas adotadas ao longo do tempo para o país: a política dos coitadinhos, que reclama auxílio, os quais ao serem concedidos, servem para manter os chefes políticos no poder, ou seja, aqueles que se dizem responsáveis por conseguir determinados benefícios. O segundo tipo de política é a moderna caracterizada pela esperteza, competição no sentido de reivindicar benefícios para seus estados em detrimento de outros e; finalmente, o terceiro tipo de política é a que reivindica projetos integradores, de grande porte, capazes de suprir as necessidades da região; entretanto, na prática, funcionam como clientelismo e assistencialismo. Diante disso, percebe-se o quanto a classe política manobra a população, pois eles sabem quais alternativas são capazes de amenizar as desigualdades sociais, porém continuam a repetir práticas imediatistas e enganadoras, as quais só contribuem para a mesmice da região e a manutenção dos mesmos na carreira política. Enquanto isso, o povo continua sendo lesado. Por mais que existam os discursos “em favor da região”, eles não passam de uma falácia. A respeito disso, Zaidan

Filho (2003, p. 36) explicita: “É a dialética da “nordestinização”: quando mais me ufano de ser nordestino (e pernambucano), vou diluindo a identidade e os laços de solidariedade que fazem a região”. A forma como se age e pensa em relação à região, interfere no conceito da mesma. O conceito que se tinha de região há um século não é mais o mesmo. Os interesses econômicos e particulares impõem a reformulação dos conceitos. Essa mudança é perceptível na discussão realizada pelo autor:

A problemática “regional” é, assim, o resultado de formas diferenciadas de inserção das diversas partes desse espaço no mercado capitalista. Sendo assim, é possível dizer que a “região” não é uma positividade geográfica, mas, ao contrário, um produto sociocultural das disparidades geográficas no processo de desenvolvimento econômico capitalista (ZAIDAN FILHO, 2003, p. 43).

A partir dessa constatação, chega-se à conclusão de que os estados pertencentes a uma região não apresentam características semelhantes, pois num ou noutro há investimentos que o(s) faz suplantam os demais. Enquanto Penna (1992) discutia a reivindicação em favor da divisão do país em Norte-Sul; Zaidan Filho (2003) retrata uma nova divisão: a divisão entre os estados de uma mesma região. Afora a disparidade econômico-social, este autor também aponta a produção discursiva de uma “identidade social” como fatores determinantes para a criação de uma região. Embora, as elites dirigentes deem importância apenas aos índices positivos da economia, Zaidan Filho chama a atenção para a necessidade de integrar-se à economia mundial e, ao mesmo tempo, promover a inclusão social. Ainda discutindo a respeito do resgate do Nordeste, Penna (1992) aponta a história como fator determinante para a construção da região ao defender que:

Construída historicamente, tanto através do processo concreto de relação natureza/sociedade e das relações sociais estabelecidas nessa produção de riquezas, quanto através das formas de representação simbólica, podemos dizer que a região Nordeste é hoje uma “realidade”. Em outros termos, o discurso regionalista e o processo socioeconômico articularam-se, constituindo o Nordeste enquanto referencial disponível atualmente, com um núcleo básico de significações. No nível do senso comum, o Nordeste é hoje um “dado” que, permitindo a cada um se localizar espacial e socialmente, auxilia a dar sentido ao mundo e às experiências de vida (PENNA, 1992, p. 47).

A discussão empreendida por Penna (1992) está em conformidade com Albuquerque Júnior (2011) e Zaidan Filho (2003), pois o preconceito de que são vítimas a região Nordeste e o nordestino, além das intempéries do tempo são questões retratadas por esses autores nas obras aqui mencionadas. Também é comum nas três obras a construção do Nordeste pelo viés do regionalismo. Penna (1992) ao se reportar àquilo que faz alguém nordestino discute hipóteses, a começar pelo critério de nascimento e de vivência. O critério

de nascimento é desconsiderado, visto que há muitos nordestinos que, embora nascidos aqui e vivendo há anos noutros estados ou regiões não omitem em se reconhecerem como nordestinos. Por sua vez, o critério de vivência também é insuficiente para enquadrar alguém como nordestino ou não, visto que há pessoas tendo vivido no Nordeste durante poucos anos não perderam sua identidade. Ou ainda vivendo distante encontra no lugar onde vive elementos que recuperam a identidade nordestina. A fim de justificar seu posicionamento, Penna (1992, p. 55) declara: “Uma vez que os referenciais territoriais instituídos podem ser diferentemente apropriados na construção de identidades, evidencia-se a multiplicidade e flexibilidade das identidades sociais”. Ou seja, cada pessoa irá apropriar-se dos referenciais de maneira diferenciada e, com isso, as identidades serão também diversificadas. A terceira hipótese levantada pela autora para discutir o que faz ser nordestino, trata das práticas culturais como indicativas da identidade nordestina. Conforme Penna (1992) distanciar-se da região não implica em deixar de preservar as práticas culturais específicas de sua região de origem. Os centros de tradições nordestinas presentes em São Paulo e no Rio de Janeiro exemplificam a preservação de nossa cultura. Portanto, não é possível optar por um único critério de classificação no que se refere à (não) nordestinidade de alguém, a fim de se evitar generalizações ou conclusões precipitadas.

Infelizmente, no cotidiano assim como no texto humorístico, o que se percebe no que se refere ao tratamento atribuído ao nordestino é a existência do preconceito acobertado por motivos ou critérios, os quais não justificam. Discriminar o nordestino simplesmente pelo fato de existir grande quantidade vivendo noutras regiões, especificamente no sudeste, em detrimento desta região concentrar grande parte das indústrias do país e necessitar de mão-de-obra não é motivo suficiente para tornar o nordestino alguém inferior aos demais. Ser migrante não é ser invasor. Aliás, não é apenas a presença do nordestino que incomoda, o seu sotaque também é motivo para tanto, como se ele incapacitasse o sujeito de ser produtivo e útil à sociedade. De acordo com Penna (1992), o preconceito contra os nordestinos tem sua origem no campo político e social. Em termos de produção científica do tema também é perceptível a discriminação. Quase não há trabalhos publicados acerca deste tema. Esse tratamento tende a reafirmar o nordestino enquanto eixo de acusação. É o que podemos confirmar através da conclusão a que chega a autora:

[...] é o contexto que permite compreender a utilização da identidade nordestina como um eixo de acusação: estão em jogo não apenas os conteúdos a serem incorporados a essa identidade regional, mas também a previsão/prescrição de espaços de atuação, comportamentos e atitudes [...] para os nordestinos em geral (PENNA, 1992, p. 113).

Além de formatarem os conteúdos constituintes da identidade nordestina; também são previstos o modo como o nordestino deve se portar. Ou seja, ele é um sujeito, possui uma identidade a qual é estereotipada por sujeitos de outras regiões, de modo a desprestigiá-lo e desvalorizá-lo. Quando um nordestino alcança um posto de destaque no cenário nacional, quer seja na política, na música ou noutro setor da sociedade, fica-se a duvidar do potencial, da capacidade peculiar a ele. Toda essa carga de preconceito se faz presente no cotidiano e no texto humorístico em relação aos sujeitos “nordestinos” e em relação aos sujeitos “homossexuais”. É o que discutiremos na próxima seção.

4.5.3 O sujeito homossexual: uma “anormalidade” social

Quando se fala em homossexual, as imagens evocadas são de sujeitos anormais, depravados, com algum distúrbio. Isso porque para algumas instituições sociais, o “normal” é o envolvimento do sujeito com outro do sexo oposto, a fim de constituir família formada por pai, mãe e filhos. Pensar o sujeito levando em conta esse tipo de imagem é admitir que se é preconceituoso, ou seja, alguém que se acha superior ao outro e, por isso, sente-se no direito de discriminá-lo. De modo geral, no texto humorístico, o sujeito homossexual aparece em piadas referentes ao gaúcho ou em piadas referentes a *gays* e lésbicas. Como muitas pessoas não veem o sujeito homossexual “com bons olhos”, tratar o gaúcho dessa forma numa piada é promover o rebaixamento deste, tornando-o objeto de riso. A sociedade elege determinados sujeitos como anormais por apresentarem traço(s) com o(s) qual(is) ela discorda.

Fry & McRae (1983) em sua obra *O que é a homossexualidade* chegam a um consenso de que esse tema sugere diversidade de opiniões. Não há um posicionamento único capaz de explicar e justificar essa temática. As ideias, crenças e atitudes relacionadas à homossexualidade são produzidas historicamente no interior das sociedades e se relacionam com o todo destas. Ou seja, os autores recorrem ao conhecimento da cultura e da política a fim de fundamentar suas hipóteses acerca deste tema. Até a metade do século XIX, a discussão sobre a homossexualidade limitava-se à psicologia e à medicina. Assim, veiculava-se a ideia de que o sujeito “homossexual” que assumia tal condição, ou era acometido por um algum distúrbio psíquico ou por alguma desarmonia de ordem física. Amparados pelo conhecimento dessas ciências cometiam-se horrores: leis absurdas, castigos, prisões, torturas e morte. Tudo isso, praticado com muita naturalidade, em nome da lei, da religião; com o

pretexto de purificar a sociedade e de evitar que outros casos pudessem surgir. Contudo, quanto mais se perseguiam os homossexuais, mais eles se organizavam e resistiam.

Enquanto Fry & McRae (1983) discutem a questão homossexual pelo viés da antropologia; em sua obra *Homossexualidade: da opressão à libertação*, Okita (2007) discute pelo viés histórico. Expondo acerca da origem da homossexualidade, este autor comunga do pensamento de Fry & McRae no sentido de quão preconceituoso é o tema da homossexualidade. Prova disso é a sua inserção, no passado, nos livros de psiquiatria. No cotidiano, o preconceito manifesta-se sob a forma de murmurações, condenações e piadas. Para Okita (2007), tem como função ocultar a verdade sobre a homossexualidade, no que se refere às suas origens e ao preconceito contra o homossexual. Por não admitir que a sociedade conheça mais acerca de algo, criam-se distorções, inverdades, as quais geram aversão. Diante disso, é inegável a existência da repressão anti-homossexual a qual:

[...] tem obrigado a maioria deles a esconderem-se como seres humanos, atrás de uma máscara de conformismo heterossexual. Sem sua identidade social e política, como outros grupos oprimidos, é um setor sobre o qual recaem muitos preconceitos e ideias distorcidas (OKITA, 2007, p. 21-22).

Essa carga de preconceito é muito evidente no texto humorístico, mais precisamente nas piadas as quais discutimos em sala de aula e as analisamos. Nesse gênero textual o sujeito “homossexual” é retratado pelo viés do preconceito e do desprezo. Por sua vez, Okita (2007) é enfático ao afirmar que a homossexualidade não é um fato recente. Nas sociedades mais antigas, a homossexualidade era um fato comum, apesar de não ser a forma predominante. O mais curioso disso é que outrora, ela não era motivo de preconceito. Ao longo da obra, Okita (2007) discute a homossexualidade em diversas sociedades, países e épocas, deixando clara a sua existência, a forma como era encarada; além do engajamento e das lutas dos homossexuais em favor de seus direitos.

Levando em consideração as diferenças de comportamento entre os sexos, Fry & McRae (1983) desconsideram a possibilidade de discutir a homossexualidade pelo viés da biologia; eles preferem acreditar os papéis sexuais são resultantes de uma construção social. Culturalmente, especificam-se quais papéis podem ser desempenhados por homens e mulheres, de modo que a educação das crianças segue esse ritmo e, quando dele se distancia, reprime-se o sujeito, com o intuito de fazê-lo recuperar o comportamento ideal. A adoção desse paradigma resulta num sujeito heterossexual. Em contrapartida, os sujeitos que se comportam de maneira diversa, no sentido de exercerem papéis/funções dissonantes com o sexo biológico, são tidos como doentes ou neuróticos. Os rótulos doente ou neurótico em

relação aos sujeitos “homossexuais” devem-se ao fato de a sociedade tentar explicar a homossexualidade a partir da Biologia e da Psiquiatria. Segundo Fry & McRae (1983) essa tentativa fracassou, pois essas ciências não foram suficientes para justificar a homossexualidade. Ainda em relação à explicação adotada para justificar o homossexualismo, os autores reforçam:

O nosso argumento é que as pessoas chamadas “homossexuais” não sofrem de nenhuma “condição”, mas que acabam, isto sim, sendo levadas por pressões sociais, em grande parte, a desempenhar variações pouco ortodoxas dos papéis sociais normalmente atribuídos aos homens e às mulheres (FRY & MCRAE, 1983, p. 12).

Em detrimento da pressão e dos condicionamentos sociais a que estão sujeitos, os homossexuais são obrigados a se comportarem de maneira diversa da que desejariam. Eles forjam uma maneira de estar no mundo como forma de amenizar o preconceito. Como podemos perceber a postura defendida por Fry & Mc Rae é de abertura para a discussão de todas as explicações existentes acerca do homossexualismo. Eles optam por acreditar que cada vertente apresenta um cunho ideológico. Sendo assim, “[...] estas teorias dizem muito mais sobre pessoas que as articulam, dos contextos sociais e culturais onde são produzidas do que sobre a “homossexualidade” em si” (FRY & MCRAE, 1983, p. 16). Dessa forma, aqueles que se consideram com alguma influência ou poder em relação aos demais: governos, igrejas ou outros grupos produzem leis ou mecanismos de controle, cujo teor e resultados estejam em conformidade com a ideologia de tais instituições.

A priori, em detrimento da forma como eram tratados os homossexuais lutavam junto aos negros, às feministas e aos trabalhadores. Posteriormente, eles optaram por fundar grupos específicos de homossexuais. Paralelo a isso, houve a criação de termos para se referir aos homossexuais homens e mulheres, “entendidos” e “entendidas”; no entanto percebeu-se que a adoção de termos mais eufemísticos não contribuiria para reforçar o preconceito, logo, o mais sensato seria a utilização dos termos até então correntes. É o que se pode constatar na citação de Fry & McRae (1983, p. 25): “Se autodenominar de “bicha” veio a ser uma maneira de “assumir” uma homossexualidade considerada mais “consciente” do que os *gays* e “entendidos” e obrigar a opinião pública a reconsiderar suas atitudes em geral”. Em meio a esses embates, empreendimentos comerciais surgiram direcionados aos homossexuais, o que serviu para consolidar tal movimento, sem contar com uma maior atenção da imprensa ao assunto, por meio de publicações de livros e na inserção de personagens homossexuais no meio televisivo.

Conforme Okita (2007), no Brasil, houve um momento no qual os homossexuais, ao se unirem a outros grupos também vítimas de opressão e preconceito, sentiam-se oprimidos pela esquerda ortodoxa defensora da moral e dos “bons costumes”; ao tempo em que enfrentavam a divergência de membros homossexuais, que não concordavam com a ideia de lutarem contra a opressão e discriminação juntamente com os demais grupos. A preocupação dos homossexuais dizia respeito ao suposto oportunismo das esquerdas concernente à discussão homossexual.

Pesquisando acerca do comportamento sexual de homens e mulheres de determinadas tribos, Fry & McRae (1983) observam que a distinção entre masculinidade e feminilidade está relacionada à “atividade” e à “passividade” sexual. Desses dois comportamentos, o “passivo” é o que sofre maior discriminação e rebaixamento. Dependendo da cultura da tribo, as pessoas que adotavam o comportamento do sexo oposto - os *berdaches* eram dotados de poderes de cura e profecia. Os autores interpretam tais poderes como uma compensação pelo fato de essas pessoas sentirem-se inadequadas ao papel sexual correspondente ao sexo biológico; visto que na sociedade dá-se bastante valor a quem possui habilidades espirituais. Ser profeta e curador são funções que demandam *status* a quem as assume. É uma forma de inclui-los e de evitar a exclusão de quem não se adéqua aos padrões sociais. Nesse caso, assumir-se *berdache* não era considerado “desviante” nem “anormal”, mas encarado com tanta naturalidade quanto os atores usarem batom. Ou seja, encarar o *berdache* como um “desviante” ou uma pessoa comum depende do ponto de vista que se adota. Uma segunda interpretação diz respeito à quebra das convenções sociais de masculinidade e feminilidade, a qual nem sempre se está disposto a enfrentar as consequências provenientes de tal decisão. Além dessas, há uma terceira interpretação que relaciona os poderes excepcionais à ambiguidade. Ser *berdache* é ser ambíguo e a ambiguidade está relacionada à criatividade. Logo, ele possui qualificações as quais pessoas comuns não possuem. Mais uma vez a compensação se sobrepõe à realidade. Aquilo que para Fry & McRae (1983) é o *berdache*; para Okita (2007) é o travesti. Na prática é aquele que opta por vestimentas e comportamentos do sexo oposto. As sociedades, cujo nível de desenvolvimento humano suplanta o nível de desenvolvimento tecnológico (sociedades fundacionais) e as primeiras sociedades de classes adotavam uma visão positiva em relação aos travestis, visto que eram tidos como pessoas possuidoras de poderes sobrenaturais, além de consultados diante de decisões importantes. Esse respeito que se tinha a pessoa do travesti incorre nas compensações explicitadas por Fry & McRae (1983). Atualmente, além de adotar

comportamentos do sexo oposto, os travestis trabalham como profissionais do sexo, atividade esta que reforça mais ainda o preconceito.

Ao estabelecer uma analogia entre a tribo indígena dos guaiáqui e a nossa sociedade, no que concerne aos atributos sociais e sexuais associados ao sexo biológico, os autores são categóricos:

Nestas sociedades, então, as pessoas não são classificadas de acordo com seu suposto comportamento sexual homo ou hetero. Não existem identidades sexuais como “o homossexual” na nossa cultura, que define uma pessoa pelo seu suposto gosto por relações sexuais com pessoas do mesmo sexo. O que existem nestas culturas são identidades sociais e sexuais construídas de combinações de sexo biológico e *papéis* sexuais (FRY & MCRAE, 1983, p.39).

Nesses casos, o que prevalece é o papel desempenhado por homens e mulheres e a maneira como se comportam sexualmente. Se existe correspondência entre ambos, têm-se a denominação homem e mulher, normalmente; do contrário, é considerado *berdache*. Logo, o que era tido como “desviante” não eram as relações “homossexuais” do ponto de vista fisiológico, mas do ponto de vista dos papéis sexuais assumidos, os quais já pontuados anteriormente, o papel ativo funcionava como isento de preconceito. Em detrimento disso, ainda hoje há resistência em alguém assumir-se como “passivo”. Por outro lado, Fry & McRae (1983) discutem a relatividade dos papéis “ativo” e “passivo”. Aparentemente, espera-se que o papel assumido por alguém seja ativo, porém, na prática, pode ocorrer o inverso. De modo que comparando a realidade dos índios guaiáqui e a realidade brasileira, eles constataram que, no Brasil, além da relação de complementaridade, predominam as relações hierárquicas. Segundo esse critério, o homem é socialmente superior à mulher, além do fato de numa relação, ele assumir o papel “ativo”. Acreditamos que tais argumentos não têm consistência. A função dos mesmos é apenas reforçar uma crença que não fundamento algum, mas serve para reafirmar o patriarcalismo.

Okita (2007) defende a ideia de que a homossexualidade é um fenômeno natural nas sociedades fundacionais. A fim de justificar sua posição, ele menciona estudos e pesquisas, os quais resultaram vários casos de homossexualidade, tanto masculina quanto feminina; entre jovens, de maneira pública; entre meninas e mulheres; como ritual de passagem para a idade adulta; relações entre *berdaches* e não *berdaches*, com função sexual-ritual. Esses casos ocorreram em tribos indígenas, africanas e outros povos nas sociedades fundacionais. Em todas essas situações o homossexual era tratado como uma pessoa comum. A partir do momento em que a sociedade deixou de ser matriarcal e passou a se organizar em torno de classes, o papel da mulher, principalmente em relação ao comportamento sexual

sofreu alterações. Impedir relações homossexuais e heterossexuais fora do casamento era uma maneira de assegurar a monogamia e, conseqüentemente, ter a certeza de que a prole pertencia ao mesmo pai. Logo, a herança deixada por ele seria passada, automaticamente, aos filhos, os herdeiros legítimos. A fim de que esse objetivo fosse alcançado, a obrigatoriedade de relações restritas ao casamento e para a procriação se constituiu numa norma. Afora isso, a sexualidade passou a ser encarada de forma negativa. É o que podemos comprovar:

Pela primeira vez, sentimentos sexuais e emocionais começaram a ser influenciados pelo controle social, e proibições sexuais rígidas foram construídas. Vergonha, culpa e medo passaram a ser relacionados com o sexo e como forma de opressão para a manutenção da ordem. O que era casual, espontâneo e natural começou a ser objeto de conflitos e, em última instância, perseguição. Com a propriedade privada, o natural passou a ser não natural (OKITA, 2007, p. 33).

A passagem da sociedade matriarcal para a sociedade patriarcal implicou em tais mudanças de comportamento impondo novas formas de convivência. Esse novo sistema não representava o “correto” ou “ideal”, apenas atendia às conveniências daquela época. Certamente, se a sexualidade continuasse desregrada para homens e mulheres, não seria possível ter certeza se os filhos, de fato, eram do marido ou de outro homem, principalmente, porque o DNA ainda não existia para comprovar cientificamente. Assim, a maneira encontrada para perpetuar a propriedade privada era manter a sexualidade sob controle veiculando-se o discurso de que ela era negativa, pecaminosa. Logo, agir de encontro às regras impostas era causa de culpa e medo. Mas, controlar os comportamentos sexuais apenas no âmbito da família não era suficiente para assegurar a sociedade de classes e a propriedade privada. Nesse sentido, integrantes da classe mais abastada passaram a exercer influência na religião. Entretanto, nem todas as práticas antigas foram descartadas, a exemplo dos ritos sexuais durante as cerimônias religiosas. A inovação trazida pela sociedade de classes foi a troca de dinheiro durante os rituais. Era uma maneira de se obter lucro, visto que abolir tais práticas poderia resultar em divergências e, ao mesmo tempo, limitar a participação das massas, pois ao cobrar para participar, nem todos teriam a quantia exigida. Em outras palavras, o sexo se transformou em negócio, logo, têm-se aí indícios de prostituição. Ainda em relação à consolidação da sociedade de classes, Okita (2007, p. 38) assegura que: “[...] toda a sociedade de classes foi dominada pelo monoteísmo patriarcal, que necessita da mulher e dos homossexuais para a sua sobrevivência”. Com o monoteísmo, o homem deveria cultuar somente um deus, masculino e vingativo – Javé. Na prática, num lugar ou noutra as práticas politeístas continuaram, embora fossem abomináveis.

Quando o monoteísmo estava se consolidando entre os hebreus e outros povos, os gregos ainda vivenciavam a cultura tribal e as práticas advindas desta, tentando conciliar as duas coisas. Seria uma ruptura muito grande abandonar os comportamentos antigos e aderir totalmente ao monoteísmo. Práticas como a nudez considerada pela sociedade patriarcal vergonhosa era muito apreciada pelos gregos. A homossexualidade era comum na Grécia. Exércitos inteiros eram compostos de homossexuais. Dependendo do lugar homens e mulheres tinham direito a mais de um companheiro sexual. Também noutras manifestações culturais era perceptível a menção à homossexualidade; na literatura, na pintura e na cerâmica. Por sua vez, em Atenas foi adotada a família monogâmica; contudo, na prática, era válida para as mulheres; os homens eram poligâmicos. E mais uma vez o controle é imposto como forma de assegurar a propriedade privada. Desta feita através de restrições no que se refere à prostituição masculina e feminina, como também ao impedimento de relações entre homens livres e escravos. Como a maioria da sociedade ateniense eram escravos, a adoção desta medida reduziria e muito os casos de homossexualidade. Através de tais medidas, a homossexualidade na Grécia começou a ser controlada e penalizada.

Em Roma, o combate à homossexualidade foi empreendido por líderes religiosos e se estendeu aos governos, cuja atuação manifestou-se através de atos cruéis acobertados por lei. As penalidades severas tinham como objetivo controle a permanência da homossexualidade. O cristianismo apostou na ideologia de aversão à riqueza e aos prazeres terrenos, dentre eles, a homossexualidade. O esforço de evitar o pecado tinha como recompensa um lugar no céu. Tais renúncias resultaram nos votos de pobreza, obediência e castidade a serem cumpridos por sacerdotes e religiosos (as) ainda hoje; porém, deveriam ser cumpridos pelos cristãos na época de Paulo. Em detrimento das restrições impostas pelo cristianismo, a religião tornou-se hierárquica e a serviço dos ricos. A ideia de renúncia aos bens materiais rendeu à Igreja Católica um terço das terras na época do Feudalismo. A fim de assegurar seus bens, ela criou o celibato, visto que uma vez casando, o sacerdote ou a religiosa constituiriam família e, com isso, os bens seriam divididos entre os herdeiros. Sem casamento, os bens pertenceriam à Igreja. Mediante a postura da Igreja no que concerne aos bens dos fiéis, em alguns lugares, não havia uma boa aceitação da Igreja por parte da maioria deles. De modo que ela começou a agir arbitrariamente, usando da força para aumentar seu patrimônio. A acusação de heresias religiosas e de homossexualismo eram os motivos que justificavam a Inquisição. As penalidades rígidas eram uma tentativa de amedrontar as pessoas, no sentido de abandonarem, definitivamente, as práticas homossexuais, as quais continuaram.

A passagem da sociedade feudal para capitalista trouxe mudanças: a histeria anti homossexual diminuiu; porém o preconceito ao homossexual permaneceu. Essa mudança não ocorreu por acaso. Como não era possível exterminar a homossexualidade e, na classe burguesa existiam homossexuais, a sociedade capitalista optou por reconhecer os direitos sexuais burgueses; no entanto, para as massas, a opressão continuou, pois era uma ameaça à família; à herança, à reprodução e às regras de bom comportamento. Em relação ao comportamento, o autor declara:

A família patriarcal é composta de modo a evitar a livre expressão da sexualidade. É uma instituição heterossexual, e assim, tenta oprimir os impulsos homossexuais dos seus membros. É uma camisa-de-força heterossexual que oprime qualquer comportamento que fuja às suas normas (OKITA, 2007, p. 51).

De acordo com Okita (2007), apesar das proibições e imposições, os homossexuais começaram a se organizar, a fim de reivindicar direitos. Fundaram um Comitê em favor da libertação homossexual, cuja reivindicação principal era abolir a condição de crime. A luta, sob a forma de uma petição, reuniu personalidades importantes, contudo, o resultado demorou cerca de cem anos. Outra conquista dos homossexuais foi a fundação do Instituto de Ciência Sexual contendo arquivos e bibliotecas. Com a repressão nazista, os livros considerados pouco alemães foram queimados publicamente. Também nesse período, mais de cem mil homossexuais foram exterminados. Ao longo da história, os países se declararam a favor ou contra a homossexualidade. Às vezes, esse posicionamento mudava no decorrer do tempo. É o caso, da URSS. A priori, manifestava-se a favor, pois considerava a homossexualidade um problema científico e não legal. Em 1928, manifestava-se acerca da homossexualidade considerando-a como um “perigo social”. Tais medidas antecipavam o que viria a ser o *stalinismo*, que valorizou certas práticas patriarcais e investiu na discriminação, vigilância e denúncias de homossexuais. A pressão do governo em relação a estes motivou muitos casos de suicídio. Já nos Estados operários, em Cuba a repressão foi superior ao *stalinismo*. Como se não bastasse, os homossexuais foram obrigados a trabalharem no campo, nas unidades militares; além de não poderem assumir determinadas funções.

Nos Estados Unidos, na segunda metade do século XX, a violência e repressão aos homossexuais tornaram-se uma constante. Entretanto, essa ação não era unilateral, pois os homossexuais reagem. Ao mesmo tempo em que existiam avanços, também havia recuos, com relação às conquistas. Posteriormente, os grupos de homossexuais optaram por não se exporem tanto, no intuito de amenizar a repressão. Mas isso não significou a desistência da

luta nem o seu enfraquecimento, ao contrário, levou-os a refletirem a necessidade de se unirem a outros grupos também oprimidos.

Em se tratando do Brasil, a situação era um tanto diferente por ser um país semicolonial. O homossexual além de ser vítima de discriminação e de marginalização da sociedade, sofria também a repressão familiar e não podia desvincular-se dela, pois não teria condições financeiras de manter-se sozinho. Afora a família, o homossexual tinha de lidar com outros mecanismos de controle: a Lei de Imprensa, o Exército, o AI-5, a polícia. No trabalho, caso o setor de “recursos humanos” concluísse que um funcionário era homossexual, restrições seriam impostas a ele. Na saúde, houve discriminação. Os meios de comunicação punham em evidência qualquer ato ilícito cometido por um homossexual, dando ênfase superior a que é dada aos heterossexuais. Entretanto, quando o homossexual é a vítima pouca importância era dada, com se tais agressões fossem motivos de simpatia e humor. Daí, o autor afirmar que:

Essa visão cômica dos homossexuais é muito promovida pelos “fabricantes de cultura”. No cinema, teatro, TV, ele ou ela é sempre um sujeito estereotipado, cheio de trejeitos e melindres, sem outros sentimentos que não seja sexo. É visto como algo que provoca risos e não uma pessoa como todas as outras, como um oprimido igual a todos (OKITA, 2007, p. 86).

A representação de papéis homossexuais nas novelas e programas humorísticos tende a ser marcada pelo exagero e estereótipo. Em vez de se conceder oportunidades aos homossexuais, reafirma-se a opressão e o preconceito. A fim de superar tal estado de coisas, somente a partir metade da década de 1970, os homossexuais brasileiros começaram a assumir o espaço negado durante a censura. Eles manifestaram-se de diversas formas: através da fundação do jornal *Lampião da Esquina*, fundação dos grupos homossexuais – Núcleo de Ação pelos Direitos do Homossexual, “Somos - Grupo de Afirmação Homossexual”, encontros – o I e II Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais. Durante a existência desses grupos e eventos houve censura ao jornal, divergências no interior do próprio grupo, saída das feministas para formarem um grupo autônomo em relação aos homossexuais e luta junto a outros grupos também oprimidos.

Ao discutir os problemas e as perspectivas em relação à homossexualidade, Okita (2007, p. 97) assevera “só a transformação total da sociedade em seu conjunto, desde as suas raízes, pode destruir a organização econômica e social que permite que uma parcela da população, [...], controlem e aproveitem as riquezas produzidas pela humanidade”. No entanto, ele reconhece o simplismo desta solução, visto que na sociedade há agentes indiretos

e diretos, cuja atuação necessita de mudanças, dentre eles estão: a educação, a Igreja e a família, a polícia, o Estado, a discriminação trabalhista, o machismo resultante da divisão de classes sócias, que separa os homossexuais: os que têm uma melhor condição e os que não a possuem; além da dispersão entre os grupos oprimidos: os trabalhadores homossexuais, o movimento homossexual como um todo, as feministas e os negros. A mudança no agir desses grupos ou instituições resultará na libertação dos homossexuais em relação à opressão e ao preconceito. Daí, Okita (2007, p. 103) concluir afirmando que: “A revolução socialista é a única que criará o espaço para que a luta seja vitoriosa”.

Retomando a abordagem antropológica realizada por Fry & McRae (1983) declaram que durante algum tempo veiculou-se a ideia de que o homossexualismo era “crime”, “sem-vergonhice” e “pecado”. Nesse sentido, era um problema social que demandaria correção e esta dizia respeito à perseguição, prisão, torturas. Eram medidas drásticas e adotadas com a finalidade de promover a “limpeza/purificação” do ambiente. Posteriormente, a terminologia mudou. O homossexual passou a ser visto como um “doente”. A mudança de termos não implicou na mudança de tratamento atribuído ao mesmo. O preconceito permaneceu. Na verdade, essa mudança também foi resultante da pressão dos médicos, que se viam no direito de emitir sua opinião em relação à questão. Considerar o homossexualismo como um problema de saúde implicaria na necessidade de tratar do paciente, a fim de curá-lo.

Diante dessas transformações, é possível perceber que a mudança de “sem vergonha”, “criminoso” para “doente” não ocorreu com o intuito de compadecer-se do homossexual; mas de adequação aos interesses; visto que isto significava garantir trabalho para os médicos. Defender que o homossexualismo é uma “doença” ou outra coisa não garante que se está com a razão e/ou a verdade; apenas demonstra um ponto de vista em detrimento de outros. Por sua vez, essa transferência, de certo modo, proporcionou ao homossexual uma situação um pouco “confortável”. Se ele continuasse sendo tratado como um “criminoso”, a culpa seria atribuída exclusivamente a ele. Uma vez considerado “doente”, o problema seria resultante de alguma desarmonia genética, logo, ele nasceria com tal anomalia e não seria tão culpado por isso. Havia ainda quem defendia o homossexualismo como sendo causado por fatores ambientais, cujo “tratamento” incorria na adoção de medidas pedagógicas. Entretanto, as medidas corretivas também implicavam em “tortura”. É o caso da terapia de aversão. De modo que, a luta dos homossexuais foi direcionada para a desconsideração do homossexualismo enquanto “doença”, o que ocorreu na década de 1970, pela Associação Americana de Psiquiatria. Com essa decisão, o argumento defendido passou

a ser em defesa da aceitação do homossexualismo por parte do homossexual. Como este se via incapaz de libertar-se de tal situação, a melhor forma seria a auto aceitação. Essa condição teria como vantagem uma melhor qualidade de vida.

Em conformidade com Fry & McRae (1983), as discordâncias em relação homossexual não se limitavam apenas na forma como os heterossexuais os tratam; mas, entre os homossexuais as dissonâncias ocorrem. Nesse caso, eles estavam se referindo à postura das lésbicas e das feministas heterossexuais no que concerne ao comportamento de alguns homossexuais, mais precisamente, nos exageros cometidos por estes ao imitar os papéis femininos ou se referirem a eles próprios. Segundo elas, a artificialidade dos homossexuais torna a feminilidade algo caricatural e isso é uma agressão, desrespeito. Acerca disso, os autores assinalam:

O costume de alguns homossexuais masculinos de imitar o comportamento das mulheres, e até de se referirem a si mesmos usando formas femininas, é percebido por muitas feministas heterossexuais ou lésbicas como uma forma de agressão. O homossexual extremamente desmunhecado é frequentemente acusado de reforçar, na sua versão caricatural da feminilidade, os seus aspectos mais opressivos. Correntemente elas também antipatizam com a reprodução dos papéis “ativo” / “passivo”, “fanchona” / “lady” que hoje parecem predominar mais no “gueto” lésbico que no homossexual masculino (FRY & MCRAE, 1983, p.110).

Há um aspecto positivo nesses conflitos. Eles demonstram que cada grupo está buscando sua autoafirmação, diferentemente do momento inicial quando iniciaram juntamente com os negros, as feministas, os trabalhadores, os homossexuais. Nesse caso, a diversidade era tamanha e quando se trata de reivindicações específicas, naturalmente, os conflitos emergem. Essas divergências não representam enfraquecimento deste ou daquele grupo.

Nesse sentido, Foucault (2010) expõe a respeito de alguns seres tidos como anormais explicitando o porquê dessa constituição. A partir da leitura de *Os anormais* deste autor, percebe-se que o sujeito é considerado anormal ao passar pelo crivo da instância jurídica e médica. Essa decisão não se baseia apenas no senso comum. A perícia, o exame médico legal, o DNA, a necessidade de terapia, o monitoramento, as investigações policiais, tudo isso corroboram ou auxiliam na distinção entre normal e anormal. Alguns desses procedimentos são específicos do cientista; enquanto outros, do jurista. Em relação ao cruzamento desses dois saberes, o autor declara:

[...] nesse ponto são formulados enunciados que possuem o estatuto de discursos verdadeiros, que detêm efeitos judiciários consideráveis e que têm, no entanto, a curiosa propriedade de ser alheios a todas as regras, mesmo as mais elementares, de formação de um discurso científico; de ser alheios também às regras do direito e de ser, no sentido estrito, [...] grotescos (FOUCAULT, 2010, p. 11).

Nem todo enunciado é considerado verdadeiro. Depende da instituição que o profere. No caso do jurista e do cientista são sujeitos pertencentes a instituições de credibilidade perante a sociedade. Daí, seus dizeres são respeitados, ainda que nem sempre expressem a verdade. Além disso, os discursos desses profissionais resultam de experiências científicas, testes, comprovação e validação de suas pesquisas. Eles não afirmam com base em achismos. Em contrapartida, esses discursos são objeto de refutação por parte de profissionais da mesma área ou de outras. O resultado de uma pesquisa é passível de mudança.

Ainda na perspectiva da ciência e da jurisprudência, Foucault (2010) discute o funcionamento do exame médico-legal. Conforme o autor, no início do século XIX, o Código Penal previa que se alguém cometesse um delito e não estivesse com as suas faculdades mentais normais no momento do ato, o exame médico-legal deveria tomar uma decisão a partir de questões dicotômicas, a fim de decidir “doença e responsabilidade, entre causalidade patológica e liberdade do sujeito jurídico, entre terapêutica e punição, entre medicina e penalidade, entre hospital e prisão” (2010, p. 27) Essa necessidade de opção advém do fato de que a loucura apaga o crime. Assim, um louco não pode ser tido como criminoso, ainda que tenha sido ele o executor da ação. Uma vez constatada a patologia, o fator criminal é dispensado e vice-versa.

Por outro lado, há uma implicação negativa nessa questão. O infrator tendo esse conhecimento pode cometer um crime e apresentar-se como louco, a fim de ser isentado da culpa pelo crime cometido. Em contrapartida, o exame contemporâneo rompeu com a dicotomia anterior entre o discurso médico e o discurso jurídico e a substituiu pela dupla qualificação médica e jurídica. Ele não provém do direito nem da medicina. De modo que, de acordo com o linguista:

[...] no exame médico-legal, a justiça e a psiquiatria são ambas adulteradas. Elas não têm a ver com seu objeto próprio, não põem em prática sua regularidade própria. Não é a delinquentes ou a inocentes que o exame médico-legal se dirige, não é a doentes opostos a não doentes. É algo que está, a meu ver, na categoria dos “anormais”; ou, se preferirem, não é no campo da oposição, mas sim no da gradação do normal ao anormal, que se desenrola efetivamente o exame médico-legal (FOUCAULT, 2010, p. 36).

Em detrimento do impasse entre o exame médico-legal e a atuação da justiça e da medicina, optou-se por um exame que considerasse uma noção mais difusa em relação àquele que cometeu o delito. Em relação ao sujeito homossexual, há em torno dele um impasse quanto à origem de sua condição sexual: não se sabe se a origem é genética, biológica ou está

relacionada ao aspecto cultural, educacional, portanto ao meio no qual o sujeito está inserido. Para esse impasse, a ciência ainda não tem resposta. No que diz respeito ao preconceito em relação ao sujeito homossexual, talvez a confirmação do porquê de o sujeito fazer tal opção pudesse mudar a forma como a sociedade os vê. Caso a motivação fosse de natureza biológica, quem sabe, a discriminação não seria tanta, visto que um problema genético nem sempre é constatado pelos médicos ou mesmo que seja, nem sempre a solução é possível ou imediata.

Dentre os anormais, Foucault (2010) faz uma análise da exclusão do leproso e da inclusão do pestífera. Ele se detém a analisar essa exclusão durante a Idade Média, embora a exclusão ao leproso seja anterior a esse período, visto que nos Evangelhos há menção à exclusão de pessoas acometidas por essa patologia. Essa exclusão se dava a partir do distanciamento do paciente, a fim de manter distante das pessoas consideradas sadias. Uma vez constatada a lepra, o leproso era levado para fora da cidade, onde permanecia confinado. O acompanhamento de quem se tem conhecimento era uma cerimônia fúnebre, durante a qual eram declarados mortos. Ao serem expulsos de suas comunidades, os leprosos entravam na morte. A única certeza que tinham é que partiriam para um mundo exterior e estrangeiro, até porque, por falta de tratamento ou desinteresse, não se investia na cura dos pacientes. O autor reforça dizendo:

Em suma, eram de fato práticas de exclusão, práticas de rejeição, práticas de “marginalização”, como diríamos hoje. Ora, é sob essa forma que se descreve, e a meu ver ainda hoje, a maneira como o poder se exerce sobre os loucos, sobre os doentes, sobre os criminosos, sobre os desviantes, sobre as crianças, sobre os pobres. Descrevem-se em geral os efeitos e os mecanismos de poder que se exercem sobre eles como mecanismos e efeitos de exclusão, de desqualificação, de exílio, de rejeição, de privação, de recusa, de desconhecimento; ou seja, todo o arsenal dos conceitos e mecanismos negativos da exclusão (FOUCAULT, 2010, p. 38).

Hoje, a exclusão ainda é uma realidade. Os aidéticos, pessoas que sofrem com doenças contagiosas ou com necessidades especiais são vítimas de preconceitos. Por outro lado, a tentativa de exclusão do outro não ocorreu apenas no que concerne ao doente. Na Alemanha nazista, Hitler perseguiu judeus, negros, ciganos, homossexuais, comunistas, anarquistas e democratas. Isso porque esses sujeitos lhes representavam algum tipo de ameaça ao seu poder ou à ideia de que a raça alemã era superior às demais e era necessário mantê-la pura. Logo, qualquer indício que viesse colocar em risco essa pretensão, deveria ser condenado. Assim, possuir outros deuses distintos da ideologia alemã, ter pele escura, não poder procriar ou alimentar ideias políticas diferentes se constituíam em motivos suficientes

para uma exclusão definitiva. Semelhante à prática de Hitler, alguns grupos de *skinheads* agem de modo a atentar contra a vida de determinados grupos: judeus, negros, homossexuais, *punks*, nordestinos e imigrantes. Sob o pretexto de manter a ordem e tornar a sociedade “purificada”, absurdos foram e continuam a ser cometidos. Normalmente, tais atitudes são realizadas à base de muita violência, tortura, injustiça. Por alimentar preconceito às vítimas, cometem-se barbaridades. Em relação ao texto humorístico, os sujeitos-alvo das piadas não são ameaçados de morte; porém são desqualificados e rebaixados.

Em relação à inclusão do pestífero, Foucault (2010) descreve como ocorria tal inclusão, tomando por base a relação saber, poder e disciplina. Os que assumiam as funções públicas tinham um saber referente à peste que assolava a cidade e exerciam o poder através das ordens dadas aos comandados, que deveriam executá-las e fazer com que a disciplina se efetivasse, junto aos cidadãos. Estes, por sua vez, em condição social inferior àqueles obedeciam-nas. Uma vez decretada a peste num lugar, mobilizava-se todo um aparato a fim de que ela não atingisse maiores proporções – era a quarentena. Diversos funcionários recebiam incumbências, as quais deveriam segui-las à risca levando em consideração a observação e o registro de informações. Esses funcionários constituíam uma hierarquia, cada qual com suas responsabilidades. Diferentemente do leproso, o pestífero era incluído porque ele não saía da cidade, lá permanecia sob a vigilância irrestrita do governo. De todo modo, o indivíduo era controlado e o território era delimitado. Essa ação era contínua, pois havia interrupção quanto à vigilância. Foucault (2010) ao estabelecer um contraponto entre a postura mediante a lepra e mediante a peste, expõe:

[...] Não se trata tampouco de uma espécie de grande rito de purificação, como na lepra; trata-se, no caso da peste, de uma tentativa para maximizar a saúde, a vida, a longevidade, a força dos indivíduos. Trata-se, no fundo, de produzir uma população sadia; não se trata de purificar os que vivem na comunidade, como acontecia com a lepra [...] (FOUCAULT, 2010, p. 40).

Atualmente, o controle é estabelecido quando há uma epidemia ou de sua iminência. A fim de contê-la ou evitá-la, as autoridades investem em campanhas de vacinação e de conscientização da população. O governo estabelece o intervalo de tempo para a ocorrência dessas campanhas, a faixa etária a ser contemplada, a dose a ser aplicada. Ou seja, o governo normatiza como o sistema de saúde deve proceder de modo a evitar epidemias. Ele estabelece uma norma, a qual não é apenas uma decisão política, mas “um elemento a partir do qual certo exercício do poder se acha fundado e legitimado”.

De acordo com Foucault (2010), as três figuras que constituem o domínio da anomalia são: o monstro humano, o indivíduo a ser corrigido e a criança masturbadora. O primeiro deles tem como contexto a lei. A partir dela e das atitudes do indivíduo a justiça considerará alguém monstro ou isento dessa condição. Ao violar a lei, ele viola as leis da natureza. Quando a sociedade taxa alguém de monstro é porque algo muito grave ele cometeu. Maníacos, pessoas que cometem estupros ou crimes hediondos são seres os quais a sociedade considera monstros. Às vezes, até tenta fazer justiça por conta própria, sem esperar pela atuação da justiça em si. Ao discutir o que é o monstro, o autor declara:

De fato, o monstro contradiz a lei. Ele é a infração, e a infração levada a seu ponto máximo. E, no entanto, mesmo sendo a infração (infração de certo no estado bruto), ele não deflagra, da parte da lei, uma resposta que seria uma resposta legal. Podemos dizer que o que faz a força e a capacidade de inquietação do monstro é que, ao mesmo tempo que viola a lei, ele a deixa sem voz. Ele arma uma arapuca para a lei que está infringindo. No fundo, o que o monstro suscita, no mesmo momento em que, por sua existência, ele viola a lei, não é a resposta da lei, mas outra coisa bem diferente. Será a violência, será a vontade de supressão pura e simples, ou serão os cuidados médicos, ou será a piedade. Mas não é a lei mesma que responde a esse ataque que, no entanto, a existência do monstro representa contra ela (FOUCAULT, 2010, p. 48).

A pena máxima aplicada pela lei não implica no desaparecimento do monstro dando lugar ao cidadão de bem. Por outro lado, há punições severas que incluem muitos anos de prisão, os quais não são cumpridos em sua totalidade pelo sujeito.

Em conformidade com Foucault (2010) enquanto o contexto de referência do monstro humano é a lei, para o indivíduo a ser corrigido o contexto é mais limitado. Trata-se da família ou das instituições a ela relacionadas. Outra diferença entre ambos é a frequência com que cometem infrações. O indivíduo a ser corrigido incorre em erros com maior frequência, ou seja, ele é alguém que regularmente comete irregularidades. Ele sabe da regra e está próximo dela, ao tempo em que quando infringe, distancia-se dela. O autor identifica nessa relação alguns equívocos. Na medida em que é possível identificar quem necessita de correção, não se tem provas a dar a respeito. Outro equívoco apresentado é que quando o indivíduo precisa de uma correção por parte de alguém fora do núcleo familiar, significa que as técnicas de correção ao alcance desse grupo já foram utilizadas sem sucesso. De modo que o autor define o indivíduo a ser corrigido nos seguintes termos:

O que define o indivíduo a ser corrigido, portanto, é que é incorrigível. E no entanto, paradoxalmente, o incorrigível, na medida em que é incorrigível, requer um certo número de intervenções específicas em torno de si, de sobreintervenções em relação às técnicas familiares e corriqueiras de educação e correção, isto é, uma nova tecnologia da reeducação, da sobrecorreção (FOUCAULT, 2010, p.50).

Ainda a respeito do indivíduo a ser corrigido, há o fato de que a família, enquanto primeira instituição responsável por esse indivíduo, tentar ensinar os valores ou regras mais adequados e ele não assimila/obedece. Nesse caso, o indivíduo teve ciência de como deveria proceder e não o fez. Como também, há os casos em que o indivíduo não foi orientado sobre quais valores deveria seguir.

Por sua vez, o terceiro a ser considerado anômalo é a criança masturbadora, cujo contexto de referência é mais delimitado que a própria família: “é o quarto, a cama, o corpo, os pais, os tomadores de conta imediatos, os irmãos e irmãs, o médico”. A diferença entre o terceiro tipo e os tipos anteriores é que esse tipo não apresenta uma característica específica, própria, pois conforme o pensamento, o saber e as técnicas pedagógicas do século XVIII apresentam-no como um indivíduo quase universal. Segundo Foucault (2010), essa condição de universalidade ao indivíduo que se masturba deve-se ao fato de a masturbação ser uma prática desconhecida ou pouca conhecida, da qual nunca se falou anteriormente, que não se conhece e cujo segredo não se revela. Além disso, foi apontada pelos médicos do século XVIII como a possível causa ou própria causa das doenças corporais, nervosas e psíquicas. Levando em conta, os três tipos de monstros, o autor associa o que é considerado monstruosidade e o que é considerado enfermidade. A monstruosidade fere o direito civil, o direito canônico e o direito religioso. Por sua vez, a enfermidade se inscreve apenas no direito civil e no direito canônico.

Afora o exame médico-legal, Foucault (2010) também discute outro tipo de procedimento de exame que a desqualificação da carne e a culpabilização do corpo pela carne. Trata-se da confissão feita no confessionário ou a um diretor de consciência. Independentemente de quem assistisse ao penitente, a confissão deveria abranger a totalidade da existência, conforme a sequência: exame, análise e discurso. O dizer do penitente passava pelo controle discursivo. A relação entre diretor/confessor e penitente era de autoridade, logo uma relação de poder estrita e exclusiva, respectivamente. O penitente deveria contar tudo ao diretor/confessor, porém somente a ele e no confessionário. O ritual requer um lugar propício para o seu acontecimento. “Desde seu aparecimento como objeto de um discurso analítico infinito e de uma vigilância constante, a carne está ligada, ao mesmo tempo, à instauração de um procedimento de exame completo e à instauração de uma regra de silêncio conexas” (2010, p.174). É nesse sentido que o autor discute a carne como a responsável pela ocorrência do pecado. Ainda sobre a relação entre a carne e o pecado, o autor complementa:

A carne é o que nomeia, a carne é aquilo de que se fala, a carne é o que se diz. A sexualidade é, essencialmente, no século XVII [...], o que se confessa, não o que se faz; é para poder confessá-la em boas condições que se deve, além do mais, calá-la em todas as outras (FOUCAULT, 2010, p. 175).

Segundo Foucault (2010), a confissão e a direção espiritual de forma exaustiva e exclusiva por representar um acompanhamento do penitente de forma tão minuciosa não contemplava todos ou a maioria dos fiéis. Em decorrência disso, os desassistidos espiritualmente enveredaram pelo misticismo católico. Como aparelho de controle e poder da Igreja surgiu a possessão, que se contrapôs à feitiçaria. Esta surgiu e se propagou, sobretudo, nos lugares mais distantes, na zona rural e regiões montanhosas. Nesses lugares, a cristianização encontrou resistência. Diante desse fato, a Igreja reagiu à feitiçaria julgando, reprimindo, queimando e destruindo seus adeptos por meio da Inquisição. Quanto à feiticeira, era a mulher residente na periferia da aldeia, no limite da floresta. Era a má cristã, visto ter pouco conhecimento do cristianismo ou o desconhecesse. Havia relação uma dual: o diabo de um lado, a feiticeira do outro. Ela está a serviço dele.

Em contrapartida, o fenômeno da possessão inclui indivíduos que se enquadravam no enfoque cristão. Era a mulher que se confessava espontaneamente. Vivia no convento, assumia funções superiores. Essa mulher se constitui o personagem central na nova tecnologia do catolicismo, no sentido de a Igreja valer-se da possessa para fabricar tecnologias e exercer suas relações de poder e de controle. A libertação da possessa dependia da administração do sacramento da confissão, feita pelo confessor, diretor ou guia. Na possessão, há uma relação triangular: a religiosa possuída, o diabo e o confessor entre um e outro com o objetivo de libertá-la.

O confessor ou diretor espiritual é uma figura que se desdobra, pois a figura exemplar, aparentemente de boa índole, transforma-se num confessor ruim, de modo a existir dois grupos de confessores a se oporem representando o clero secular e o clero regular. Dentro do clero regular há outro desdobramento: são os exorcistas institucionalmente constituídos e aqueles que representam, simultaneamente, o papel de diretores e curandeiros. Em relação à possuída também há desdobramento. Ao mesmo tempo em que ela está possuída pelo diabo, contudo esse poder diabólico encontra resistência em dominá-la por completo, uma vez que essa mulher resiste ao inimigo. Ou seja, existe uma parte pertencente ao diabo e outra parte que representa a própria mulher ao buscar apoio no confessor, no diretor ou na Igreja.

Quando alguém apresenta comportamento estranho ou esquisito e não se encontra uma resposta na medicina, logo, a suspeita recai sobre algum trabalho de feitiçaria ou possessão. Em se tratando de feitiçaria, a solução consiste na realização de rituais, a fim de desfazer ou anular o efeito da mandinga. Caso o problema seja possessão, o encaminhamento se dá a um exorcista, a fim de expulsar o inimigo.

No próximo tópico apresentamos a sequência didática utilizada como aquisição do *corpus* e proposta de intervenção e, no capítulo seguinte, realizamos a análise de *corpus* a partir do trabalho realizado em sala de aula com a sequência didática.

5 A APREENSÃO DAS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS ACERCA DOS SUJEITOS “NORDESTINO” E “HOMOSSEXUAL” NO GÊNERO PIADA: UMA PROPOSTA DE DESCONSTRUÇÃO DE PRECONCEITOS NO CONTEXTO ESCOLAR

Esta sequência didática foi produzida a fim de desenvolver as atividades que constituem a proposta de intervenção necessária na prática do projeto de dissertação do Curso de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS). Nesse sentido, pretende-se apreender quais são as formações imaginárias dos alunos concernentes aos sujeitos “nordestino” e “homossexual” presentes no discurso humorístico, mais precisamente no gênero piada, ao mesmo tempo em que visa contribuir para a desconstrução do preconceito. Teoricamente, ela está fundamentada nos autores SCHNEUWLY e DOLZ (2013), ORLANDI (2002), POSSENTI (2013), MARCUSCHI (2002), (2004), e SOLÉ (1998).

Conforme SCHNEUWLY e DOLZ (2013) há muitas pistas sobre como ensinar a expressão oral e escrita; contudo nem sempre elas satisfazem as exigências. Trabalhar com sequência didática demanda trabalhar com gêneros textuais, quer sejam orais ou escritos, a partir de atividades sistematizadas. Logo, sequências didáticas são “um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito.” (SCHNEUWLY e DOLZ, 2013, p. 82).

A interação entre os interlocutores exige adaptação à situação comunicativa. Em se tratando do uso da língua pelo falante, atualmente, tanto a Linguística quanto os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem que o falante adeque a língua aos contextos de usos. Assim, o registro oral ou escrito tende a se diferenciar de um gênero para outro, dado o grau de formalidade de cada um. Entretanto, existem regularidades entre os gêneros. Dependendo da esfera social, há gêneros que interessam mais que outros.

O objetivo principal da sequência didática é ajudar o aluno a dominar melhor um gênero, de modo que saiba falar ou escrever de forma mais adequada dependendo da situação de comunicação. Daí, o gênero a ser escolhido deve ser aquele com o qual grande parte dos alunos tem dificuldade de dominar. Nesta sequência, optamos pelo gênero piada. É um gênero o qual, de certo modo, os alunos apresentam um conhecimento razoável, visto que é acessível. Mesmo os não escolarizados já ouviram ou até mesmo contam piadas. Assim, partimos daquilo que se conhece, porém não se apresentam conhecimento suficiente em se tratando de formalização ou estruturação do gênero. Contudo, não trabalharemos com todas as categorias de sujeitos de que tratam as piadas. Optamos por duas: os sujeitos “nordestino” e “homossexual”, pois não daríamos conta de analisar a todas.

Em relação aos gêneros textuais, MARCUSCHI (2002) os define como aqueles que: “[...] contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia. São entidades sócio discursivas e formas de ação social [...]”. (MARCUSCHI, 2002: p. 19) Ou seja, além do seu formato textual, os gêneros têm existência social, têm uma funcionalidade e cumprem um objetivo. A priori, o texto humorístico tem como objetivo despertar o riso, contudo isso não o impede de fazer uma crítica social, de trazer à tona assuntos que no dia a dia não seriam retratados por serem alvo de preconceitos.

Logo, as funções comunicativas, cognitivas e institucionais determinam a caracterização dos gêneros as quais se sobrepõem às particularidades linguísticas e estruturais. Um gênero pode estar circunscrito numa forma, no entanto cumprir a função sócio comunicativa de outro gênero, principalmente, atualmente quando nos deparamos com os gêneros híbridos. O desenvolvimento tecnológico e a mobilidade social contribuem para a existência dessa heterogeneidade. Apesar disso, é possível distinguir um gênero textual de outro, uma vez que há critérios que nos auxiliam nessa distinção: “[...] para a noção de gênero textual, predominam os critérios de ação prática, circulação sócio histórica, funcionalidade, conteúdo temático, estilo e composicionalidade [...]” (MARCUSCHI, 2002: p. 24).

Retomando a sequência didática, as atividades propostas nos módulos se constituem numa oportunidade para o aluno adquirir mais segurança em relação ao gênero. É o momento de apreender todo o arcabouço estrutural, linguístico, discursivo que o gênero requer, de modo que na produção final, o aluno produza um texto com segurança e atendendo as exigências que o gênero demanda. Isso é o que nos afirma (MARCUSCHI, 2002: p. 32) “[...] um maior conhecimento do funcionamento dos gêneros textuais é importante tanto para a produção como para a compreensão”. De modo que trabalhar os gêneros textuais é lidar com a língua em sua diversidade de usos.

O trabalho com módulos vai do complexo para o simples, quando começa com a produção inicial e, partir dela dá subsídios para que o aluno fique inteirado a respeito do gênero e possa superar as dificuldades. Posteriormente, o complexo é retomado na produção final.

Lidar com um gênero textual demanda leitura a fim de, posteriormente, ter condições de produzi-lo. Toda leitura traz em si um propósito que pode ser mais sistemático ou não. Ler um romance por passatempo é diferente de lê-lo para a realização de uma atividade. Assim, um único material de leitura, lido pelo mesmo leitor, pode atender a necessidades diferentes. Nesse sentido, “os objetivos determinam a forma em que um leitor se situa frente à leitura e controla a consecução do seu objetivo, isto é, a compreensão do texto”.

(SOLÉ, 1998: 92) De forma que, quanto mais variados forem os objetivos, mais variados serão as leituras e os leitores. Certamente, os nossos alunos fazem no dia a dia a leitura do gênero piada; entretanto, é uma leitura superficial. Nesta proposta, o aluno terá a oportunidade de ampliar sua maneira de ler: indo além do superficial e buscando atribuir sentido ao texto.

De acordo com SOLÉ (1998), podemos ler para obter uma informação precisa, para seguir instruções, obter uma informação de caráter geral, para aprender, para revisar um escrito próprio, ler por prazer, para comunicar um texto a um auditório, para praticar a leitura em voz alta e para verificar o que se compreendeu.

Quando lemos, estamos em busca do significado, para construir a interpretação. Para isso, utilizamo-nos de conhecimentos que já possuímos – o conhecimento prévio, de mundo e da língua. O conhecimento linguístico e o repertório cultural de um leitor possibilita-lhe o exercício da previsão e formulação de hipóteses.

À medida que vai lendo, o leitor tem em mente expectativas em relação ao texto. Essas expectativas são as hipóteses que, quando condizentes com o texto, são confirmadas. Caso contrário, são rejeitadas. Ao serem refutadas, é comum o leitor voltar atrás e verificar qual equívoco motivou a falsificação de sua(s) hipótese(s). O que se sabe, na verdade, é que do seu interesse para aquela leitura, quais critérios dependem ainda da visão de mundo do leitor, além de seus propósitos. A elaboração, verificação e integração de hipóteses podem ocorrer com qualquer tipo de texto e sobre qualquer um dos seus componentes. Nesse caso, o contexto, nosso conhecimento sobre leitura, os textos e o mundo, além dos indicadores tipográficos presentes no próprio texto contribuem sobremaneira para a efetivação de estratégias que tendem a contribuir para a atribuição de sentidos.

Essa sequência didática contempla atividades relacionadas à leitura, compreensão e produção de texto em torno de piadas contadas pelos alunos do 6º ano do Ensino Fundamental II de uma escola pública do município de Marizópolis-Pb. Em linhas gerais, esta proposta traz atividades pautadas na apreensão das formações imaginárias dos alunos e na tentativa de desconstrução de preconceitos em relação aos sujeitos mencionados nas piadas envolvendo os sujeitos “nordestino” e “homossexual”.

No que concerne às formações imaginárias, de acordo com Orlandi (2002) durante as nossas interações, não dizemos tudo o que desejamos nem da forma como queríamos dizer. Na verdade, antes de dizer fazemos uma previsão de qual será a repercussão do nosso dizer. A isso ela denomina antecipação. Esse mecanismo discursivo funciona como autodefesa entre os interlocutores, visto que o seu dizer tende a evitar quaisquer transtornos, como também aquilo cuja tendência é te favorecer. Quanto a esse mecanismo, Orlandi assegura que: “[...] todo

sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor “ouve” suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem”. Orlandi (2002, p. 39)

Outro fator que controla o nosso dizer são os papéis sociais que exercemos. Dependendo do seu papel social, o seu dizer sofre limitações, pois conscientemente você formula uma imagem que o outro pode fazer a seu respeito; da mesma forma que você também formula uma imagem enquanto interage com o outro e, ambos formulam imagens acerca do referente. Diante disso, percebe-se que o controle do nosso dizer reside, justamente, no interlocutor com quem estamos interagindo. O papel social exercido por ele determinará a maneira e o que diremos a ele. O dizer do humorista não coincide com o dizer do cidadão comum, embora se trate do mesmo indivíduo. As formações imaginárias são inevitáveis no jogo discursivo entre os interlocutores. Referente às formações imaginárias a autora acrescenta que esse jogo inclui ainda: “[...] a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso.” (Orlandi, 2002, p. 40).

A fim de executar essa sequência didática, faremos uso das estratégias de leitura e da retextualização. Estratégias são procedimentos realizados pelo professor a fim de auxiliar o aluno na compreensão do texto. Dentre as estratégias, podemos mencionar: realização de inferências, levantamento e confirmação de hipóteses, ativação do conhecimento prévio. As estratégias são propostas pelo professor, entretanto, o cumprimento delas depende da ativação do conhecimento prévio, linguístico e de mundo por parte do aluno. Por sua vez, em conformidade com Marcuschi (2004) a retextualização diz respeito à transposição de um gênero textual de uma modalidade para outra. Em se tratando desta sequência, a retextualização dar-se-á no sentido de transcrever as piadas, gênero, normalmente oral, para a modalidade escrita. Posteriormente, procederemos de modo contrário, as piadas inscritas na modalidade escrita serão contadas pela turma; ou seja, passará para a modalidade oral. Nessa sequência, a retextualização não inclui a transcrição fonética dos textos.

Em relação ao trabalho com a retextualização, acreditamos ser importante porque possibilita o crescimento do aluno quanto à consolidação das habilidades (ouvir, ler, falar e escrever) necessárias e importantes para quem quer se tornar um leitor e um escritor proficiente. A passagem de um gênero a outro demanda atenção, compreensão do texto e do gênero textual e produção, além de reescrita. O trabalho com a reescrita do texto deve ser uma constante quando se investe em produção textual, sob pena de ficar incompleto. É uma forma de o professor avaliar o progresso do aluno e deste tomar consciência das incompletudes de

sua produção e evitar cometê-las nos próximos textos. Na verdade, o foco principal desta sequência é a apreensão das formações imaginárias e a tentativa de auxiliar na desconstrução de preconceitos; todavia a fim de atingirmos esses objetivos buscamos apoio nas estratégias de leitura e na retextualização.

Finalmente, esta é uma proposta para ser trabalhada em turmas do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, visto que esse gênero textual é recorrente em qualquer modalidade de ensino. Prototipicamente, a piada caracteriza-se por ser um texto narrativo curto, contém personagens, é contado por um profissional – o humorista ou qualquer pessoa. É um gênero que possui um enredo, que envolve o interlocutor fazendo-o formular um possível desfecho não realizado, visto que este é algo inesperado e imprevisível. As piadas envolvem tipos variados: loira, mulher, gaúcho, nordestino, homossexual, português, etc.; como também temas variados, sociais e até trágicos.

Possenti (2013) faz uma crítica a possível existência de sentimentos bons no texto humorístico. Esse tipo de discurso não prima pela função moralista nem pedagógica. Daí, a existência do ditado popular: “perde o amigo, mas não perde a piada”. Ou seja, a piada dispensa, até mesmo, certas relações pessoais, em detrimento do humor. O humor consiste na desconstrução de *scripts* previamente elaborados pelo sujeito, a partir das informações iniciais do texto humorístico. É a ruptura do previsível que vai provocar o humor do texto. A compreensão desse tipo de texto demanda o acionamento dos conhecimentos prévios, linguísticos, pragmáticos e contextuais da parte do ouvinte/leitor. Em relação à caracterização do gênero piada, o autor se pronuncia afirmando que:

Como, em geral, as piadas são textos breves, nada indicaria que se trata de textos que favoreçam a encenação de um processo “polifônico”, no entanto, é isso que as caracteriza. Na verdade, decorre em grande medida dessa característica (a brevidade) uma outra, mais fundamental, a surpresa, provocada pela emergência do “segundo” sentido em um texto que tudo levaria a crer que tem um só. (POSSENTI, 2013, p. 61)

Aparentemente a polifonia estaria relacionada à extensão do texto; entretanto, Possenti desmitifica afirmando que a piada é um gênero polifônico. E o que também contribui para a ocorrência de tal polifonia é o seu caráter breve, cujo final sempre apresenta uma surpresa, a qual rompe com o sentido denotativo até construído pelo interlocutor e, se constitui no sentido figurado.

Além do gênero principal desta sequência – a piada, outros gêneros serão utilizados, a exemplo da crônica humorística e do acróstico. Nos dois casos, esses gêneros servirão para auxiliar na discussão e produção do discurso humorístico.

MÓDULO 0 – Apresentação da situação

Objetivo:

❖ Favorecer ao aluno a compreensão sobre o projeto de ler, compreender, discutir e produzir o gênero textual piada a partir do viés das formações imaginárias e da desconstrução de preconceitos.

Atividade:

❖ Apresentação da sequência didática a respeito das formações imaginárias e da desconstrução de preconceitos no gênero textual piada referente aos sujeitos “nordestino” e “homossexual”, destacando-se os módulos que a compõem.

Áreas de conhecimentos imbricadas: língua materna; arte; dinâmica de grupo; geografia; ética e cidadania.

Neste módulo, faremos a apresentação do projeto à turma, a fim de que eles fiquem inteirados da temática a ser trabalhada, das etapas a serem desenvolvidas, dos objetivos e das contribuições que este trabalho lhes trará no decorrer das próximas 25 aulas. Dessa forma, apresentaremos o que a turma aprenderá ao longo do desenvolvimento das atividades dessa sequência didática e, ao mesmo tempo, em que ela se comprometerá conosco a fim de que as atividades propostas, de fato, possam ser cumpridas integralmente. Nesse sentido, a participação efetiva da turma é de suma importância. Logo, apreender as imagens formuladas pelos alunos acerca dos sujeitos “nordestino” e “homossexual” presentes no gênero piada e contribuir para a desconstrução do preconceito será possível se houver participação efetiva da turma em contribuir com o seu ponto de vista durante as discussões e as atividades que envolvem as habilidades do falar, ouvir e escrever.

MÓDULO 1: Conhecendo a si mesmo a fim de conhecer o outro

Objetivos:

- ❖ Promover uma discussão sobre a dificuldade de chegar a um consenso, principalmente quando os valores e conceitos morais, espirituais, materiais, sociais, estão em jogo.
- ❖ Avaliar o grau de liderança, a forma de persuadir ou intervir no grupo, bem como a flexibilidade, a capacidade criativa e o saber ouvir dos participantes.
- ❖ Compreender textos inscritos num mesmo gênero textual situados em suportes diferentes;
- ❖ Desenvolver estratégias de leitura que contribuam para a compreensão do texto.
- ❖ Confirmar ou refutar hipóteses levantadas em relação ao gênero textual crônica;
- ❖ Identificar a estrutura do gênero crônica e sua função sócio comunicativa: a linguagem, o público-alvo e o contexto social no qual o conto está inserido;
- ❖ Pôr em prática o conhecimento prévio a partir de uma palavra-chave, cujas palavras mencionadas estejam relacionadas entre si.

Atividades:

- ❖ Aplicação e discussão da dinâmica: Abrigo subterrâneo;
- ❖ Exibição do vídeo produzido a partir da crônica: *O homem trocado* de Luís Fernando Veríssimo baixado no *you tube*;
- ❖ Realização de inferências e levantamento de hipóteses em relação ao título da crônica antes de ouvi-la por completo;
- ❖ Discussão acerca do vídeo;
- ❖ Leitura, discussão e compreensão da crônica *O homem trocado*.
- ❖ Dinâmica: Brincando com a palavra – PIADA.
- ❖ Leitura, discussão e compreensão da crônica *O homem trocado*.
- ❖ Validação ou não das hipóteses anteriormente levantadas.

Após a apresentação da sequência didática à turma, será aplicada dinâmica de grupo: abrigo subterrâneo. Trata-se de uma atividade inicial com a finalidade de motivar e integrar o grupo para participar das atividades propostas. Também nessa atividade, é possível perceber os critérios utilizados pelos participantes ao proceder nas suas escolhas, a forma como se posicionam perante as escolhas realizadas, se nelas está subjacente algum estereótipo; além da postura do participante em relação à escolha do outro: se há respeito ou não. No decorrer da dinâmica, o processo de escolha vai se afinando mais e mais. Por sua vez, os participantes necessitam chegar a um consenso acerca do que escolher. Isso demanda respeito, espírito de liderança, capacidade de ouvir e de acolher a opinião alheia. A dinâmica acima citada pode ser encontrada no site: acleciodantas.blogspot.com/2012/11/dinamica-abrigo-subterraneo.html

Neste módulo, inicia-se o trabalho com a leitura, discussão e compreensão de textos, mais precisamente, com o gênero crônica, apresentado sob a forma de vídeo e de texto impresso. A fim de explorá-los, utilizaremos as estratégias de leitura, dentre elas, citamos a realização de inferências, levantamento, confirmação ou refutação de hipóteses, ativação do conhecimento prévio sobre o tema. O vídeo produzido a partir da crônica foi pesquisado na internet e pode ser encontrado em: (<http://youtu.be/6IZnh5C1V5s>). Antes de ver o vídeo por completo, faremos a exploração do título através de questões as quais serão respondidas oralmente:

1. A que nos remete o título do vídeo? Quais são as possíveis interpretações que ele nos sugere?
2. Em quais contextos encontramos a palavra trocado?
3. O título traz informações suficientes para que possamos descobrir, de imediato, qual o assunto tratado por Luís Fernando Veríssimo no vídeo? Justifique sua resposta.

✚ Após a exibição da crônica é o momento de confirmar ou refutar as hipóteses, através de questionamentos:

1. Suas expectativas foram confirmadas? Por quê?
2. O título do vídeo é pertinente em relação às ideias (assunto) apresentadas no texto?
3. Qual a temática desenvolvida por Luís Fernando Veríssimo nesse vídeo? Busque, no texto, elementos que comprovem sua resposta.
4. Qual a relação existente entre o título e o conteúdo do vídeo?

✚ Em seguida, pode-se buscar no texto outras informações:

1. Quem conta a história: o personagem ou o narrador?

2. Qual o estado de espírito do paciente ao acordar?
3. Que situações equivocadas o paciente vivenciou a ponto de sentir-se apreensivo? Essas situações são possíveis de ocorrer no dia a dia de uma pessoa? Qual delas você considera mais grave?
4. Você já vivenciou alguma situação dessa natureza? Qual delas?
5. Qual fato produz humor nesse texto?
6. Que relação há entre o título e o conteúdo do texto?

✚ Após a exibição e discussão do vídeo, será feita a leitura da crônica *O homem trocado* do Luís Fernando Veríssimo. Em seguida, a turma responderá por escrito a uma atividade de compreensão de texto.

✚ Afora isso, será aplicada outra dinâmica como forma de iniciar o contato do aluno com o gênero piada, embora de conceitual.

PROFESSOR: Peça aos alunos para se prepararem para a roda de piadas, a qual ocorrerá no módulo seguinte. Nesse sentido, cada um contará piadas referentes aos sujeitos “nordestino” e “homossexual”.

MÓDULO 2 Em contato com o gênero: o ouvir e o contar piadas

Objetivos:

- ❖ Contar piadas envolvendo os sujeitos “nordestino” e “homossexual”;
- ❖ Desenvolver a habilidade oral através da exposição de argumentos;
- ❖ Discutir acerca do gênero e do conhecimento da turma em relação à piada, seus efeitos de sentido, os tipos retratados e as implicações sociais decorrentes de tal escolha;
- ❖ Ouvir piadas contadas por um humorista profissional e contada pelos alunos;
- ❖ Proporcionar ao aluno o contato com a leitura de forma lúdica.

Atividades:

- ❖ Contação de piadas envolvendo os sujeitos “nordestino” e “homossexual” pela professora;

- ❖ Debate sobre o gênero e o conhecimento da turma em relação à piada;
- ❖ Exibição de um vídeo contendo piadas contadas por um humorista;
- ❖ Roda de piadas contadas pelos alunos (gravar);
- ❖ Execução do jogo: “Baralho de piadas”.

Neste módulo, inicia-se o trabalho com o gênero piada propriamente dito. Os módulos anteriores trataram da apresentação da proposta e do contato com o discurso humorístico. A partir deste módulo, o gênero piada é colocado, através da contação, pelo professor e, posteriormente, pelo aluno através da roda de piadas. A cada contação de piadas haverá discussão acerca das piadas socializadas. O professor pode iniciar o debate a partir de questões, a exemplo de:

- a) Onde encontramos esse tipo de texto?
- b) Na piada predomina a sequência narrativa, descritiva ou expositiva?
- c) Quais sujeitos são retratados nas piadas que ouvimos/contamos?
- d) Qual a finalidade da piada?
- e) O título da piada evoca que imagem ou situação?
- f) Onde encontramos esse tipo de texto?
- g) Na piada predomina a sequência narrativa, descritiva ou expositiva?
- h) Quais sujeitos são retratados nas piadas que ouvimos/contamos?
- i) Qual a finalidade da piada?
- j) O título da piada evoca que imagem ou situação?
- f) De que forma os sujeitos “nordestino” e “homossexual” são retratados nesses textos?
- g) Que imagens os sulistas fazem dos nordestinos?
- h) Como a sociedade vê o homossexual?
- i) Quais preconceitos perpassam o cotidiano desses sujeitos?
- j) E nós, que imagens fazemos dos sujeitos “nordestino” e “homossexual”?
- k) Você considera esses textos humorísticos? Por quê?
- l) Qual era a sua interpretação no início da piada? Coincidiu com o seu desfecho?
- m) Quais os sentidos poderiam ser atribuídos a essa piada?
- n) Quem conta a piada: um narrador observador ou personagem?
- o) Que tipo de discurso predomina na piada: direto ou indireto? A presença de apenas um tipo de discurso interfere na construção da piada?
- p) É possível perceber a presença da ironia nesta (s) piada (s)?

q) Por que o narrador/personagem não diz diretamente aquilo que deseja? Essa opção resulta em alguma diferença?

Todas as atividades deste módulo contemplam a modalidade oral da Língua Portuguesa, no sentido de requerer a participação do aluno oralmente. As piadas contadas pelos alunos serão gravadas para um posterior aprofundamento do gênero. No caso da última atividade, o jogo “baralho de piadas” envolve diversas habilidades, a exemplo de brincar, ler, contar e expor argumentos.

MÓDULO 3 – Produção inicial: um exercício de retextualização

Objetivos:

- ❖ Assistir ao vídeo produzido a partir da roda de piadas;
- ❖ Desenvolver a habilidade de ouvir o próprio texto e o texto do outro;
- ❖ Retextualizar piadas da modalidade oral para a modalidade escrita;
- ❖ Revisar e reescrever as piadas retextualizadas.

Atividades:

- ❖ Exibição do vídeo resultante da roda de piadas;
- ❖ Transcrição de algumas piadas da modalidade oral para a modalidade escrita;
- ❖ Sorteio de piadas a serem contadas pelos alunos durante a sessão de piadas;
- ❖ Revisão e reescrita das piadas retextualizadas.

As habilidades do ver/ouvir e escrever serão contempladas nesta oportunidade. O vídeo produzido no módulo anterior será exibido. O aluno terá a oportunidade de ver a si e aos colegas exercendo o papel de humoristas. Essa atividade não tem como foco a formação de humoristas, mas o exercício de uma habilidade, o registro desse momento; além de despertar o aluno para o saber ouvir e respeitar a atuação do outro.

Após o momento da exibição do vídeo, daremos início à produção inicial envolvendo a retextualização, o aluno terá oportunidade de transpor da modalidade oral, presente no gênero assistido, para o registro escrito quando do registro das piadas. Até então, a turma não teve a oportunidade de visualizar nenhuma piada de forma escrita. De modo que, a professora anotará uma piada no quadro, a fim de os alunos terem ideia de como proceder à

escrita desse gênero textual. Uma vez realizada a atividade escrita, cada um fará a leitura de seus textos e, em seguida, a professora fará as intervenções necessárias, no intuito de adequar a escrita ao gênero textual. Este módulo será finalizado com o sorteio das piadas as quais serão contadas noutra sessão de piadas.

MÓDULO 4 – Troca de experiências: compreender, discutir, sumarizar e produzir a partir de uma temática

Objetivos:

- ❖ Contar piadas referentes aos sujeitos “nordestino” e “homossexual”;
- ❖ Identificar a estrutura do gênero piada e sua função sócio comunicativa: a linguagem, o público-alvo e o contexto social no qual o conto está inserido;
- ❖ Compreender a piada a partir da perspectiva das estratégias de leitura;
- ❖ Desenvolver a habilidade de síntese de um conteúdo;
- ❖ Reescrever a piada acrescentando detalhes ao seu enredo;
- ❖ Desenvolver a habilidade escrita e pictórica a partir do gênero piada;
- ❖ Produzir acróstico a partir de palavras-chave.

Atividades:

- ❖ Leitura silenciosa da piada recebida;
- ❖ Contação de piadas pelos alunos, sorteadas anteriormente;
- ❖ Questionamentos acerca do gênero textual, do contexto de circulação, do público-alvo, da estrutura, da linguagem, da temática, dos efeitos de humor, dos estereótipos e da função social;
 - ❖ Registro das informações num cartaz;
 - ❖ Reescrita das piadas lidas considerando o acréscimo de detalhes ao enredo;
 - ❖ Ilustração das piadas contadas durante a sessão, a fim de serem expostas no varal de piadas;
 - ❖ Elaboração de acróstico a partir das palavras: piada, “nordestino” e “homossexual”.

Novamente, retomaremos a contação de piadas por parte dos alunos. Posterior à sessão de piadas, procederemos aos questionamentos que o texto requer. Com essas

atividades, dar-se-á prioridade à habilidade do ouvir/falar. Durante as discussões, faremos uso de estratégias de leitura: levantamento de hipóteses com confirmação ou refutação, acionamento dos conhecimentos prévios, realização de inferências, etc.. Em seguida, o foco será a habilidade do escrever, mais precisamente a síntese de informações, a qual deve ocorrer no decorrer das discussões. Essa atividade é grupal e tem como formato o cartaz. A retextualização, desta feita, consiste no fato de o aluno transpor para a modalidade escrita, as piadas mencionadas oralmente, inclusive acrescentando detalhes ao enredo. É uma forma de avaliarmos a natureza das informações acrescentadas revelam algum indício de preconceito e como podemos discutir a questão junto ao grupo.

Mais uma atividade envolvendo a escrita será executada neste módulo, trata-se da escrita e ilustração de piadas contadas durante a última sessão. Nesse caso, duas habilidades são evocadas: o escrever e o representar através de imagens. Essa atividade será exposta no varal de piadas, na sala onde a turma estuda. E por fim, insistiremos na modalidade escrita e na habilidade de sintetizar ao solicitarmos que a turma produza individualmente um acróstico a respeito das palavras: piada, nordestino e homossexual. Com essa atividade é possível perceber as formações imaginárias e a existência de preconceitos ou não por parte da turma.

MÓDULO 5 – Produção final: o resultado de um aprendizado

Objetivos:

- ❖ Elaborar em grupo um caderno de piadas, incluindo as piadas trabalhadas em sala de aula e/ou outras;
- ❖ Transcrever trechos das piadas a fim de serem revisados;
- ❖ Reescrever o texto a fim de adequá-lo à sua estrutura padrão e à função sócio comunicativa;
- ❖ Editar os textos escritos sob a forma de um caderno.

Atividades:

- ❖ Escolha das piadas que constituirão o caderno de piadas;
- ❖ Escrita das piadas escolhidas;
- ❖ Troca dos textos entre os participantes;
- ❖ Ilustração dos textos escritos;
- ❖ Transcrição de trechos de piadas a serem revisados, a fim de que os alunos proponham mudanças e justifiquem a necessidade ou não das mesmas;

- ❖ Reescrita dos textos escritos pela turma;
- ❖ Confecção de um caderno de piadas;
- ❖ Edição do caderno.

A culminância desta sequência será feita em torno da produção de um caderno contendo as piadas discutidas em sala de aula ou outras, uma vez que é este o gênero central desta proposta didática. Essa etapa será acompanhada pela professora que fará um levantamento das dificuldades presentes nos textos e proporá a escrita colaborativa e a reescrita dos textos para, finalmente, serem editados. O caderno será produzido com o auxílio de todos da turma. No decorrer dessa produção, os textos serão revisados, reescritos a fim de que sejam feitas as devidas adequações ao gênero textual piada. Uma vez pronto o caderno ficará uma cópia na biblioteca da escola.

Recursos: Multimídia; TV, aparelho de som, texto xerocopiado, cartolina, lápis colorido, pincel, quadro, caneta, máquina fotográfica.

Avaliação:

Os alunos serão avaliados pela participação e envolvimento com o projeto, no desempenho nas produções escritas, na exposição oral e na contação de piadas. À medida que formos realizando as atividades, o aluno será induzido a fazer uma auto avaliação. De modo que, o professor terá condições de saber quais progressos estão ocorrendo e quais dificuldades ainda persistem no que concerne à compreensão e à produção do gênero piada. Logo, com base nesse diagnóstico o professor poderá auxiliar a turma por meio de outras leituras ou atividades que proporcionem uma melhor compreensão do gênero e a prática de atitudes mais respeitadas em relação ao “diferente”.

A culminância desta proposta terá como atividade a produção de um caderno de piadas. Este momento, indiscutivelmente, também será de avaliação, pois a produção será acompanhada individualmente pela professora. As dificuldades serão apontadas e o aluno será orientado a corrigi-las. Portanto, nessa etapa, o aluno também será avaliado. Embora saibamos que nem todos os alunos possuem a habilidade de expor-se oralmente, contar piadas e produzir textos, todos serão submetidos às atividades como um todo. Assim, uns terão mais facilidade em determinadas habilidades que outras.

REFERÊNCIAS

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, M.; SCHNNEULY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. IN: SCNNEULY, B.; DOLZ, J. et. al. *gêneros orais e escritos na escola*. Trad. e org. de Roxane Rojo e Gláís Sales cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

MARCUSCHI, L. A.. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros Textuais**: definição e funcionalidade. IN: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.). *Gêneros Textuais & Ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

ORLANDI, E. P.. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 4. ed. Campinas, Pontes, 2002.

POSSENTI, S. **Humor, língua e discurso**. 1. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

ROCHA, Ronildo. **Vivenciando Dinâmicas**: uma metodologia sempre nova. Coleção Mossoroense, 2002.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
acleciodantas.blogspot.com/2012/11/dinamica-abrigo-subterraneo.html

(<http://youtu.be/6IZnh5C1V5s>)

www.youtube.com/watch?v=r-vyt73Cbkg

www.youtube.com/watch?v=m386iDtCfe4

blog.educacaoadventista.org.br/Jackelini/index.php?op...cronica+

pipcbclinguaportuguesa.blogspot.com/

ANEXOS

DINÂMICA - ABRIGO SUBTERRÂNEO

Atitudes

Trabalho em equipe, Negociação, Flexibilidade, Comunicação, Liderança.

Objetivo

1. Refletir sobre a influência de nossos conceitos, valores e como agimos diante de uma decisão de muitos riscos.

Materiais

Cópia do texto Abrigo Subterrâneo para cada participante.

ABRIGO SUBTERRÂNEO

Imaginem que nossa cidade está sob ameaça de um bombardeio. Aproxima-se um homem e lhes solicita uma decisão imediata. Existe um abrigo subterrâneo que só pode acomodar seis pessoas. Mas 12 pretendem entrar.

Abaixo, há uma relação das 12 pessoas interessadas a entrar no abrigo. Faça sua escolha, destacando apenas seis delas:

- () Um violinista, com 40 anos, narcótico viciado.
- () Um advogado, com 25 anos, HIV +.
- () a mulher do advogado, com 24 anos, que acaba de sair do manicômio. Ambos preferem ou ficar juntos no abrigo, ou fora dele.
- () Um sacerdote com 75 anos
- () Uma prostituta, com 34 anos.
- () Um ateu com 20 anos, autor de vários assassinatos.
- () Uma universitária que fez voto de castidade
- () Um físico, 28 anos, que só aceita entrar no abrigo se puder levar consigo uma arma.
- () Um declamador fanático, com 21 anos.
- () Uma menina de 12 anos, e baixo Q.I.
- () Um homossexual, com 47 anos.
- () Um excepcional, com 32 anos, que sofre de ataques epiléticos.

Procedimento

1. Peça ao grupo que se divida (em até cinco pessoas), distribua o texto e solicite que as pessoas façam a escolha o mais acertadamente possível.
2. Lembre que é consenso do grupo. Portanto, terão um tempo de aproximadamente 15 minutos para a escolha.
3. Durante o trabalho, observe as colocações, preconceitos, valores e a forma com que os participantes defendem seu ponto de vista.
4. Ao término, pergunte ao grupo como se sentiram e quais as coisas de que tiveram de abrir mão.

DINÂMICA: BRINCANDO COM A PALAVRA

Objetivo: Formar, a partir de uma palavra geradora, o maior número de palavras relacionadas entre si.

Material: Uma folha de madeira (ou mesmo a lousa) pincel atômico.

Desenvolvimento:

1. O facilitador poderá optar por grupo de 5 componentes ou trabalhar o grande grupo.
2. Escolher um palavra (exemplo: felicidade) escrevê-la na vertical, em seguida, solicita aos participantes que escrevam outras palavras utilizando as letras existentes. Podendo escrever na vertical ou horizontal (no estilo de palavras cruzadas).
3. Após 15 minutos, todos poderão discutir sobre as palavras apresentadas, o que eles significam para a vida ou para conteúdo da aula.
4. Caso o facilitador opte pelos grupos, poderá estabelecer o grupo vencedor o que fizer o maior número de palavras. Dar destaque ao grupo que apresentar melhor etc.

Discussão:

- a) A importância da escrita, de se escrever certo, a importância das palavras na vidas das pessoas;
- b) Como se sentiram no grupo, quais as facilidades, quais as dificuldades etc.

Resultado esperado: ter contribuído também para a formação humano/afetiva, e despertado o gosto pelo trabalho em grupo.

CRÔNICA: O HOMEM TROCADO

O homem acorda da anestesia e olha em volta. Ainda está na sala de recuperação. Há uma enfermeira do seu lado. Ele pergunta se foi tudo bem.

- Tudo perfeito - diz a enfermeira, sorrindo.

- Eu estava com medo desta operação...

- Por quê? Não havia risco nenhum.

- Comigo, sempre há risco. Minha vida tem sido uma série de enganos... E conta que os enganos começaram com seu nascimento. Houve uma troca de bebês no berçário e ele foi criado até os dez anos por um casal de orientais, que nunca entenderam o fato de terem um filho claro com olhos redondos. Descoberto o erro, ele fora viver com seus verdadeiros pais. Ou com sua verdadeira mãe, pois o pai abandonara a mulher depois que esta não soubera explicar o nascimento de um bebê chinês.

- E o meu nome? Outro engano.

- Seu nome não é Lírio?

- Era para ser Lauro. Se enganaram no cartório e...

Os enganos se sucediam. Na escola, vivia recebendo castigo pelo que não fazia. Fizera o vestibular com sucesso, mas não conseguira entrar na universidade. O computador se enganara, seu nome não apareceu na lista.

- Há anos que a minha conta do telefone vem com cifras incríveis. No mês passado tive que pagar mais de R\$ 3 mil.

- O senhor não faz chamadas interurbanas?

- Eu não tenho telefone!

Conhecera sua mulher por engano. Ela o confundira com outro. Não foram felizes.

- Por quê?

- Ela me enganava.

Fora preso por engano. Várias vezes. Recebia intimações para pagar dívidas que não fazia. Até tivera uma breve, louca alegria, quando ouvira o médico dizer:

- O senhor está desenganado.

Mas também fora um engano do médico. Não era tão grave assim. Uma simples apendicite.

- Se você diz que a operação foi bem...

A enfermeira parou de sorrir.

- Apendicite? - perguntou, hesitante.
- É. A operação era para tirar o apêndice.
- Não era para trocar de sexo?

(Luís Fernando Veríssimo. Seleção de crônicas do livro Comédias da vida privada. Porto Alegre: LP&M, 1996. p. 77-8).

QUESTÕES DE INTERPRETAÇÃO DA CRÔNICA "O HOMEM TROCADO"

- 1) Nas crônicas de humor, é comum haver uma situação inicial ou uma fala que gera outras situações de humor. Na crônica "O homem trocado", a partir de que fala do protagonista são introduzidas as várias situações engraçadas que ocorreram com ele?
- 2) A crônica de humor é quase sempre um texto curto, como poucas personagens. O tempo e o espaço são limitados. Na crônica em estudo:
 - a) Quais são as personagens principais envolvidas na história?
 - b) O protagonista é tratado de modo superficial, como se fosse um indivíduo comum, ou é tratado de modo mais aprofundado psicologicamente? Por quê?
 - c) Onde a história acontece?
 - d) Qual é o tempo de duração da história?
- 3) A crônica de humor normalmente apresenta situações rápidas, em que a fala das personagens assume um papel importante para a construção da história.
 - a) Que tipo de discurso predomina na crônica lida: o direto ou indireto?
 - b) O que o emprego desse tipo de discurso confere à narrativa? Justifique sua resposta.
- 4) Na crônica de humor o narrador pode ser observador ou personagem. Qual é o tipo de narrador presente na crônica "O homem trocado"? Justifique a sua resposta.
- 5) A crônica de humor normalmente se encaminha para um desfecho inesperado.
 - a) Na crônica "O homem trocado", qual é a surpresa final?
 - b) Há, antes do final da história, alguma pista explícita desse desfecho?
 - c) Se houvesse antecipação do desfecho, o texto continuaria engraçado?
 - d) Essa característica da crônica de humor aproxima-se de outro gênero textual cuja finalidade é divertir. Que gênero é esse?
- 6) Nas crônicas, o registro de fatos dia-a-dia ou veiculados em notícias de jornal é feito de modo a levar o leitor a se divertir ou refletir criticamente sobre a vida e os comportamentos humanos. Em sua opinião, a narrativa feita de humor lida apresenta esses mesmos objetivos? Justifique sua resposta.
- 7) Observe a linguagem empregada na crônica lida. Que tipo de variedade linguística é adotado na crônica de humor: a variedade padrão formal ou a variedade padrão informal?

JOGO: “BARALHO DE PIADAS”

Público alvo: 6º ao 9º ano

Objetivos:

- Ler textos que privilegiam a habilidade de inferência
- Desenvolver a habilidade de expressão oral
- Estabelecer o contato com a leitura de forma lúdica.

Material:

40 cartas de baralho, contendo cinco naipes-tema: alimentos, animais, escola, família e profissões.

Metodologia

- Colar as cartas em papel resistente e recortá-las.
- Formar grupos de três ou quatro pessoas.
- Embaralhar as cartas.
- Entregar a cada jogador cinco cartas, em sentido horário, uma de cada vez.
- As cartas que sobrarem após a distribuição, serão colocadas no centro da mesa, com a face virada para baixo e receberão o nome de “monte para compras”.
- Um dos jogadores será o responsável por distribuir as cartas e poderá ser escolhido por sorteio. Esse jogador também será o responsável por virar a primeira carta do “monte para compra”.
- O jogo inicia-se pelo jogador que primeiro recebeu as cartas. Ele deve comprar a carta que foi virada na mesa ou outra do “monte de compras”. Depois, deve descartar uma carta.
 - E assim, o jogo continua, sempre com o jogador pegando apenas uma carta (seja no lixo ou no “monte de compras”) e descartando uma carta.
- Vence o jogador que formar na mão e baixar uma sequência de cartas do mesmo naipe-tema.
- Nessa hora, o jogador baixa suas cartas e escolhe uma das piadas para ler. Diz: “BATI” e, a seguir, lê a piada escolhida, esclarecendo ao final, o que provoca o humor da mesma.

6 ANÁLISE DE *CORPUS*: ESTABELECENDO UMA PONTE ENTRE CONCEITOS TEÓRICOS E AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS DOS ALUNOS POR INTERMÉDIO DO GÊNERO PIADA

No decorrer desta pesquisa, propomo-nos a responder à pergunta: Quais são as formações imaginárias dos alunos do 6º ano do Ensino Fundamental II de uma escola pública do município de Marizópolis acerca dos sujeitos “nordestino” e “homossexual” presentes no gênero textual piada. A fim de chegarmos a esse resultado, desenvolvemos uma sequência didática composta de cinco módulos contemplando atividades relacionadas ao gênero textual piada. A priori, fizemos uma apresentação da sequência didática com o propósito de esclarecer acerca dos objetivos e das atividades a serem realizadas. De modo que iniciamos com a dinâmica Abrigo subterrâneo, a qual envolve diversos sujeitos. Cada um apresenta algum tipo de restrição, quer seja relacionada à faixa etária, conduta moral, opção sexual, valores, saúde física e intelectual. Ao tempo em que era realizada a escolha de seis sujeitos; o aluno teve de excluir seis outros sujeitos. Na dinâmica proposta, as escolhas são realizadas apenas uma vez, individualmente. Para esta pesquisa, optamos por realizá-las em três etapas: individual, grupo menor e grupo maior. Na escolha individual, de todas as opções disponíveis, a única a ficar de fora foi o homossexual, com 47 anos. As opções mais votadas foram: o advogado e a mulher dele, a prostituta, a universitária e o sacerdote. Em seguida, foram votados: o declamador, o violinista, a menina e o físico. Por fim, receberam apenas um voto, o ateu e o excepcional.

As justificativas apresentadas para tais escolhas concentram-se em torno de argumentos do tipo: o advogado é o profissional que por conhecer e entender as leis, está apto a assegurar a tranquilidade do ambiente. Ou seja, ele possui um saber (as leis), o que lhe confere poder para atuar sem ser pressionado e com credibilidade. Embora seja soropositivo, o advogado foi escolhido, visto que o binômio saber/poder prevaleceu em detrimento da doença. A função de advogado implica em respeito, autoridade. Essas imagens funcionam socialmente de forma positiva. Assim sendo, o reflexo dessas imagens em relação ao advogado são perceptíveis através da forma como são denominados: doutor – tratamento cerimonioso. A sociedade espera do advogado uma postura ética, respeitosa, civilizada e dentro da legalidade.

Quando indagados a respeito da escolha da prostituta, quem a escolheu justificou que a mesma pode mudar de vida. Apesar de a prostituição ser um fato que vai de encontro à moral e à religião, eles optaram por ela apostando numa possível regeneração. Parece contraditório escolher o advogado, por ser respeitado e apresentar imagens positivas e, ao

mesmo tempo, escolher a prostituta, cuja imagem ressoa de forma bastante negativa, embora, atualmente, seja evidenciado que a prostituição é uma atividade como as demais, e quem a assume, faz tal opção por necessidade financeira ou falta de oportunidade. Contudo, o critério de que esse trabalho se iguala aos demais não se constitui numa verdade para quem a escolheu, visto que a expectativa é que ela mude, tenha atitudes diferenciadas, outro trabalho.

Por sua vez, a escolha da universitária está atrelada ao grau de instrução. Mais uma vez, a relação saber/poder prevaleceu. Enquanto isso, o sacerdote foi escolhido por ser um homem do bem. Supõe-se que a pertença a uma instituição secular, respeitada na sociedade assegure que os seus membros sejam portadores de atitudes éticas. Entretanto, na prática, isso não é uma garantia. Apesar de a formação discursiva religiosa não permitir determinados comportamentos ou atitudes, sempre há os casos em que as posturas indevidas tronam-se uma realidade. O critério faixa etária não foi considerado no momento das escolhas. Isso é perceptível nas justificativas, como também observando quem foi escolhido e quem recebeu menos votos. Quanto às demais opções a receberem votos, tivemos: o declamador, o violinista, o físico e a menina. No caso do declamador e do físico foi levado em consideração o grau de instrução; portanto, o saber. Esse critério prevaleceu em detrimento do perigo que os dois representam. Por sua vez, o violinista foi votado pela possibilidade de alegrar o ambiente. A habilidade de que é possuidor prevaleceu em detrimento da dependência química. Já a menina foi votada levando-se em conta a possibilidade de superar a deficiência de QI e vir a aprender. O ateu e o excepcional receberam apenas um voto. No primeiro caso, a jovialidade foi desconsiderada, pois para os alunos o fato de ele ser um assassino, torna-o um sujeito sem credibilidade mediante a sociedade e, ao mesmo tempo, vítima de exclusão. Em relação ao excepcional, seu voto foi justificado pelo fato de ter uma saúde comprometida. Apesar de não ter idade avançada e a epilepsia ser uma doença curável, ele foi quase excluído. A não escolha do homossexual é índice de preconceito. Ele não foi escolhido por ser considerado causa de decepção, uma ameaça à moralidade.

Em se tratando das escolhas grupais, coincidiram nos dois grupos: o declamador, a menina e o excepcional. Essas escolhas são um tanto controversas em relação às escolhas individuais, visto que os sujeitos menos votados individualmente receberam mais votos nos grupos. No grupão, foram votados: o sacerdote, a universitária, o declamador, o advogado, a esposa do advogado e o homossexual. As justificativas para tais escolhas foram semelhantes as já citadas. O diferencial diz respeito à escolha do homossexual pelo grupão, o que não havia ocorrido de forma individual. Essa escolha foi efetuada por ele ser alvo de discriminação. Individualmente, o homossexual foi excluído, não deveria participar do grupo

a fazer parte do abrigo; no grupão, ele está inserido nas seis opções. Nesse caso, há discrepâncias nas escolhas individuais em comparação às escolhas grupais. A influência da opinião dos colegas resultou na mudança por parte de alguns membros do grupo.

A segunda atividade do módulo um, foi a leitura, discussão e compreensão da crônica humorística *O homem trocado* de Luís Fernando Veríssimo, sob a forma de vídeo e de texto impresso, pesquisados na internet. A priori, foram utilizadas estratégias de leitura: realização de inferências, levantamento, confirmação e/ou refutação de hipóteses, a começar pelo título da crônica. Foram discutidos os vários sentidos do vocábulo trocado, assim com o próprio título e, várias hipóteses foram levantadas: trocado no sentido de dinheiro ou substituição de algo por outra pessoa ou objeto. Para o título foram sugeridas as seguintes possibilidades: O homem trocou os papéis (em vez de ser homem, tornou-se mulher); O homem foi traído pela mulher, ou seja, foi substituído por outro e o homem foi substituído por um objeto, animal. Das hipóteses sugeridas, a turma percebeu que a primeira estava mais coerente com o enredo da crônica, embora essa troca não tenha sido uma opção do protagonista. Também foi discutido acerca da possibilidade de o título trazer informações suficientes para anteciper o teor do texto. Nessa discussão, a maioria da turma chegou à conclusão de que o título antecipa algo; no entanto, não é suficiente para dar conta de maiores informações acerca do texto. Ainda que o título não antecipe tantas informações, há coerência entre o título e o conteúdo do texto. Dentre as situações vivenciadas pelo protagonista, foi apontada como a mais grave e a que produziu humor, o último episódio – a cirurgia para a retirada do apêndice, a qual resultou na mudança de sexo. Esse episódio está intimamente relacionado com a apreensão do protagonista no início do texto ao indagar a enfermeira a respeito da cirurgia. No geral, a turma se identificou com o texto por apresentar fatos, a maioria deles, comuns à realidade.

A atividade seguinte tratou do gênero textual piada, entretanto, de forma conceitual, a partir da dinâmica: Brincando com a palavra. A palavra geradora para esta atividade foi piada. Cada um deveria escrever aquilo que lhe viesse à mente e que estivesse relacionado com piada. Obviamente, o resultado não seria uma definição precisa e sem equívocos. Em contrapartida, por ser um gênero textual conhecido, a turma saberia expor algo acerca do que foi solicitado. Das opiniões apresentadas, tivemos a piada definida como conto (por apresentar estrutura narrativa); a piada como um texto que faz as pessoas rirem umas das outras; a piada como um texto que aborda temas variados; a piada como um texto que requer alguém para contá-la; a piada definida como palavra, cujo sentido desperta riso. A maioria dos alunos enfatizou a ideia de que a piada é um gênero textual com potencial para despertar o

riso. Conforme a visão que eles têm desse gênero, a piada tem o dever inequívoco de fazer o interlocutor rir; caso contrário, ela não tem graça ou não se constitui piada. Além disso, esse gênero textual, na concepção da turma, tem como função única – divertir, fazer rir. Não se percebe nessas concepções de piada, o propósito de criticar ou ironizar. Também nessa atividade foi feito o levantamento do conhecimento prévio do aluno em relação ao gênero trabalhado. Em relação aos locais de circulação das piadas, foram citados: TV, rádio, internet e rodas de conversa. Da mesma forma em que há os meios de comunicação onde o gênero piada circula; há também as situações de comunicação adequadas para a sua veiculação. Ao ser indagada acerca disso a turma reconheceu que uma sessão de júri, uma missa ou um culto não se constituem em situações convenientes para a contação de piadas. A experiência que possuem enquanto falantes lhes dá essa certeza. A partir das discussões, chegou-se à conclusão de que as piadas abordam temas e grupos os mais variados possíveis. Talvez seja essa abertura que faça com que esse gênero textual seja tão polêmico, visto que os sujeitos abordados são alvo de preconceito. Não que o preconceito se restrinja a esse gênero textual, mas elege-se a piada como forma de camuflá-lo, pois ninguém admite que é preconceituoso. O que nos chamou a atenção nesse momento inicial é a concepção que muitos alunos têm acerca da funcionalidade da piada. Segundo eles, a piada não tem utilidade pedagógica, pois não tem o que ensinar. Essa forma de vislumbrar o gênero piada está relacionada à ideia de que esse gênero só apresenta como finalidade a diversão, ou seja, fazer rir. Após essa conversa acerca do gênero, procedemos à contação de piadas a respeito do sujeito “nordestino” e do sujeito “homossexual”. Foram contadas e discutidas três piadas referentes a cada sujeito.

Piada 1: Nordeste

Um certo dia, um nordestino estava no Viaduto do Chá tocando sua sanfona. Passados 10 minutos, chegaram os policiais da RONE com aqueles XR 15 apontados no cara. Um dos policiais disse:

_ O senhor tem autorização para tocar isso aqui?

_ “Não sinhô!”

Então o policial pegou ele pelo braço e disse:

_ Me acompanha por favor.

E o nordestino.

_ “Qual é a música”?

Após leitura e discussão chegou-se à conclusão de que essa piada refere-se ao sujeito “nordestino” e, além dele mesmo apresenta como personagens policiais, pertencentes à

segurança paulista. Assim que veem o nordestino, eles foram, imediatamente, apontando a arma contra ele. O tipo de arma utilizado na operação e a pergunta feita pelos policiais remetem às ocorrências que envolvem bandidos. A atuação dos mesmos não advém deles próprios, mas da instituição a que pertencem. Quando se trata de um cidadão comum, repercute negativamente uma autoridade abordar alguém lhe apontando uma arma. As relações de saber/poder discutidas por Foucault (2004b) são evidenciadas nessa piada quando os policiais valendo-se da autoridade que o papel social lhes confere, chegam intimidando o sujeito “nordestino”. Entre o policial e um cidadão comum vale mais o discurso e a palavra do policial, ainda que esta não seja coerente ou condizente com a verdade. Este profissional cumpre o ritual estabelecido pela instituição da qual é integrante. O conhecimento constitui para este um saber, o qual, na prática, resulta num poder. Todavia, esse poder não é unilateral. Prova disso, é que o sujeito “nordestino” respondeu ao policial, ainda que a resposta dele não represente uma ofensa ou disputa de poder. Ou seja, há um grau de liberdade da parte do sujeito “nordestino”.

Ao mesmo tempo em que coexiste liberdade, também há assujeitamento, visto que ele não reagiu ao ser pego pelo braço, manteve a calma e deu uma resposta inusitada. Afora o assujeitamento é perceptível o preconceito e a discriminação em relação ao nordestino. Tocar sanfona não representa indício de crime, não atenta contra a vida de ninguém. Apesar disso, o policial agiu como se a ordem pública estivesse sendo ameaçada. Por que o policial confundiu o sujeito “nordestino” com um bandido? Por causa de sua aparência: magro, mal vestido, aspecto cansado? Qual é a relação entre tais características e um bandido? Percebe-se que não existe relação alguma entre ambos os sujeitos. Prova disso é a culpabilização de alguém, cujo comportamento não se relaciona com a ilegalidade. Assim, concordamos com Albuquerque Júnior (2011) ao afirmar que o Nordeste e o nordestino resultam de invenções, as quais estão relacionadas com as relações de saber/poder, cuja mudança não depende apenas da mudança do discurso, mas da mudança nessas relações. Daí é possível compreender a interação entre o policial e o sujeito “nordestino” nessa piada. O fato de os paulistas não se sentirem à vontade com a presença dos nordestinos habitando em São Paulo resulta em atitudes, que tendem a dificultar mais ainda a convivência.

Em meio a essa discriminação, o sujeito “nordestino” tenta sobressair usufruindo daquilo que lhe é peculiar, as tradições culturais – a música. Ele traz à tona sua habilidade e talento, talvez como forma de sobrevivência. E isso não é ilegal. Novamente, fazemos menção a Albuquerque Júnior (2011) quando defende a ideia de que o folclore é o elemento de integração da região. Ele representa sonhos, anseios e desejos de um povo; além de ter uma

função disciplinadora e educativa. A adesão às manifestações folclóricas de outras regiões é uma forma de apoio a ideias, muitas vezes, distintas das nossas. No caso da piada em análise essa manifestação folclórica nordestina é desconsiderada, visto que o motivo da quase prisão foi exatamente o fato de estar tocando sanfona.

O conflito da piada se iniciou exatamente a partir do questionamento do policial: “_ O senhor tem autorização para tocar isso aqui?”. O vocábulo autorização é o responsável por desencadear a ambiguidade do texto. O policial o utilizou no sentido de permissão, estar apto a desenvolver uma atividade específica; o sujeito “nordestino” respondeu negativamente ao questionamento daquele. Outro vocábulo que contribui para a construção do sentido nessa piada é “isso”. Esse termo é genérico e pode se referir a qualquer expressão ou ideia. Nesse caso específico, ele remete ao fato de o sujeito “nordestino” ter ou não autorização para tocar sanfona no Viaduto do Chá. Isoladamente, esse vocábulo não teria sentido. Nesse contexto, ele adquire o sentido já explicitado. Dependendo da situação, poderia ser outro sentido. Acerca do sentido, apoiamo-nos em Orlandi (2002) ao afirmar que o interlocutor deve interpretar, no entanto, os sentidos não podem ser qualquer um e o próprio texto traz pistas do (s) sentido (s) a serem admitidos. Também nesse texto, temos o vocábulo acompanha utilizado com sentidos distintos pelos personagens. Enquanto o policial o utiliza conforme a formação discursiva pertinente à área policial, no sentido de ir consigo à viatura e à delegacia; o sujeito “nordestino” o emprega de acordo com a formação discursiva musical, no sentido de auxiliá-lo na apresentação musical. A distorção entre a compreensão dos personagens torna-se evidente na última fala do sujeito “nordestino”, a qual evidencia a ruptura do discurso. A fim de chegar a esse efeito de sentido, o humorista valeu-se da técnica do deslocamento mencionada por Freud (1996). Em conformidade com ela, há um desvio do curso do pensamento. Espera-se um desfecho que não se realiza, pois em seu lugar surge outro enunciado. Caso o novo enunciado seguisse a mesma linha de raciocínio do anterior, não existiria o efeito humorístico. É a ruptura que resulta no humor. Passemos à piada seguinte:

Piada 2: As tradições

Viajavam num trem um gaúcho, um paulista, um mineiro e um nordestino. A certa altura, o gaúcho encheu uma cuia de chimarrão, tomou e jogou a cuia fora. Ante o olhar surpreso dos demais, disse:

_ No Rio Grande do Sul tá cheio disto.

Depois o mineiro pegou o queijo, comeu um pedaço e jogou o resto fora pela janela, e disse:

_ Em Minas tá cheio disto.

De repente o paulista pega o nordestino, dá uns tapas e joga pela janela. Olha para os colegas e diz:

_ Em São Paulo tá cheio disto.

Essa piada apresenta como personagens um gaúcho, um mineiro, um paulista e um nordestino. A maioria deles explicita a tradição de seus estados em relação à bebida e a alimento; entretanto, o paulista é o único, cuja tradição destoa dos demais – ele não joga fora bebida nem alimento, mas um ser humano. O título da piada é tradições. Semanticamente, sabemos que tradição é algo conhecido, que tem uma frequência para ocorrer. Ao discutirmos esse texto e indagarmos a turma acerca das tradições mencionadas na piada, chegou-se ao consenso que no Rio Grande do Sul, o chimarrão é a bebida tradicional daquele estado; em Minas Gerais, o queijo mineiro também é tradicional.

Por sua vez, em São Paulo a tradição é um tanto esquisita – agredir e discriminar os sujeitos “nordestinos”. O desrespeito em relação ao outro, sabe-se que existe; porém, no sentido de se constituir uma tradição, é algo assustador. Daí, a turma apontou o preconceito de que é vítima o sujeito “nordestino” e as características a ele atribuídas: atrasado, atrapalhado, incômodo, analfabeto. Enfim, para os sujeitos “paulistas”, o sujeito “nordestino” é aquele, cuja presença é uma ameaça em São Paulo, pois reduz os postos de trabalho dos paulistas. Conforme os participantes, os sujeitos “nordestinos” vão a São Paulo e a outras cidades do Sul e do Sudeste em busca de trabalho e com isso poderem garantir o sustento de suas famílias, visto que no Nordeste não há tantas oportunidades de trabalho. Esse fato também é comum aos familiares dos participantes desta pesquisa. Por estarem a par das motivações que levaram os seus parentes a se deslocarem para os grandes centros do país, os participantes formulam imagens do sujeito “nordestino” como uma pessoa esforçada, batalhadora, comprometida, responsável. Ou seja, essas imagens são completamente diversas das imagens formuladas pelos sujeitos “paulistas” em relação aos sujeitos “nordestinos”.

Recentemente, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo pronunciou-se favorável à criação da Zona Franca do Semiárido Nordestino, cuja sede será em Cajazeiras, Paraíba sob a alegação de que “os nordestinos dão muito trabalho em São Paulo”. Através dessa fala, as autoridades paulistas reafirmaram seu preconceito em relação aos sujeitos “nordestinos”. “Dar trabalho” assume uma conotação negativa em nossa cultura, significa estar incomodando, prejudicando o outro, ameaçando a “ordem do discurso”. Assim, para os sujeitos “paulistas” a resolução do problema está, justamente, em manter os sujeitos “nordestinos” o mais distante possível de seu estado. E o surgimento de oportunidades de trabalho no Nordeste se constitui nessa solução. Logo, esse apoio não é nenhuma

benevolência da parte das autoridades paulistas. Afora esse fato também é índice de preconceito a ação do governo paulista há alguns anos quando oferecia um auxílio para que os nordestinos retornassem às suas origens. Outro exemplo para ilustrar a discriminação aos sujeitos “nordestinos” trata-se de um comentário feito nas redes sociais por uma jovem, há cerca de cinco anos, o qual era extremamente depreciativo

A discriminação e o preconceito em relação ao sujeito “nordestino” foram percebidos na fala do sujeito “paulista”: “_ Em São Paulo tá cheio disto”. O vocábulo disto empregado, anaforicamente, pelo gaúcho, mineiro e paulista assumem significados diferentes. Para o gaúcho, disto refere-se ao chimarrão; o mineiro o empregou fazendo menção ao queijo; enquanto o paulista referindo a um ser humano. O emprego dos demonstrativos isto, isso, aquilo e suas variantes soam de forma pejorativa e desrespeitosa quando se refere a seres humanos. O emprego do vocábulo disto pelo sujeito “paulista” assume essa carga negativa. Aliás, é a atitude dele que provoca a ruptura nessa piada, causando estranheza. Não é comum jogar alguém pela janela de um veículo simplesmente porque você “não vai com a cara” e, por isso, acredita estar no direito de agir conforme quiser. A partir dessa atitude do sujeito “paulista” houve a reafirmação de que a tradição em São Paulo é desrespeitar os sujeitos “nordestinos”.

Por sua vez, a atitude do sujeito “nordestino” perante o fato é de assujeitamento. Ele não esboça nenhum tipo de reação, permanece estático. Provavelmente, noutra(s) momento(s) tivesse sido vítima de situação semelhante ou presenciado algo dessa natureza. Nesse sentido, temos um exemplo de assujeitamento unilateral. Quem sabe o sujeito “nordestino” tivesse algo material, concreto para expor enquanto tradição de sua região, contudo ele permaneceu quieto sem se manifestar. A condição de vítima o levou a tal comportamento. Outro ponto questionado foi acerca da possibilidade de o sujeito “nordestino” reagir às agressões do sujeito “paulista”. Em detrimento das imagens que os sujeitos “paulistas” têm em relação aos sujeitos “nordestinos”, não é de se esperar que tal reação fosse concretizada. O próprio texto oferece indício a respeito disso ao afirmar que após sofrer umas tapas, o sujeito “nordestino” continua calado e imóvel até culminar na sua expulsão do trem. Diante de tal episódio, o sujeito “paulista” pode justificar que sua atitude não é preconceituosa. O sentido que ele atribui a sua atitude não é o mesmo atribuído pelo sujeito “nordestino”. Cada sujeito atribui um sentido conforme um ponto de vista, o qual tende a favorecê-lo, obviamente, como também de acordo com as condições de produção que afetam esse dizer.

O episódio presente na piada e os exemplos aqui mencionados lembram o conceito de sujeito da AD, dividido entre o consciente e o inconsciente, além de descentrado. O discurso do sujeito “paulista” não tem origem nele mesmo. Outros sujeitos já o disseram antes, mediante as mais diversas circunstâncias. Dizer que em São Paulo está cheio disto, certamente, muitos interlocutores já ouviram esse dizer. O diferencial está na maneira como ele reaparece, que imagens evoca e de quais memórias esse dizer está impregnado, visto que, em conformidade com Orlandi (2002), a linguagem não é transparente. O enunciado do sujeito “paulista” poderia ser dito de várias outras formas. Apesar disso, continuaria a produzir sentidos e a expressar preconceito. Ou seja, trata-se do esquecimento ideológico. Ele tem a ilusão de que é a fonte de seu dizer, no entanto, outros sujeitos já o mencionaram. O mesmo é recorrente com os dizeres dos demais sujeitos envolvidos na piada. Todos os sujeitos envolvidos optaram por essa forma de dizer, esquecendo-se das demais possibilidades oferecidas pela língua. Caso fosse o sujeito “gaúcho” ou o sujeito “mineiro” os agressores do sujeito “nordestino” tal fato repercutiria de forma muito estranha, pois não constitui a nossa memória discursiva discriminação envolvendo tais sujeitos. Da mesma forma soaria esquisito se o sujeito “nordestino” jogasse o chimarrão e o queijo fora, pois tais elementos não constituem a tradição nordestina. Esse saber não é propriedade particular de um integrante da língua, mas partilhado pelos demais sujeitos.

Concernente ainda ao preconceito para com o sujeito “nordestino”, Albuquerque Júnior (2011) reporta-se ao discurso da estereotipia afirmando o quanto é autoritário, autossuficiente, repetitivo e arrogante. Por apresentar tais características atua no comportamento das vítimas de modo a se constituir numa verdade absoluta, igualando os sujeitos a partir de uma dada característica. Em detrimento disso, o sujeito “paulista” generaliza como se todos os nordestinos fossem um estorvo e uma ameaça aos sujeitos “paulistas”. Ou seja, as atitudes preconceituosas são consequência de um discurso estereotipado acerca da região Nordeste, de modo a colocá-la no lugar do gueto, da periferia em relação ao restante do país no que se refere às esferas política, econômica e social. Na piada acima, os sujeitos “gaúcho” e “mineiro” não intervieram mediante a ação do sujeito “paulista”, justamente, porque comungam com a mesma crença do sujeito “paulista”. A atitude do sujeito “paulista” também está de acordo com a formação discursiva nacional-popular que prega a homogeneização dos sujeitos e a marginalização dos que não assimilam tal formação.

Um país de dimensões continentais como o Brasil é impossível que toda uma população assimile valores semelhantes em todas as regiões. Daí o resultado é, justamente, a

existência de atitudes preconceituosas. Também contribui para isso a ideia de que o Sul é o espaço obstáculo, é a referência nacional e o Nordeste não consegue se aproximar do seu progresso e desenvolvimento. Dentre os critérios apontados por Penna (1992) com relação ao que faz alguém ser nordestino, não é possível enquadrar o personagem sujeito “nordestino” nos critérios de vivência nem da identificação da nordestinidade a partir das práticas culturais, visto que ele não se manifestou em relação a experiências vivenciadas na sua região como também não expressou nenhuma tradição de seu lugar de origem; logo, o único critério no qual ele se enquadra é o critério do nascimento.

Tecnicamente nessa piada temos o deslocamento, mais precisamente o *nonsense*, ou seja, esperava-se que o sujeito “paulista” expusesse algo pertinente à tradição paulista, quando todos são surpreendidos com sua atitude e seu discurso. Também segue a linha do absurdo e da estupidez, os propósitos dessa piada. De acordo com Freud (1996) os chistes tendenciosos atendem a duas finalidades: ou será hostil ou obsceno. Nesse caso em específico, temos como propósito a hostilidade. A piada expõe a agressividade do sujeito “paulista” e a defesa do sujeito “nordestino” a partir do momento em que não reage à agressão.

A piada seguinte refere-se ao sujeito “homossexual”:

O pai de um menino viajava muito e não seguia os passos dele. Daí um dia o diretor da escola chamou ele para conversar sobre o filho. O diretor disse:

_ Eu tenho uma notícia boa e uma má.

_ Me fale primeiro a má.

_ Seu filho é homossexual!

_ E a boa, Seu diretor?

_ Seu filho acabou de ser eleito miss primavera!

Essa piada apresenta como personagens o diretor, o pai e o filho. A priori já se sabe o motivo pelo qual o pai foi convidado a comparecer à escola – inteirar-se acerca do comportamento de seu filho. Para o diretor, o aluno apresentava um comportamento estranho e, ele, na condição de autoridade escolar, necessitava comunicar ao responsável. A chegada do pai leva o diretor a fazer-lhe duas comunicações: uma negativa e outra positiva. Essa descrição corresponde ao contexto imediato. De acordo com a discussão realizada na turma, quando o diretor solicitou a presença do pai na escola, ele demonstrou a sua não aceitação em relação à opção sexual do aluno, pois dependendo da instituição ou do contexto a resistência ao homossexualismo é uma constante. O ambiente escolar é um dos locais onde há bastante preconceito em relação ao sujeito “homossexual”. Assumindo a posição de autoridade principal da escola, comunicar ao responsável era o mínimo que poderia realizar; pois ter

alunos homossexuais, dependendo do contexto, pode repercutir de forma bastante negativa. Há pais que temem que seus filhos se tornem homossexuais. A atitude do diretor em convidar o responsável leva-nos a entender que o posicionamento dele é desfavorável ao homossexualismo; da mesma forma, o pai também não é a favor, tanto que ele pediu que lhe falasse primeiro a notícia má. Talvez ele já desconfiasse da opção sexual do filho, mas foi o diretor que lhe confirmou.

Normalmente, os pais e responsáveis são convidados a irem à escola para tratarem de questões relacionadas ao comportamento, no sentido de indisciplina, desinteresse e baixo desempenho de seus filhos. Nesse caso, o motivo é diferente. O aluno não é protagonista de nenhum dos problemas, mas de algo mais preocupante. Dependendo da forma como a escola lida com essa questão a comunidade escolar imputará mais ou menos confiança nessa instituição. As relações de saber/poder assumidas pela instituição escolar são abaladas dependendo do posicionamento que ela assume. Nesse sentido, tanto a escola quanto a família formulam imagens negativas acerca do sujeito “homossexual”, as quais se assemelham às imagens formuladas pela própria sociedade.

Durante o desenrolar da sequência didática, tivemos a oportunidade de ouvir discursos do tipo: “Esse texto é enxerido”, “Aquele professor é veado. Só usa camiseta pink, laranja. Olha como ele anda!”, “Minha família é toda desmantelada: tem um veado e uma sapatão” ou “Ainda bem que ninguém nessa escola sabe que fulano é meu primo”. Esses comentários remontam às imagens formuladas pelos participantes desta pesquisa em relação aos sujeitos “homossexuais”. Segundo eles, ser homossexual é algo feio, esquisito, é romper com a ordem natural da criação, a qual, desde o princípio a família é constituída por homem e mulher. Ter um parente homossexual implica em estar sujeito a passar vergonha, principalmente, perante os colegas, pois, sem dúvida, vão zombar de você. A fim de evitar tal constrangimento, a aluna prefere omitir tal informação. Até algum tempo, dizer que a família era desmantelada implicava dizer que nela existia(m) problemas relacionados ao alcoolismo, adultério, separação, divórcio, prostituição. Para a aluna, ela acrescenta a estes problemas, o homossexualismo. O indício de homossexualismo presente na maneira de andar e de vestir-se do professor repercute de forma negativa no seu desempenho profissional, segundo o dizer da aluna, como se o potencial e as suas habilidades fossem comprometidas em detrimento de sua opção sexual.

Retomando a análise da piada acima, quando o diretor e o pai enunciam, seus dizeres estão submetidos aos dois tipos de esquecimentos. Ao enunciar: “_ Seu filho é homossexual!”, o diretor poderia dizer de muitos outros modos, dizer que o filho dele era *gay*,

bicha, veado ou outro termo; contudo, ele optou por uma forma menos agressiva. Na prática, a situação continua a mesma, a realidade não é revertida em função do uso de tal eufemismo. Essa escolha é inconsciente e natural. Ela ocorre porque o sujeito tem a ilusão de ser a origem de seu dizer; o qual é sempre a retomada de um dizer já existente. Se o sujeito que estava a enunciar não fosse o diretor da escola ou mesmo sendo o diretor, estivesse falando para outro sujeito que não fosse o pai de um aluno, o seu dizer sofreria alterações. A família e as demais instituições esperam que a atuação da escola seja pautada pela educação e ética. A opção por uma determinada forma de dizer implica em desconsiderar as demais maneiras de significar. Dizer ao outro que você tem duas notícias a comunicá-lo e interrogá-lo sobre qual delas quer ouvir primeiro é um dizer repetido há muito tempo; entretanto, a cada situação comunicativa em que esse dizer reaparece, estará significando de forma diferente.

Ainda em relação às notícias anunciadas pelo diretor ao pai, elas nos lembram do conceito de memória discursiva. Dizer que o filho do outro é homossexual e acabou de ser eleito *miss* primavera evoca conceitos que os sujeitos têm arquivados concernentes a esses dizeres. Tanto o diretor quanto o pai do aluno possuem esse saber; por isso, aquele não adiou a comunicação do fato, a fim de evitar o rótulo de omissor. A repercussão em torno do fato não pode ser evitada pelos sujeitos em questão, visto que outros sujeitos são afetados pela linguagem e evocam a memória discursiva, a qual é coletiva, social. Ainda que se enuncie com as mesmas palavras, a significação do fato para o diretor e para o pai não é a mesma que seria para outros sujeitos.

Em relação à técnica utilizada na composição da piada, temos o deslocamento do tipo *nonsense*. Quando o diretor disse que teria uma notícia boa e uma notícia má, certamente o pai acreditava que a notícia boa pudesse suplantar a notícia má; entretanto, não é isso o que ocorre. Se para o pai ter um filho homossexual é algo vergonhoso e constrangedor, saber que ele é *miss* primavera da escola onde estuda é tão constrangedor quanto a notícia anterior. Portanto, a segunda notícia é a extensão da primeira. Surpreenderia a todos se o aluno se propusesse a participar do concurso caso até então não manifestasse nenhum indício de homossexualismo. O título de *miss* é eminentemente feminino; para os homens emprega-se o termo *mister*. Em relação ao concurso em si *miss* primavera, acredita-se ser específico para moças. Culturalmente, a cor rosa e suas tonalidades estão associadas ao sexo feminino. Se uma pessoa do sexo masculino usa roupas dessa cor, associa-se a ela a ideia de homossexualismo. A estação primavera é a estação das flores. Simbolicamente indica alegria, descontração, colorido, espontaneidade; logo associa-se ao sexo feminino.

Quando uma criança está prestes a nascer, os pais preparam o enxoval conforme o sexo da criança. Para os meninos, a cor azul; para as meninas, a cor rosa. Contudo, essa distinção não apresenta nenhum valor de verdade, trata-se apenas de um valor cultural. Atualmente, a cor rosa é uma das cores da bandeira dos sujeitos “homossexuais”, cujo significado é a sexualidade. Fry & McRae (1983) fazem a distinção entre o sexo biológico e o sexo em termos de papéis sociais. Biologicamente, o aluno pertencia ao gênero masculino; ao ser eleito miss passava a assumir o papel social feminino. Sexualmente, ele pode desempenhar o papel de homem ou mulher, sendo o papel feminino mais sujeito à discriminação e ao preconceito.

No momento em que o diretor considera a segunda notícia como positiva isso nos lembra da discussão realizada por Fry & McRae (1983) e Okita (2007) acerca da atuação e do tratamento concedido às pessoas que assumem papéis sociais contrários ao sexo biológico, ou seja, os *berdaches*. Noutras épocas e sociedades, eles eram tidos como dotados de poderes sobrenaturais e convidados a participar dos rituais religiosos. Nesse sentido, o aluno eleito *miss* também é considerado um sujeito comum, prestigiado pela escola, até porque ser *miss* representa um fato positivo. Significa ter a oportunidade de estar na mídia, participar de entrevistas, ensaios fotográficos, ser garoto propaganda, ganhar dinheiro; enfim, é ter *status*. Ser escolhido em meio a tantas garotas e/ou garotos, enfrentar a concorrência talvez explique o fato de *miss* representar uma notícia positiva. Passemos à discussão da quarta piada, também referente ao sujeito “homossexual”:

Depois de anos de análise, o sujeito descobre, traumatizado que, além dele próprio, o pai, o avô e os cinco tios tinham tendências homossexuais.

O analista, indignado, pergunta:

_ Mas, então, ninguém gosta de mulher na tua casa?

_ Claro que sim, doutor. Minhas quatro irmãs.

Nessa piada, temos como personagens o analista e o sujeito. A ida dele ao consultório deve-se a uma preocupação acerca de sua orientação sexual. Ele desconfiava de que era homossexual, ele e os demais parentes do sexo masculino. Em conversa com o analista, o sujeito também esclarece que a homossexualidade na sua família é extensiva às suas irmãs. O sujeito recorreu ao analista a fim de fazer terapia porque não queria ser discriminado. Ele sabe a reação das pessoas diante de uma pessoa homossexual: apelidos, cochichos, risos, olhares tortuosos, comentários maliciosos. Esse contexto sócio histórico e ideológico constitui a realidade concernente à homossexualidade. Provavelmente tenha sido esse o motivo pelo qual o pai, o avô e os tios do sujeito não assumiram sua

homossexualidade. Os dizeres e os comportamentos presentes na memória dos sujeitos todas as vezes que se retoma o tema da homossexualidade constituem a memória discursiva.

A atuação do analista em relação ao sujeito ocorre por meio da linguagem, no entanto, ela não é transparente. Em detrimento disso, não é possível dizer tudo. O sujeito não conseguiu se dar conta, imediatamente, que tinha tendências homossexuais. A incompletude da linguagem o impedia disso. Exemplo das consequências do uso da linguagem é a pergunta feita pelo analista: “_Mas então, ninguém gosta de mulher na tua casa?”. Ela soa de forma impositiva, justamente, porque o sujeito, ao usar a linguagem, diz sem querer dizer. Apesar de não ter intenção de magoar o paciente, o dizer do analista é passível de causar constrangimento ao paciente. O sujeito não tem controle em relação ao seu dizer. Ele está assujeitado à linguagem e à história. Os sentidos não se resumem às palavras em si mesmas, vão mais além, são extensivas ao contexto. O termo gostar pode significar não odiar. Nesse contexto, o vocábulo gostar significa não apreciar, não manter relações sexuais com mulheres. Em se tratando de pessoas do sexo masculino não gostar de mulheres significava reafirmar a homossexualidade do paciente e demais parentes. Esse questionamento também é realizado quando alguém suspeita que o outro seja homossexual. Ou ainda faz tal questionamento apenas por gozação e menosprezo.

O analista poderia ter questionado o paciente valendo-se de outros modos de dizer, de modo a produzir um sentido mais eufemístico. No entanto por estar indignado optou por essa forma de dizer. Além disso, ele não é a origem do dizer. Certamente, esse dizer já foi enunciado noutros momentos e situações e em cada enunciação significou diferente. Ao articular seu dizer desse modo e não de outro, os sujeitos envolvidos nessa interação optam por uma forma específica de dizer, ao tempo em que se esquecem das demais possibilidades existentes na língua. O paciente poderia ter utilizado outros termos e evitar ser tão enfático, no entanto, dada a indignação do analista, ele responde no mesmo tom, embora não lhe falte com o respeito.

Na piada acima podemos detectar formações discursivas relativas Psicanálise, através dos vocábulos “análise”, “traumatizado”, “analista” e “doutor”. Temos a formação discursiva referente à família: “pai”, “avô”, “tios” e “irmãs”. Além disso, temos a formação discursiva relacionada à homossexualidade: “tendências homossexuais”. No âmbito familiar repercute de forma muito negativa no interior da própria família e na sociedade existem tantos casos de homossexualidade.

Aparentemente, o paciente respondeu àquilo que o analista lhe perguntou, visto que aquele afirmou categoricamente existem pessoas na família que gostavam de mulheres

e, simultaneamente, trouxe à tona a questão da homossexualidade referente às irmãs dele. Pelo visto, se na família existissem mais pessoas, outros casos de homossexualidade seriam comprovados. Assim, o problema que o incomodava era comum a toda a família: tanto pessoas do sexo masculino quanto do sexo feminino. Diante de tantos casos acerca do mesmo problema, é possível suspeitar que a causa seja de origem biológica ou ambiental. Biológica porque todos os envolvidos eram integrantes da mesma família; ambiental porque, os irmãos, moravam juntos, de modo a absorverem os hábitos dos demais.

Fry & McRae (1983) realizam uma discussão nesse sentido. De acordo com os autores, a princípio a homossexualidade foi vista crime e depois como pecado. Posteriormente, imaginava-se que a causa da homossexualidade era biológica, logo, ela seria uma doença e necessitava de tratamento, o qual era realizado, às vezes, de forma drástica, sem sucesso. Ao perceberem que essa causa não tinha fundamento, investiu-se noutra causa: a social. Um meio onde há casos de homossexualidade tende a influenciar outros sujeitos, que, até então, não eram homossexuais. Uma vez sendo o meio a causa do problema, a solução estaria na adoção de medidas pedagógicas, corretivas. Por não haver um consenso quanto à causa da homossexualidade, defendeu-se a ideia de “homossexual sadio”, ou seja, aquele que se aceita como tal e se organiza pela luta em prol dos direitos de seu grupo. No caso do sujeito que passou anos seguidos fazendo análise ainda não havia chegado a essa consciência vivenciada na atualidade. Desde o início da obra, os autores já consideram a inexistência de uma não verdade acerca da homossexualidade. De acordo com eles, existem ideias e práticas produzidas historicamente, as quais se relacionam com o todo da sociedade. Ou seja, adota-se um ponto de vista como sendo a verdade absoluta porque este é favorável a alguém ou àquela época e em torno dele elaboram-se ações a fim de preservá-lo como o correto. Tais medidas estão em conformidade com as relações de saber/poder discutidas por Foucault (2004b).

Além dessas piadas foram contadas, discutidas, reescritas e ilustradas outras piadas ao longo da sequência didática. Após esse momento, ouvimos dois vídeos baixados no *you tube* contendo apresentações dos humoristas: Zé Lezin e Tonho dos Couros. Eles ouviram a contação de piadas realizada por profissionais do humor, a fim de observarem o que essa situação de comunicação requer da parte do contador de piadas. A atividade seguinte disse respeito à roda de piadas, contadas pelos alunos, envolvendo os sujeitos “nordestino” e “homossexual”. Posteriormente, foi executado um jogo: Baralho de piadas, também concernente ao gênero em questão. A contação de piadas realizada pelos alunos foi gravada para posterior audição. Das piadas utilizadas para a contação, os participantes escolheram

uma para a produção inicial. Essas piadas foram retextualizadas (da modalidade oral para a modalidade escrita). Os textos foram escritos e reescritos.

Todas as vezes em que se trabalhou o gênero, houve questionamentos e discussões. A fim de resumir o conhecimento apreendido a respeito do gênero, foi organizado um cartaz de forma coletiva. Também foi elaborado um acróstico com base nas palavras-chave das piadas: nordestino e homossexual. Por fim, como produto final da sequência didática foi organizado um caderno de piadas contendo as piadas contadas e discutidas em sala de aula, as quais foram ilustradas pelos alunos. Eles próprios escolheram quais queriam ilustrar, contudo os critérios para a escolha variaram, desde a facilidade da ilustração ao interesse pela piada. Cada aluno receberá uma cópia do caderno e outra será disponibilizada para a biblioteca da escola para atividades e leituras posteriores das demais turmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a identificar as formações imaginárias dos alunos de 6º ano do Ensino Fundamental II de uma escola municipal em Marizópolis. Afora esse propósito, quisemos contribuir com a (des) construção de preconceitos. Na verdade, sabemos que não é possível transformar a forma de pensar de quem quer que seja. Entretanto, podemos incentivar o outro a refletir e a repensar acerca de suas concepções e atitudes. Nesse sentido, optamos pelo gênero textual piada por ser um gênero presente no cotidiano dos alunos, dentro ou fora do ambiente escolar. Eles ouvem e contam piadas. Gênero esse que eles conhecem informalmente e têm a impressão de que já sabem. A fim de contemplar o propósito deste trabalho, elaboramos e executamos uma sequência didática, com atividades relacionadas à contação, discussão, compreensão, reescrita e ilustração de piadas.

Durante a execução das atividades, percebemos que as imagens que permeiam o imaginário de outros sujeitos, também são comuns aos participantes desta pesquisa. A ideia de que o sujeito “nordestino” é atrasado, desinformado, atrapalhado e um obstáculo à vida dos sujeitos “paulistas” faz parte do conhecimento deles; embora não concordem com tais dizeres. Eles reconhecem a importância do Sul e do Sudeste, enquanto regiões que proporcionam maiores oportunidades de trabalho; ao mesmo tempo em que discordam desse tipo de tratamento. O fato de os nordestinos terem se deslocado em grande quantidade para essas regiões não é motivo para serem discriminados e vítima de preconceitos. Aliás, eles têm dado sua contribuição para o crescimento e desenvolvimento do sul do país. Vez por outra, atitudes preconceituosas vêm à tona na mídia.

Por mais informadas e “bem formadas” que digam ser, infelizmente, tais posturas continuam a existir. Sabe-se que, por mais que essas atitudes se repitam, elas não se constituem numa verdade. Vimos a partir das discussões teóricas que tais imagens resultaram de construções histórico-discursivas e perduram no decorrer do tempo. Não há embasamento científico que as fundamente. Aquilo que advém das relações de poder, em geral, está a serviço individual ou de um grupo limitado. Apesar desses contratemplos, os participantes desta pesquisa acreditam na importância, capacidade e resistência do sujeito “nordestino”.

Quanto ao sujeito “homossexual”, pudemos apreender imagens relacionadas à estranheza, esquisitice, anormalidade, aquele com o qual não se deve “misturar”, a fim de não ser contagiado. Também foi possível perceber que esses discursos são anteriores a eles, de tanto serem repetidos foram internalizados e continuam a existir. A formação familiar e comunitária está permeada por tais discursos. De modo que o assujeitamento à língua e à

ideologia responde, cientificamente, pela adoção de tais posturas. Contudo, a escola, com o compromisso de formar cidadãos, não pode permanecer omissa diante do problema, ignorando-o como se ele não existisse, visto que a cidadania requer respeito e tolerância para com os diferentes. Se a escola não se propõe a discutir questões delicadas com essas, quem as discutirá, se na família ou outras instituições elas também não são discutidas?

Durante as discussões, os participantes mencionaram como determinadas famílias lidam com o problema: expulsando o filho de casa, reprovando seu comportamento. Isso porque a sociedade não aceita a presença do sujeito “homossexual”. Para a sociedade, ele é tão perigoso como criminoso. Uma das alunas deixou claro o seu temor, caso os colegas soubessem que é prima de um sujeito “homossexual” conhecido da comunidade. Esse sentimento não é comum somente a ela, mas a tantos sujeitos. De todo modo, pudemos perceber que no início do desenvolvimento da sequência didática, existia certa aversão, por parte de alguns alunos, ao estarem diante de uma piada que fazia menção ao sujeito “homossexual”. No final da sequência, na etapa da ilustração, podemos constatar que a resistência já não era tanta, visto que a maioria das piadas escolhidas para serem ilustradas, dizem respeito ao sujeito “homossexual”.

Sabemos que não é possível através de uma sequência didática mobilizar um grupo no sentido de promover mudanças com relação ao seu comportamento perante determinadas situações; entretanto, tentamos contribuir com a turma e com a escola, a fim de que, posteriormente, frutos desse trabalho constituam a realidade de nossa escola. Enquanto eles não surgem, a escola se esforça cumprindo seu papel de educadora para a boa convivência entre os sujeitos educandos que a integram, não só em relação a este tema, mas incluindo outras questões pertinentes ao meio onde vivem.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANDRADE, M.M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. (Introdução e tradução de Paulo Bezerra). 4. ed.. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 261-335. (Coleção biblioteca universal).
- BERGSON, H. **O Riso: ensaio sobre o significado do cômico**. Lisboa: Guimarães Editores, 1983.
<http://www.filozar.com.br/filosoficos/Bergson/BERGSON,%20Henri.%20O%20Riso.pdf>
- BRANDÃO, H. H. N.. **Introdução à Análise de Discurso**. 7. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.
- DERRIDA, J. **A farmácia de Platão**. (Tradução de Rogério Costa). 3. ed. revista. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. (Tradução de Laura Flagra de Almeida Sampaio). 11. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. **Arqueologia do saber**. (Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves). 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- _____. **Microfísica do poder**. (Organização e tradução de Roberto Machado). Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- _____. **Os anormais: curso do Collège de France (1974-1975)**. (Tradução Eduardo Brandão). 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- FREUD, S. **Os chistes e sua relação com o inconsciente** [1905]. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, vol. VIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. 2. ed.. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983 (Coleção Primeiros Passos).
- GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 3. ed.. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.
- LÍNGUA E LITERATURA: limites e fronteiras. Campinas. Letras nº 26. p. 103-110.
- MAINGUENEAU, D. **Elementos de linguística para o texto literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. (Coleção Leitura e Crítica).
- MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. Gêneros textuais & ensino. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2010.

MUSSALIM F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. 2. ed. v. 2. São Paulo: Cortez, 2001.

OKITA, Hiro. **Homossexualidade**: da opressão à libertação. São Paulo: Sundermann, 2007. (Coleção 10,4).

ORLANDI, E. P.. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 4. ed. Campinas, Pontes, 2002.

_____. **Discurso e textualidade**. Suzy Lagazzi-Rodrigues e Eni P. Orlandi (orgs.). Campinas, Pontes, 2006.

OSAKABE, H. **Argumentação e discurso político**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PENNA, M. **O que faz ser nordestino**: identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina. São Paulo: Cortez, 1992.

POSSENTI, S.. Humor e (in) sensibilidade. Blog do Sírio, 10/02/2011. Disponível em: terramagazine.terra.com.br/blogdosirio/blog. Acesso em: 11/06/2014.

_____. **Humor, língua e discurso**. 1. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **Limites do humor**. Letras (Santa Maria), Santa Maria (RS), v. 26, p. 103-110, 2003.

_____. **O humor e a língua**. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v. 30, n.176, p. 72-74, 2001.

TEIXEIRA, I. Desconstrutivismo. Fortuna Crítica In: **Revista Cult**. Revista Brasileira de Literatura. São Paulo: Lemos Editorial, nov., 1998, p. 34-37.

VIANNA, T. O riso como arma dos covardes. Blog do Túlio Vianna, 27/07/2009. Disponível em: tuliovianna.org/2009/07/27/o-riso-como-arma-dos-covardes/. Acesso em: 11/06/2014.

ZAIDAN FILHO, M. **O fim do nordeste e outros mitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção questões de nossa época; v. 82).

www.youtube.com/watch?v=yR-aNEQduZw

APÊNDICE

**CADERNO DE
PIADAS: SUJEITO
“NODESTINO” E
“HOMOSSEXUAL” NO
GÊNERO TEXTUAL
PIADA – OUTRAS
LEITURAS POSSÍVEIS**

Este caderno intitulado: Sujeito “nordestino” e “homossexual” no gênero textual piada – outras leituras possíveis surgiu como atividade final da sequência didática: A apreensão das formações imaginárias acerca dos sujeitos “nordestino” e “homossexual” no gênero piada: uma proposta de desconstrução de preconceito no contexto escolar. Ao longo de nossa pesquisa de mestrado procuramos saber quais são as formações imaginárias de nossos alunos com relação aos sujeitos “nordestino” e “homossexual” abordados no gênero textual piada. O que os alunos pensam acerca desses sujeitos, por que têm tais imagens e não outras, o que os motiva a persistir nessas imagens, de que forma seus dizeres se materializam. Além de questionar, propomo-nos a sugerir algo que os auxiliasse a refletir sobre a maneira como enxergam esses sujeitos. Daí a proposta de intervenção estar voltada para a ideia da desconstrução.

Na prática, não é possível reformular a maneira de pensar de um grupo de sujeitos mobilizando-os a pensar totalmente diversa da que pensavam anteriormente, mas é possível refletir e rediscutir o porquê de certos discursos e como eles significam nas interações comunicativas ao longo da existência. Nesse sentido, a sequência didática foi elaborada sob a forma de cinco módulos, contendo atividades relacionadas à leitura, discussão, compreensão, retextualização e ilustração de piadas. O foco da sequência didática é a oralidade. Em detrimento disso, não investimos em mais atividades que contemplassem a modalidade escrita. Afora o gênero textual piada, foram utilizados outros gêneros, a exemplo de crônica humorística, acróstico, cartaz e vídeos. As piadas apareceram sob a forma de vídeos, escrita ou de baralho.

Diante da grande quantidade de temas e grupos abordados no gênero piada, optamos apenas por dois grupos: “nordestino” e “homossexual”; do contrário, não seria possível dar conta, teoricamente, de tamanha variedade. Optar por esses dois grupos deveu-se ao fato de sermos nordestinos, em geral, discriminados pelos sulistas e, muitas vezes, encararmos tal fato como normal, sem reagir nem questionar. Vivemos no Nordeste, região castigada pelas intempéries da natureza, o que não constitui em motivo para que nos tornemos bodes expiatórios. Infelizmente, como se não bastassem as dificuldades naturais, soma-se a isso as péssimas gestões políticas. Em relação aos homossexuais, optamos por piadas acerca desse grupo porque, em geral, é comum existir no ambiente escolar discriminação, preconceito e bullying. Assim, procuramos contribuir com a melhor convivência daqueles que a constituem.

Por fim, este caderno é constituído de piadas tanto acerca do sujeito “nordestino” quanto do sujeito “homossexual”, as quais foram lidas, contadas, discutidas ao longo da

sequência didática. As piadas foram ilustradas pelos alunos do 6º ano, da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental João Alexandre de Oliveira, situada no Assentamento Juazeiro, município de Marizópolis, Paraíba. Não houve um critério específico para a escolha das piadas a fim de serem ilustradas. Cada aluno adotou seu próprio critério: quer seja facilidade do desenho ou temática. Independente disso, esperamos ter contribuído para a formação de senso crítico de nossos alunos, no sentido de saber que um texto, aparentemente, apenas para fazer rir, também há muito a se discutir. Agradecemos a todos os que nos apoiaram e se empenharam nesta causa: direção, coordenação pedagógica, alunos. Muito obrigada!

Boa leitura!

PIADA 1: AS TRADIÇÕES

Viajavam num trem um gaúcho, um paulista, um mineiro e um nordestino. A certa altura, o gaúcho encheu uma cuia de chimarrão, tomou e jogou a cuia fora. Ante o olhar surpreso dos demais, disse:

_ No Rio Grande do Sul tá cheio disto.

Depois o mineiro pegou o queijo, comeu um pedaço e jogou o resto fora pela janela, e disse:

_ Em Minas tá cheio disto.

De repente o paulista pega o nordestino, dá uns tapas e joga pela janela. Olha para os colegas e diz:

_ Em São Paulo tá cheio disto.



PIADA 2: NORDESTINO

Um certo dia, um nordestino estava no Viaduto do Chá tocando sua sanfona. Passados 10 minutos, chegaram os policiais da RONE com aqueles XR 15 apontados no cara. Um dos policiais disse:

_ O senhor tem autorização para tocar isso aqui?

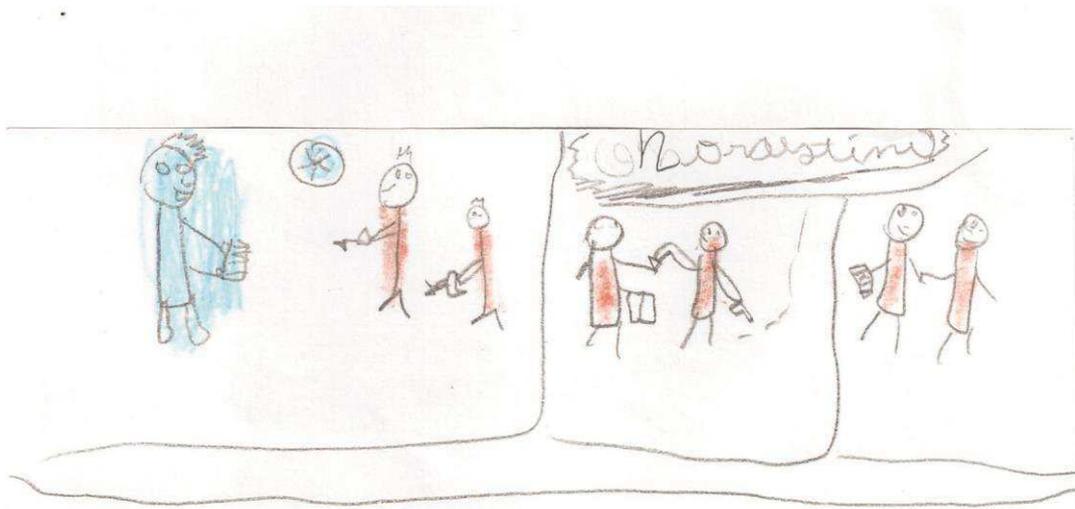
_ “Não sinhô!”

Então o policial pegou ele pelo braço e disse:

_ Me acompanha por favor.

E o nordestino.

_ “Qual é a música?”



PIADA 3: O JEGUE NO CIRCO

Um nordestino passava por muitas dificuldades e resolveu se mudar para São Paulo. Então, subiu no lombo de seu jegue e partiu ao seu destino.

No caminho, já muito cansado e com fome, quase desistindo de seu destino, deparou com uma placa onde dizia:

"CIRCO a 500 metros. Compram-se animais para alimentar leão."

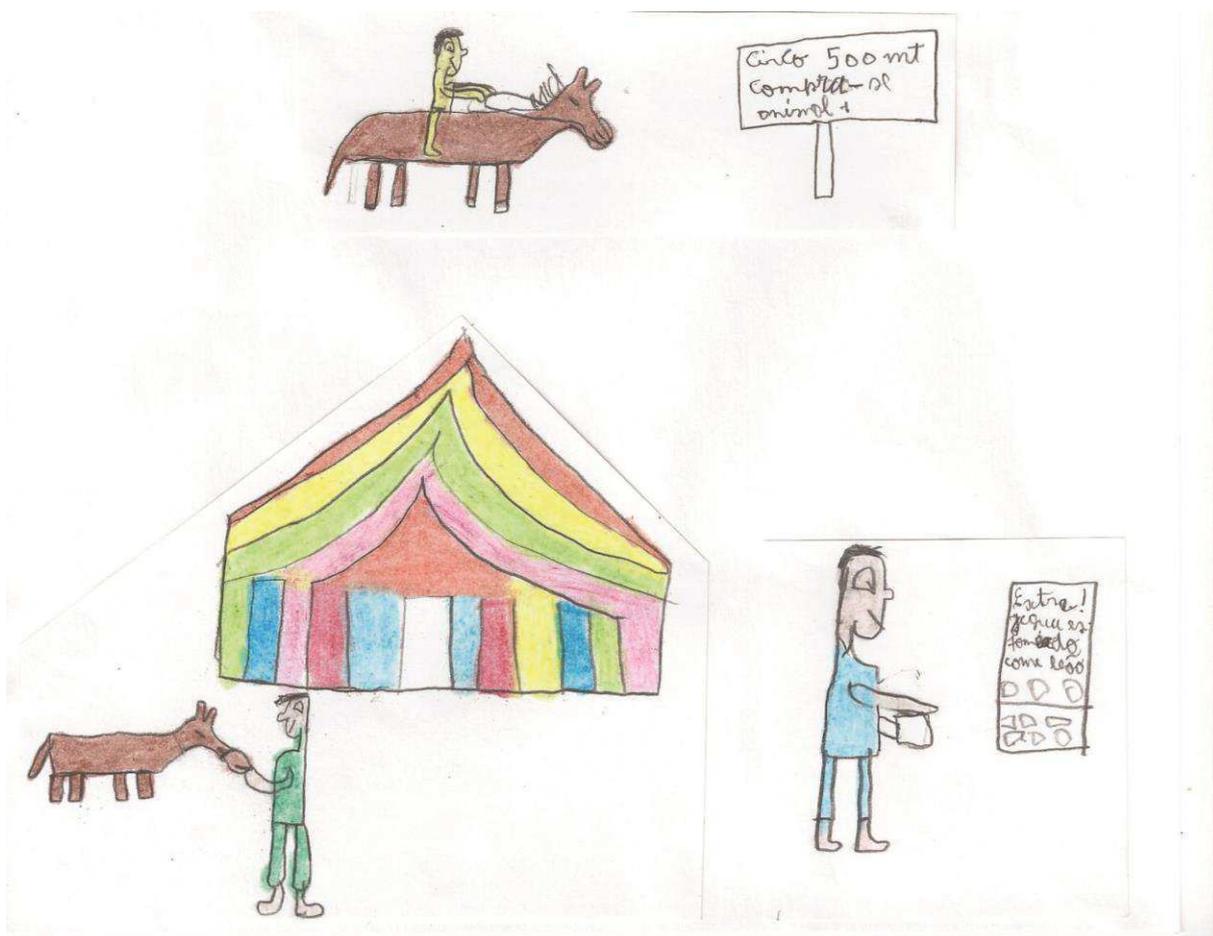
Ai ele parou e pensou:

Pô! Vou vender o meu jegue para o circo e pego o dinheiro, compro uma passagem para São Paulo e ainda sobra para passar a noite num hotel na cidade!

E assim o fez.

Na manhã seguinte o nordestino saiu do hotel para comprar o jornal e observou na primeira pagina:

"Extra! Extra!! Jegue esfomeado come leão do Circo!!!"





PIADA 4: O JEGUE EMPACADO

Numa estrada do sertão nordestino, o jegue de Severino empaca e não há nada que faça o bicho se mexer.

Nisso, aparece um veterinário em visita a uma das fazendas da região, que se compadece da situação de Severino, abre a sua maletinha, tira uma seringa e dá uma injeção no jegue que sai chispando a toda velocidade.

Admirado, Severino vira-se para o doutor e pergunta:

— Quanto custa essa injeção?

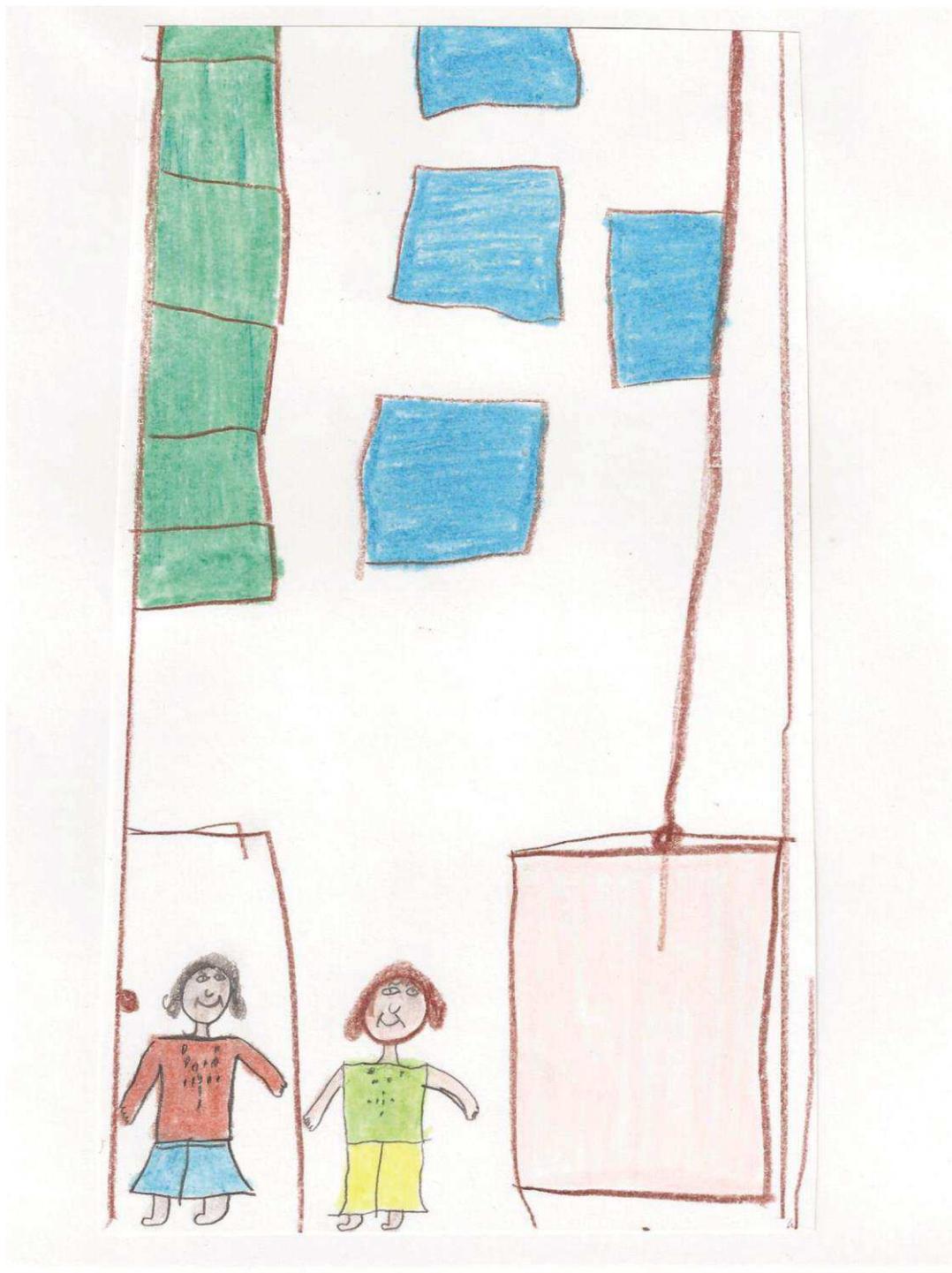
— Cinco Reais!

— Oxente, então vai rápido e me dê logo duas que eu tenho de alcançar esse jegue

PIADA 5: INVENÇÃO ARRETADA

Um nordestino chega a São Paulo e fica assustado com os aranhas céus ele nunca tinha visto prédios tão grandes muito menos prédios com elevadores ele entra em um prédio e fica de butuca quando de repente entra uma velha no elevador e sobe em pouco tempo desce uma mulher boazuda e sai pela mesma porta o nordestino diz:

Ochiiii!!!!!! Que envenção arretada da próxima vez que eu viér pra São Paulo vou trazer minha veia pra colocar nessa maquina.

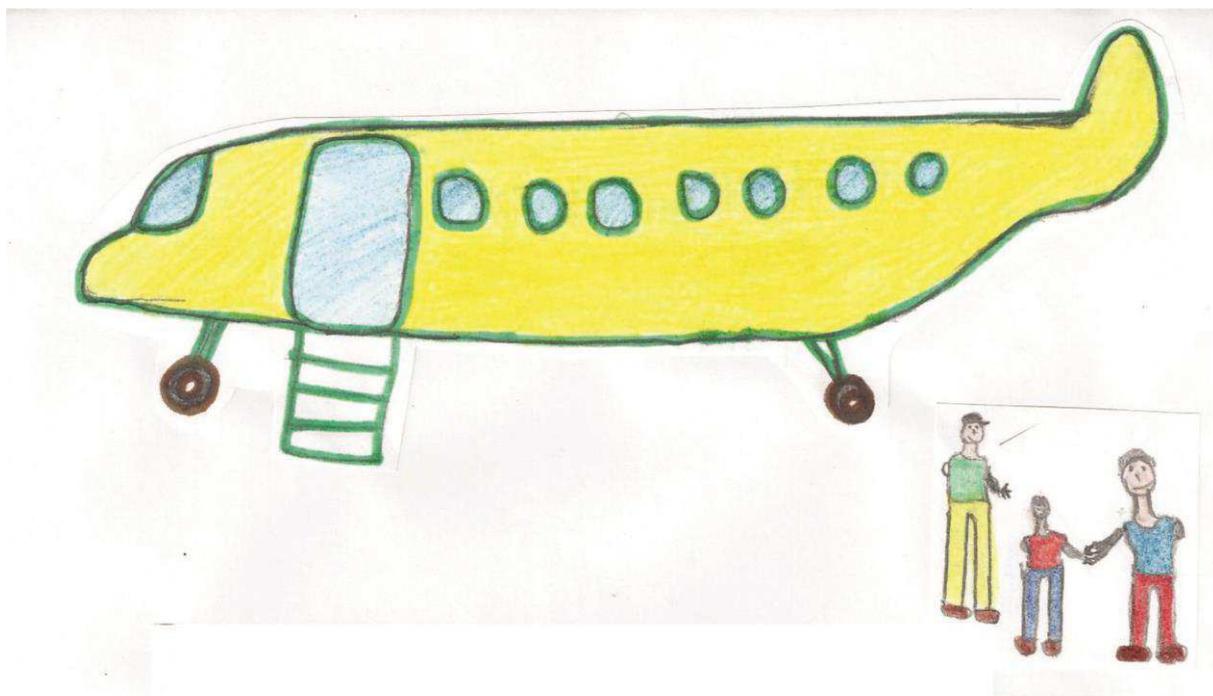




PIADA 6: A FARINHA - ADULTAS

O nordestino chega a São Paulo e passeando pela cidade, vê dois policiais enquadrando um cara, curioso resolve ficar observando, quando escuta o policial falar você esta preso por estar cheirando farinha seu mane. O nordestino sai correndo e depois de 2 horas já se sentindo seguro para pra respirar e diz:

_Viche Maria o cara foi preso só porque cheira farinha imagina se descobrem que eu como!



PIADA 7: NORDESTINO - OUTRAS

Eis que chega um nordestino com seu filho no aeroporto, para mostrar ao pimpolho o tar do avião... Chega perto um piloto e curioso, o nordestino pergunta:

- Quanto é pra dar uma voltinha nesse bicho aí?

O piloto, responde:

- Cinquenta reais.

- Mas cinquenta pra andar nesse aviãozinho sem graça aí, é?! Diz o nortista. Então seu filho, várias vezes por segundo diz:

- Vamu paim, vamu paim...!!!

- O piloto tocado pela criança, diz em tom de desafio para o cabeçudo.

- Vamos fazer assim, eu te levo, mais o pequeno, de graça, porém se você der um suspiro de medo ou gritar, pagará então os cinquenta, concorda?!

Então, concordando, vão-se ele, e o piloto começa a fazer loops, vira o avião de cabeça pra baixo, mergulha, raspa a roda numa árvore, e o cacete, enquanto vigia o nordestino pelo espelho...

Quando aterriza, olha pra trás e fala ao nordestino:

- Pô, você não tem medo mesmo hein... Não houve nem uma hora em quis gritar?

O nordestino responde:

- Olha, quando o menino caiu, eu quase gritei...



PIADA 8: O PAU DE SEBO - OUTRAS

Um americano foi para o nordeste e viu a brincadeira do pau de sebo, e então decidiu levar para os Estados Unidos para conseguir ganhar dinheiro.

Ao chegar lá colocou o Pau de sebo em plena praça publica e botou uma loiraça em cima do pau e depois de tudo pronto disse em inglês:

- Quem conseguir tocar nessa loira ela será de vocês por uma noite, mas quem não conseguir me pagara 50,00 dólares.

E então varias pessoas tentaram, mas ninguém conseguiu, e um nordestino que estava passando as férias lá viu aquele fuzuê e decidiu que ia tentar então ele se encheu de areia e subiu no Pau de cebo, quando ele estava quase desistindo ele tocou lá em cima no pé dela e ela gentilmente ela o cumprimentou dizendo o seguinte:

- Hellou

E o nordestino disse:

- Eu me relei todinho, mas tu é minha.



PIADA 9: VALENTÕES

Dizia o paulista:

- Eu, só com a mão esquerda, consigo levantar 100 quilos!

O gaúcho:

- E eu, com um murro, derrubo qualquer porta.

E o nordestino:

- Eu consigo fazer andar um trem apenas com a mão direita.

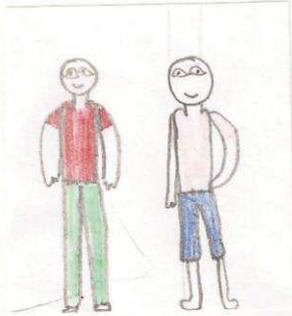
- Com essa magreza, só se você fosse Deus.

-Não sou Deus, mas sou o maquinista- respondeu o nordestino.

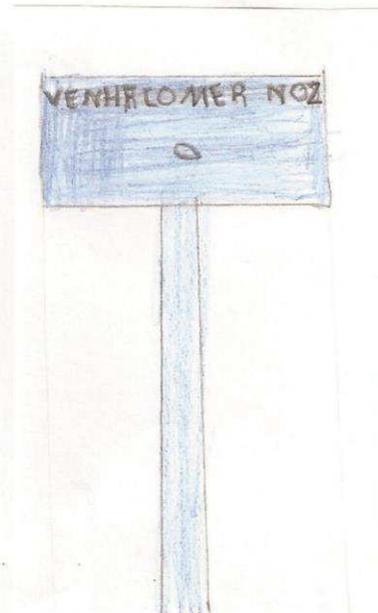
PIADA 10: Sexta-feira passada (Páscoa) duas bichinhas estavam na luta a procura, quando passa um baita marinheiro todo garboso, as bichas ficam logo alvoroçadas, uma diz:

- Calma, Brigitte, hoje é proibido, é sexta-feira Santa não se pode comer carne!!
- E quem disse que marinheiro é carne, marinheiro é peixe...





PIADA 11: Você irá à festa das nozes em Campinas? Você não sabe? E só passar pela via Anhanguera... tem uma faixa dizendo assim: VENHAM COMER NOZ (com z..)



PIADA 12: Nome.

- Quem eu?

- Sim, o senhor mesmo!

- Alberto Furquim.

- Idade?

- Quem, eu?

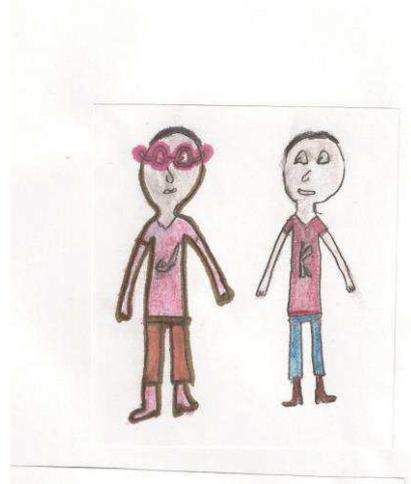
- Sim, o senhor mesmo!

- 43

- Sexo?

- Quem, eu? - NAO, EU, PO!!! - Bom, esses meus ocuios cor-de-rosa sao de

bicha ...



PIADA 13: A BICHA VAI AO MÉDICO:

- Tô com dodói!

Diz em voz afetada.

- Onde? Na cabeça?

- Não, doutor! É mais para baixo!

- O pescoço?

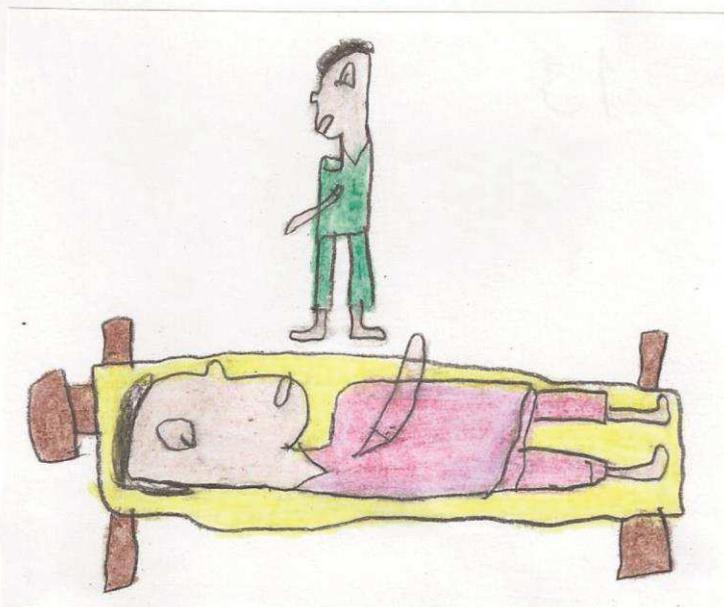
- Não, doutor! É mais para baixo!

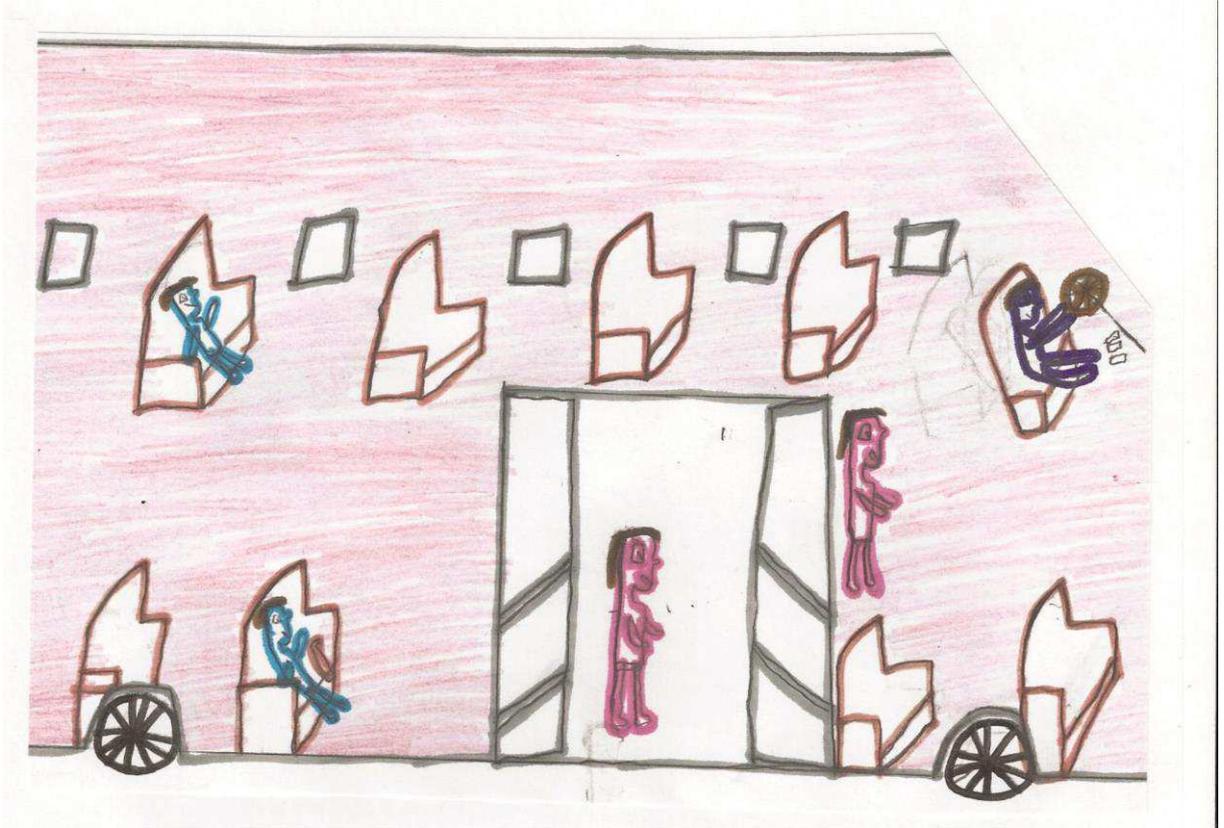
- O estômago?

- Não, doutor! É mais para baixo!

- Já sei! É o passarinho!

- Não, doutor! É a gaiolinha!



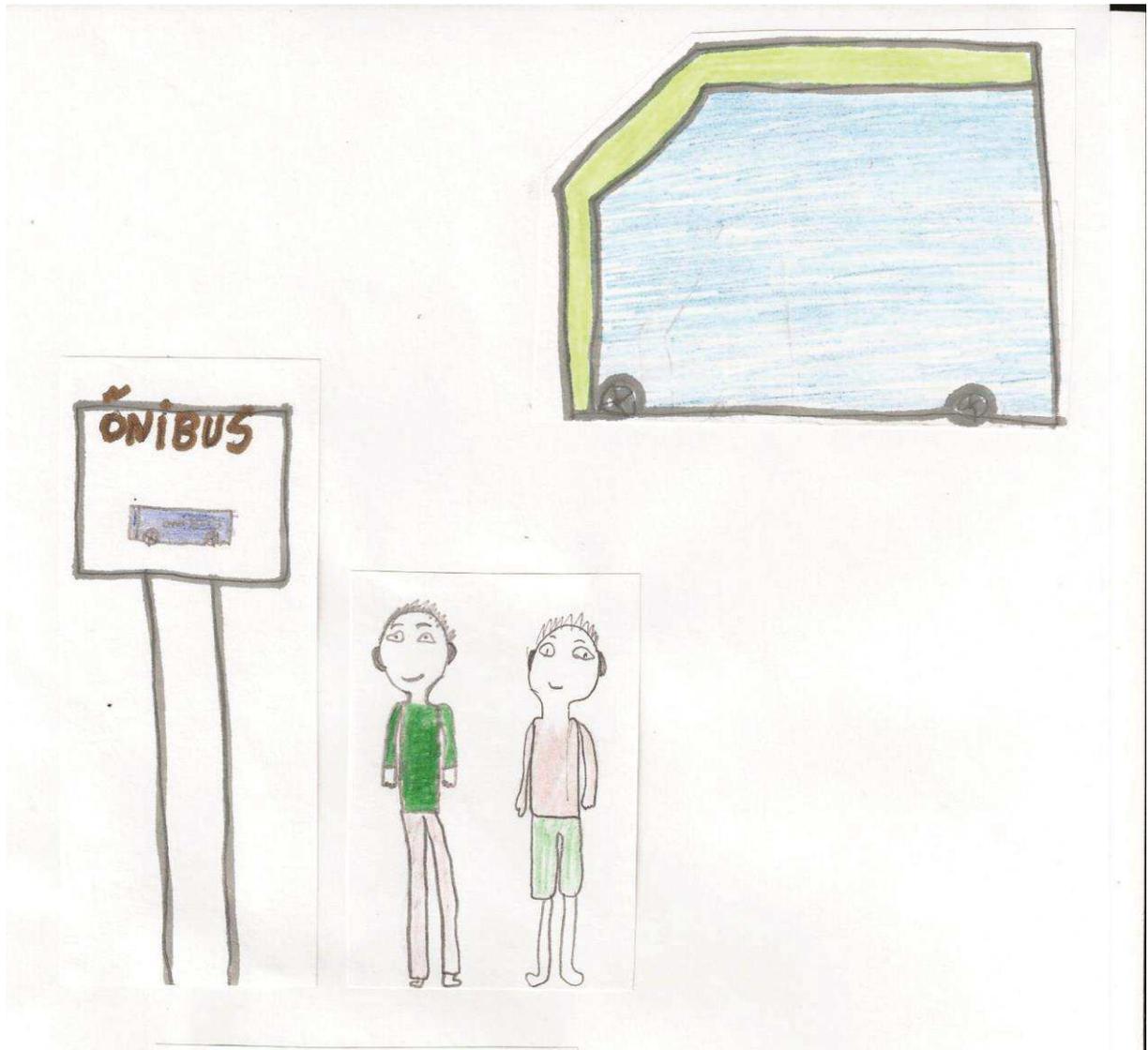


PIADA 14: Duas bichinhas estavam na Praça Tiradentes esperando um ônibus. O ônibus chegou e abriu a porta da frente. Quando eles iam entrar pela porta da frente, o motorista disse:

- Ô menino! Vai tomar lá atrás!!

E uma das bichinhas

- Oba, ate que enfim a prefeitura se lembrou da gente!



PIADA 15: A DIFERENÇA – GAÚCHOS

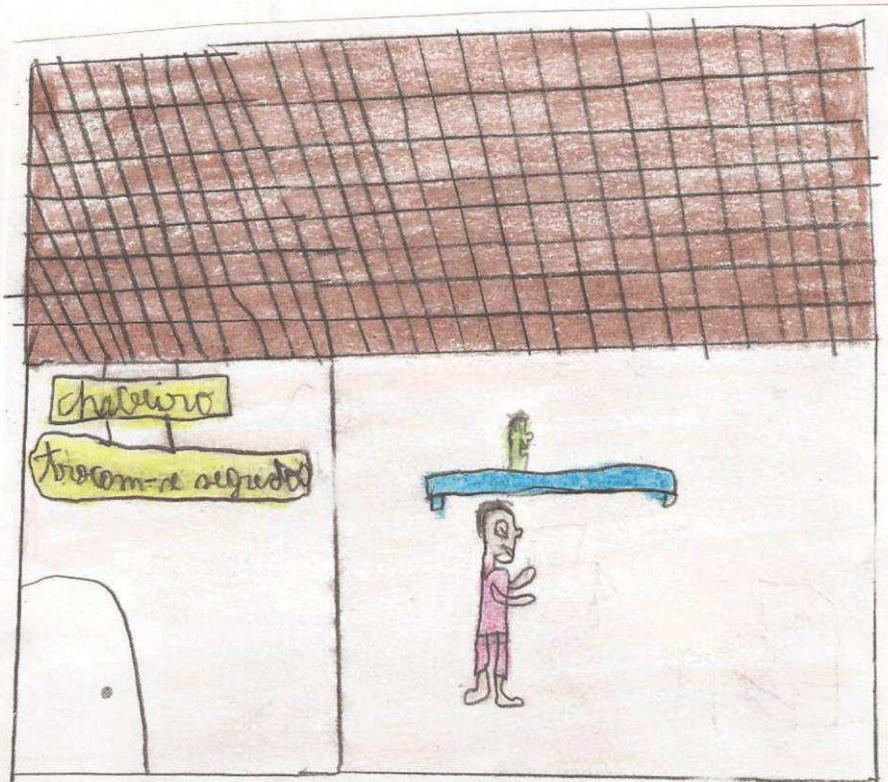
Certo dia, em um ponto de ônibus um gaúcho e um nordestino conversavam.

O gaúcho disse:

_Lá no Rio Grande do Sul só tem macho tchê!

O nordestino respondeu:

_É memo, ingraçado, aqui tem home, tem mulhé e nós se dá muito bem!



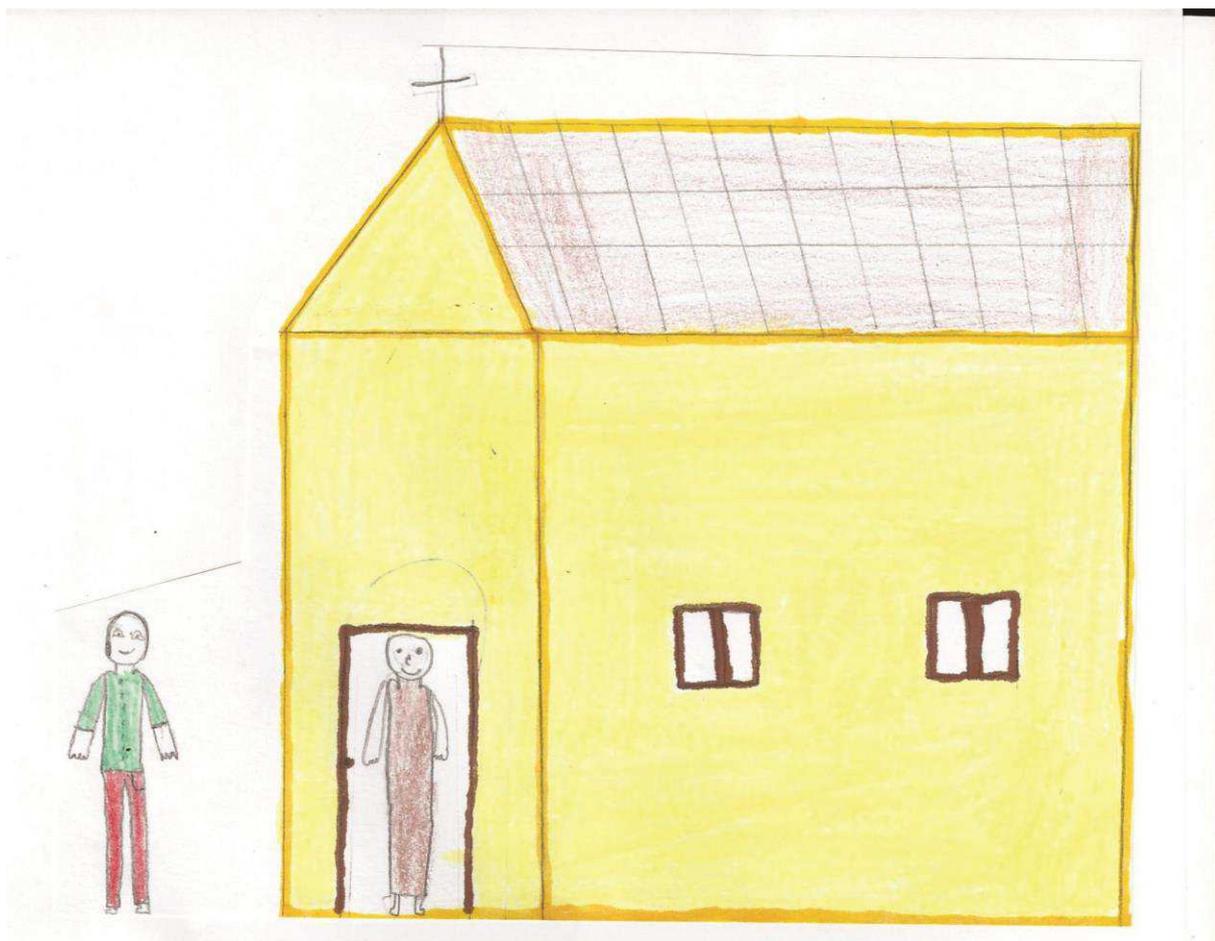
PIADA 16: O SEGREDO

O rapaz passava em frente a um chaveiro quando viu uma placa:

“Trocem-se segredos”.

Parou abruptamente, entrou na loja, olhou para os lados e cochichou para o balconista:

– Eu sou gay, e você?!



PIADA 17: O CARA VAI À IGREJA

O cara vai a igreja para se confessar:

– Meu filho, quais são seus pecados?

– Padre, eu comunguei há três anos.

– Ok, meu filho, e quais são seus pecados?

– Eu comunguei há três anos.

– Esta bem meu filho, eu sei que você comungou há três anos. Isso não é pecado!

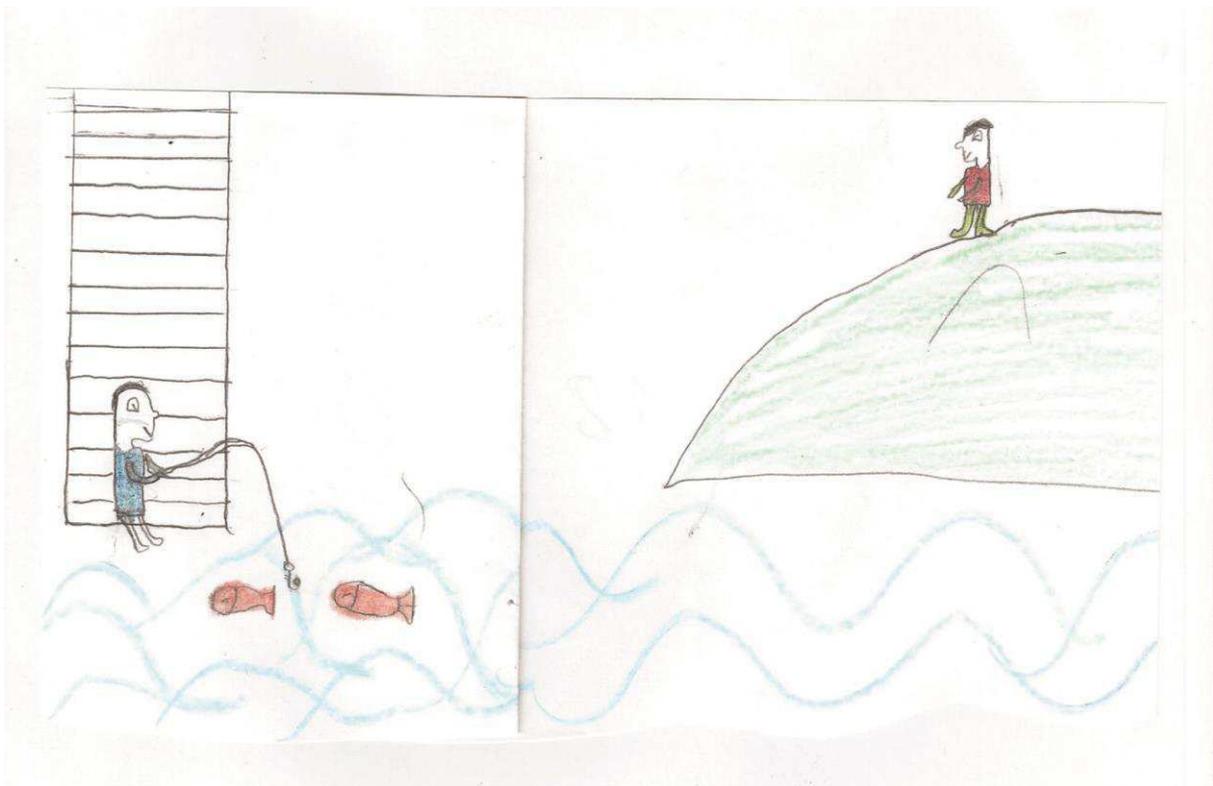
Conte-me seus verdadeiros pecados.

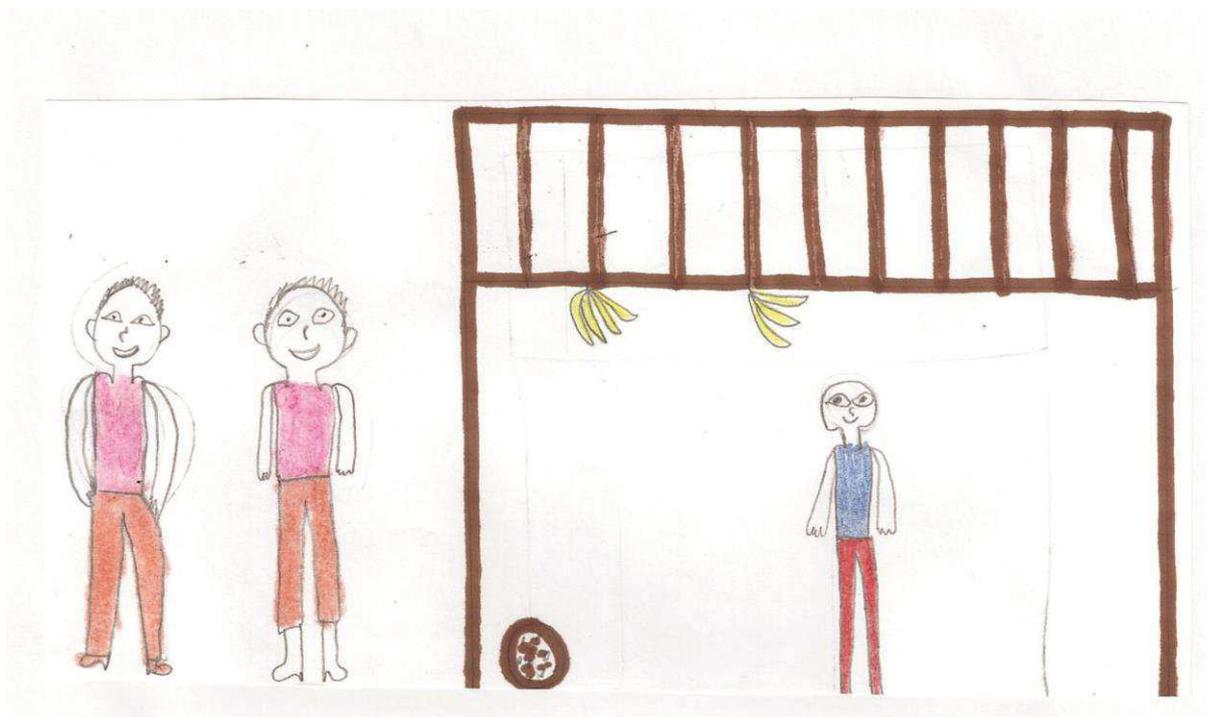
– Padre, estou lhe dizendo: EU COMO UM GAY HÁ TRÊS ANOS!!!!!!

PIADA 18: Um gaúcho macho, tchê, estava na beira de um rio com a vara na água (a de pescar, claro), quando um passante grita da ribanceira:

_ Ei tchê, está dando muito hoje?

_ Não, eu não sou de Pelotas não, sou de Alegrete, tchê...





PIADA 19: Duas bichinhas, Lulu e Lili resolvem ir a feira fazer umas comprinhas. Chegando na barraca de frutas, Lili pede ao feirante: - O moço, duas bananas por favor. - Senhorita, duas bananas eu não posso vender, só vendo uma dúzia. - Ah moco, por favor, vende as duas para a gente... - Não posso, já disse. Se quiser é uma dúzia. Vendo o impasse, vira Lulu e fala: - ô Lili, compra uma dúzia mesmo. - Mas uma dúzia é muito, Lulu!! - Deixa pra lá nega, as outras dez que sobrarem a gente come!!

PIADA 20: COMPATIBILIDADE DE GÊNIOS

A mulher resolveu se separar do marido.

O juiz perguntou a ela qual seria a principal razão para essa separação do marido Ricardo.

- Compatibilidade de gênios.

O juiz estranhou:

- A senhora deve estar querendo dizer incompatibilidade de gênios?

- Não, não. É compatibilidade mesmo!

- Por favor, explique-se melhor - pediu o juiz.

- Eu gosto de passear, Ricardo também gosta. Eu gosto de ir ao cinema, Ricardo também gosta. Eu gosto de pizza aos sábados, Ricardo também gosta.

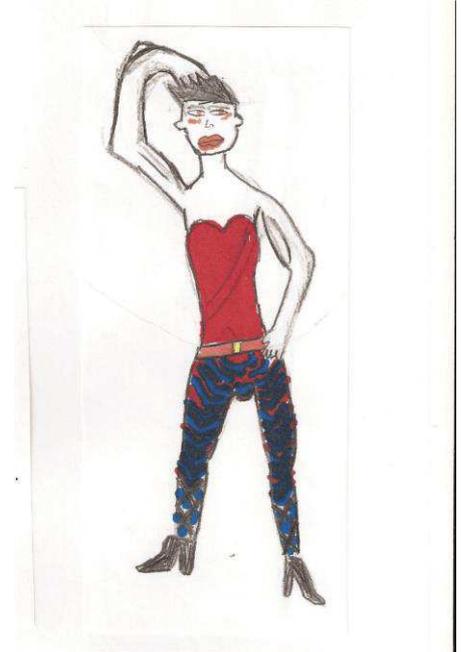
Eu gosto de homem, o Ricardo a-do-ra!



PIADA 21: HÁBITOS DE BICHA

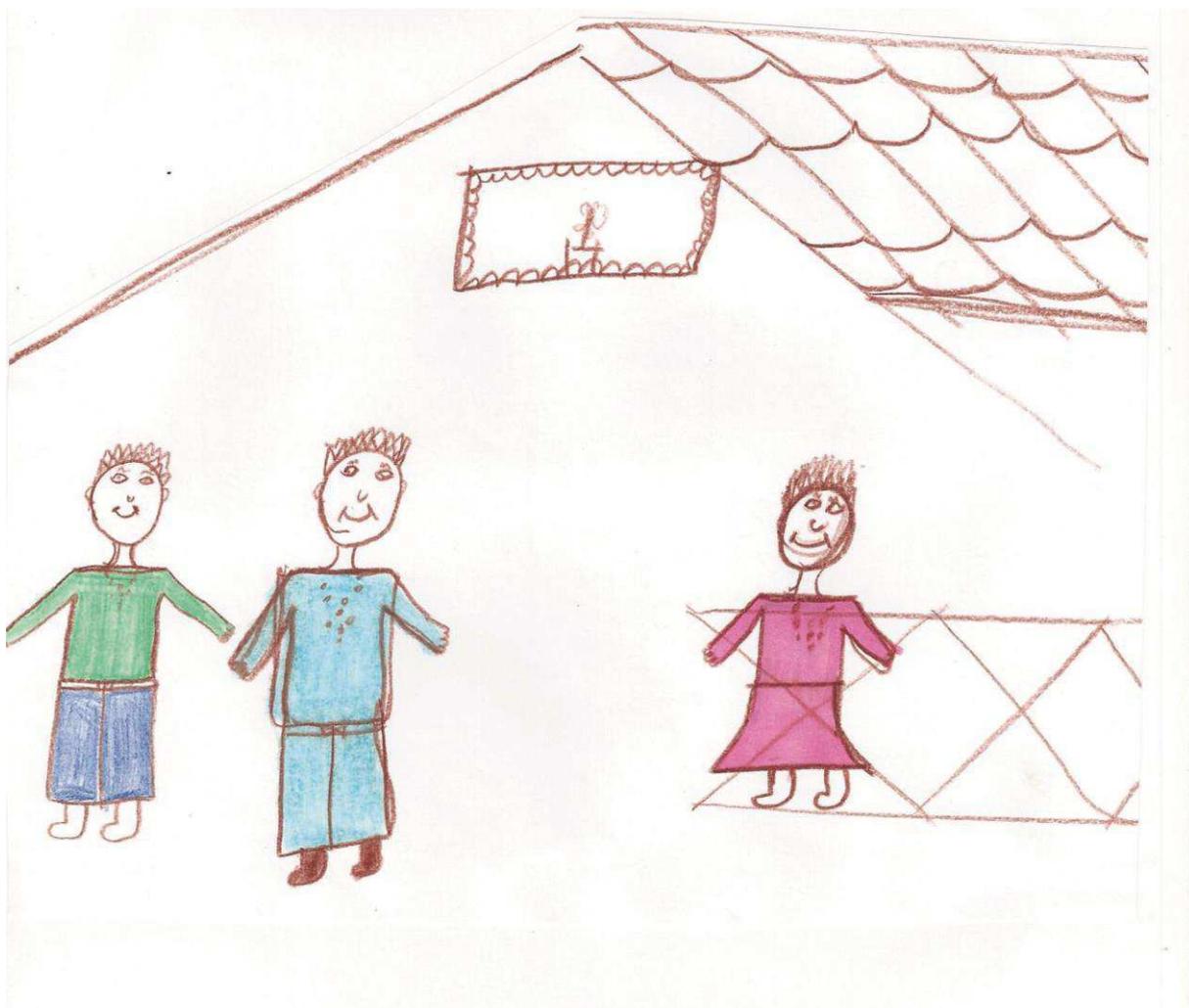
Bicha não esconde; camufla.

- * Bicha não anda pra frente; dá ré no quibe.
- * Bicha não chora; borra a maquiagem.
- * Bicha não cansa; fica exausta.
- * Bicha não sente frio; sente frescura.
- * Bicha não usa sabonete; usa DOVE líquido.
- * Bicha não tem pele; tem cútis.
- * Bicha não tem patrão; tem chefinho.
- * Bicha não cheira; exala aromas.



PIADA 22: O pai de um menino viajava muito e não seguia os passos dele. Daí um dia o diretor da escola chamou ele para conversa sobre o filho. O diretor disse:

- _ Eu tenho uma notícia boa e uma má.
- _ Me fale primeiro a má.
- _ Seu filho é homossexual!
- _ E a boa, seu diretor?
- _ Seu filho acabou de ser eleito miss primavera!





PIADA 23: Depois de anos de análise, o sujeito descobre, traumatizado que, além dele próprio, o pai, o avô e os cinco tios tinham tendências homossexuais. O analista, espantado, pergunta: - Mas então ninguém gosta de mulher na tua casa?

- Claro que sim, doutor. Minhas quatro irmãs.



REFERÊNCIAS

www.piadas.com.br/piadas/

beta788.humortadela.com.br/piadas-texto/28866

www.sergeicartoons.com/

www.piadasnet.com/piadas-de-bichas.htm

www.piadascurtas.com.br/piadas-de-gays/

<https://sites.google.com/site/melhorespiadasdanet/piadas-de-gauchos>

<https://www.mail-archive.com/piadas@news.com.br/msg01508.ht>